

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**A FILANTROPIA MODERNA:
AUTONOMIA E AÇÃO PARTICIPATIVA - UM ESTUDO DA
ORGANIZAÇÃO DE AUXILIO FRATERO – OAF**

**Dissertação submetida como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre.
Área de Concentração: Sociologia**

Mestranda: Ana Angélica Martins da Trindade

**Orientadora:
Dra. Ruthy Nadia Laniado**

**Salvador, Bahia
Setembro de 2.001**

Organização de Auxílio Fraterno

“... O maneta, por que não me havia de prevenir. Se não fosse tão alto o preço de um pouco de solidariedade?”

Se ele vendeu o ódio - justo - que sentia

É porque vocês pagam e ele precisou.

Se a maldade deles é infinita, infinita também é a sua pobreza.

Não foi a maldade dos pobres o que você me mostrou, foi a pobreza dos pobres...”

Trecho da peça “Santa Joana dos Matadouros”, sobre a ação filantrópica do início da industrialização:

Bertolt Brecht

“A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar”.

Martin Luther King

*à minha mãe, Edna Trindade
(em memória)*

AGRADECIMENTOS

Um estudo com mais de dois anos de duração é um processo complexo que exige dedicação e envolvimento. Nele muitas pessoas são envolvidas, direta ou indiretamente, começando pela família e pelos amigos, pelo seu apoio constante e sua compreensão, como Fátima e Marcus Vinícius. Em seguida, a equipe da OAF, em especial Padre Piazza, Vanda Pereira, Marcos Paiva e Margarida Almeida, que acreditaram na importância desta pesquisa e ofereceram o ambiente necessário para a sua realização. Aos que principalmente me ofereceram seu tempo para realização das entrevistas, em especial aos jovens da OAF que aceitaram o esforço de interpretar a sua própria experiência de vida para um ouvinte externo. No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA são muitas as contribuições recebidas a partir das disciplinas cursadas e de muitos professores, como Dra. Maria Rosário Carvalho, além da convivência com os colegas. Institucionalmente, a Capes tem importante papel, no apoio ao meu trabalho primeiramente, com uma bolsa PROCES – Programa de Capacitação para o Ensino Superior, depois com uma bolsa de Mestrado, que permitiram o desenvolvimento da minha vocação. Na construção da dissertação, a orientação da professora Dra. Ruthy Nadia Laniado foi fundamental, tornando o trabalho mais adequado às finalidades propostas, em especial, fazendo-me atentar para a integração entre teoria e prática na construção do conhecimento científico. Nos aspectos técnicos do trabalho, Silvia e Pedro Sardi, Washington Trindade, e Nelson Pires colaboraram para melhorar a apresentação.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema a ação filantrópica moderna promovida em prol do bem público a partir de espaços privados, localizados no Terceiro Setor. É uma ação implementada através de práticas sociais renovadas pelos valores de liberdade, justiça social e cidadania participativa. Propõe oferecer aos assistidos uma formação integral, capaz de facilitar o acesso às oportunidades de vida e favorecer mudanças na cultura política em relação à pobreza e à exclusão social. O tema foi pesquisado em relação à Organização de Auxílio Fraternal – OAF, que presta um serviço público de qualidade, oferecendo proteção social alternativa às crianças e adolescentes em situação de risco em Salvador, partindo da análise da visão de mentores e colaboradores, assim como, de jovens assistidos e ex-assistidos desta ação em relação a valores que influenciam a organização de uma formação social.

ABSTRACT

This work has as main objective to show a modern philanthropic action, aiming the coming public welfare and based on private organizations, located in a new branch that today is called the Third Sector. It is indeed, an action reinforced by the renewal of old social methods through a new social way of acting, performed with the three most important values, that is, freedom, social justice and a participating citizenship. Offering to the assisted people a complete and integrated education, aiming a better background, to be able to fulfill the ways and tools, to permit the access to life opportunities, as everybody should, as well as the political and humanitarian changes towards poverty and social exclusion. This subject has been researched in relation to the Fraternal Organization Aid – FOA, that provides a qualify public service, offering an alternative social protection for children and youngsters living in a risky situation in the city of Salvador - Brazil, starting from the analysis of mentors and collaborator's vision, as well as assisted and recuperated youngsters by this new social action, related to the values and behaviors that have to do with the organization and formation of a new social conscience.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS INICIAIS SOBRE O TEMA	
• A solidariedade em uma perspectiva sociológica.....	19
• A reciprocidade e seus fundamentos clássicos.....	22
• A economia de mercado e sua organização social.....	26
• A troca e a confiança manifesta.....	27
CAPÍTULO II - FORMAS DE RECIPROCIDADE NA SOCIEDADE MODERNA: A PRÁTICA DA FILANTROPIA	
• O Estado Providência e as transformações da assistência: os novos limites entre o público e o privado.....	34
• Engajamento e mobilização cívica na contemporaneidade.....	37
• Exclusão: um conflito social da fase do capitalismo avançado.....	39
• Exclusão e injustiça social: elementos incompatíveis com os valores democráticos.....	43
CAPÍTULO III - INFÂNCIA E JUVENTUDE - A VIDA PRÉ-ADULTA E A ORDEM SOCIAL ONTEM E HOJE	
• Exclusão e infância: uma combinação brutal.....	49
• Filantropia no Brasil: uma breve perspectiva histórica.....	51
• O tratamento dispensado à infância e à juventude no Brasil moderno.....	53
CAPÍTULO IV - A PESQUISA E SEU CARÁTER SOCIOLÓGICO	
• A origem da OAF: a fundadora e suas idéias.....	58
• A estruturação gradual da OAF: 1958 – 1989.....	59
• A institucionalização da OAF: consolidando a organização filantrópica.....	62
• O momento da pesquisa: a fase atual da OAF.....	64
• Orientações para a pesquisa e iniciação para o trabalho de campo.....	71
• As entrevistas	
• Os entrevistados	
• A análise dos dados	
CAPÍTULO V - OS RECURSOS DESTINADOS À INFÂNCIA E JUVENTUDE	
• Os valores de vida na visão dos mentores e colaboradores da OAF.....	87
• Valores de cultura política: a formação dos indivíduos.....	92
• Valores pedagógicos: a práxis da OAF.....	95
CAPÍTULO VI – CONFERINDO A AÇÃO FILANTRÓPICA: CRIANÇAS E JOVENS ASSISTIDOS PELA OAF	
• Valores de vida: na visão dos assistidos e ex-assistidos.....	107
• Valores de cultura política: aprendendo a cidadania.....	112
• Valores pedagógicos: o acesso às oportunidades de vida.....	115
EPÍLOGO.....	119
BIBLIOGRAFIA.....	127
ANEXOS.....	132

INTRODUÇÃO

A escolha do tema

Três foram os motivos que me levaram a pesquisar o tema da ação filantrópica voltada para a infância e a juventude. O **primeiro motivo** surgiu durante os anos de 1995 e de 1996, quando começava a minha trajetória como pesquisadora no Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizando estágios curriculares, vivenciei a assistência prestada à infância e juventude pobres por duas organizações não-governamentais, Fundação São Martinho e Se Essa Rua Fosse Minha. A partir de então comecei a me inquietar com situações de privações agudas a que crianças e jovens pobres estavam sujeitos. Comecei, também, a pensar sobre a ação civil realizada por aquelas duas entidades em prol do bem público, apoiando a população infanto-juvenil, visando para atender às suas demandas mínimas. Nos momentos em que participei das atividades organizacionais como estagiária, pude conviver, diretamente, com o problema e as dificuldades e, também, observei as soluções propostas de proteção social alternativas daquelas organizações. Em alguns momentos vivenciei os conflitos que emergem das concepções divergentes de organizações com linhas diferentes de atuação¹. Estes foram os elementos que deram origem à minha monografia de conclusão de curso, denominada: “As Organizações Não-Governamentais e os Programas Sociais Destinados à Infância e Adolescência: Assistência ou Assistencialismo?”. Continuei minha trajetória como pesquisadora, ainda na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como Bolsista de Aperfeiçoamento em Pesquisa, em um dos estudos desta Universidade sobre as condições sócio-econômicas da população de duas favelas consideradas de alta periculosidade no Rio de Janeiro: Praia da Rosa e Sapucaia, situadas na Ilha do Governador. Neste momento, mais uma vez, eu estava diante de uma população infanto-juvenil que sofria carências materiais, sócio-afetivas e educacionais que abalavam drasticamente as suas perspectivas de futuro.

¹ A Fundação São Martinho caracteriza-se por uma atuação baseada em valores cristãos tradicionais, enquanto a organização Se Essa Rua Fosse Minha orienta-se por valores universais modernos, sendo liderada por um grupo de intelectuais formado por sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e artistas.

A partir desta experiência como pesquisadora, orientei as minhas inquietações enquanto pessoa. Indutivamente, identifiquei o **segundo motivo** que me levou à escolha do tema – um problema que expressa um dilema contemporâneo, com alternativas complexas no tratamento das questões sociais que levanta. Este problema diz respeito à agudização das questões sociais a partir do próprio modo de produção capitalista no Brasil, que é muito concentrador, resultando em enormes desigualdades sociais. Pode-se tomar por base muitos estudos na área das Ciências Sociais dedicados à análise do fenômeno da pobreza, a partir de recortes demográficos, de gênero, estratégias de sobrevivência, equipamentos urbanos, moradia, educação, saúde e tantos outros. Com relação ao recorte da infância e juventude, o tema da pobreza ganhou uma visibilidade maior desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990, fato que serve de marco para o presente estudo e reafirma a sua atualidade. Tornam-se imprescindíveis as análises críticas da assistência social prestada pela sociedade civil à infância e juventude, enquanto forma de proteção alternativa à família e ao Estado, oferecida a estratos extremamente carentes da população.

Quando cheguei a Salvador, em 1997, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia para dar continuidade à busca dos meios mais adequados para responder às minhas inquietações sobre este tema. Consolidei, então, o meu **terceiro motivo**: aprofundar uma escolha intelectual com um enfoque capaz de conhecer esses indivíduos, crianças e adolescente, em sua relação com as iniciativas da sociedade civil organizada, que hoje se situam no Terceiro Setor. Após investigar as alternativas teóricas e analíticas para o estudo do tema com a professora orientadora deste estudo, Dra. Ruthy Nadia Laniado, decidi concentrar-me na abordagem da filantropia, em seu sentido moderno. Entendida como forma de mobilização e ação cívica permeada por elementos relevantes para a reconstituição dos laços sociais na relação entre indivíduos e grupos diferenciados nas escalas sociais, a filantropia se tornou um campo de reflexão crítica, multifacetado e aberto ao diálogo e à interlocução intelectual e prática sobre pobreza em relação à infância e juventude. Tomou-se como pressuposto que, pesquisando a filantropia, é possível contrastar a relação estabelecida, historicamente, desta forma de apoio social, retomando a análise desde a caridade, o assistencialismo e a prática de favores que ainda se encontram presentes na assistência à infância e juventude pobres hoje.

Posicionou-se, então, a problemática que o tema levanta diante de uma forma de ação social que se organiza por iniciativa da sociedade civil, mas que se reproduz de várias formas e a partir de vários princípios políticos, sociais e morais em momentos históricos diferenciados, que remontam ao Brasil colônia (Russel-Wood, 1981; Landim, 1993).

Esse momento da escolha intelectual do tema representou para mim uma posição que integra aos meus interesses acadêmicos e intelectuais a possibilidade de uma ação prática e de intervenção, já iniciada durante o Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entendi ser possível avaliar uma forma de assistência com caráter de política social pública voltada para a possibilidade de realização da utopia de uma sociedade plenamente democrática, no sentido de maior igualdade e justiça, que é o que a democracia supõe. Conhecer as minúcias de situações de exclusão e desigualdades sociais, em versões históricas extremas, e conhecer o problema das crianças e dos jovens; compreendê-las pelo referencial da filantropia moderna é uma importante forma de interpretar a proteção social alternativa, que até recentemente tem sido ora associada a ideais caritativos, ora a ideais científicos (Rizzini, 1993; Marcílio, 1994; Zaluar, 1997).

Desde o início da industrialização, a questão da infância e juventude pobres torna-se alarmante para a sociedade brasileira. Num primeiro momento, o problema era submetido, unicamente, a soluções propostas pelo Estado, caracterizando-se através da repressão e do isolamento daqueles que causavam desconforto à ordem social vigente. Novas e variadas formas de intervenção junto à infância e juventude têm surgido no decorrer do processo histórico da industrialização e urbanização brasileiras, tentando lidar com o agravamento da questão (Valladares e Alvim, 1999). No entanto, a sociedade tem experimentado dificuldades tanto para resolver o problema como para lidar com ele. Atualmente, por exemplo, em decorrência da gravidade do número crescente de jovens que vêm se envolvendo com transgressão social e violência, principalmente por meio de atividades ilícitas, o problema se soma à própria falta de perspectiva de futuro (Zaluar, 1997).

Pela ótica da institucionalização do problema, a legislação tem avançado para acompanhar as necessidades de modificar as formas de intervenção das agências públicas

do setor, assim como para responder às pressões exercidas por reivindicações populares. Tem aumentado o aparato administrativo legal para possibilitar intervenções baseadas no ECA, buscando alterar situações consideradas indignas para os seres humanos, mormente nas primeiras fases da vida, como as que se encontram em instituições de recolhimento da Fundação Estadual de Bem Estar do Menor - FEBEM. Como mecanismo legal avançado, o ECA procura atender a população infanto-juvenil de forma integral, mas depara-se com dificuldades porque a força da ação que propicia não é acompanhada dos recursos necessários, isto porque é fraca a intervenção do Estado e porque é frágil o apoio da sociedade, minando, de fato, as implementações e políticas sociais realmente eficazes.

A influência de ações neoliberais na política econômica brasileira nos anos noventa afetou as políticas públicas que estão aquém dos parâmetros da justiça social. O Estado tem se retraído do tratamento das seqüelas das questões sociais inatendidas. Se, por um lado, o processo econômico da globalização se fortalece, dando espaço para a atuação de grupos internacionais privados na reestruturação da economia, pelo outro, agências internacionais têm pressionado cada vez mais para a melhoria dos indicadores sociais dos países emergentes. Mas surge um outro problema: os agentes privados internacionais, fundacionais ou não, têm diminuído o seu apoio a organizações não-governamentais na América Latina, devido ao seu maior envolvimento com os países do Leste Europeu. A combinação destes fatores tem levado a uma instabilidade das políticas sociais de impacto mais imediato, persistindo as situações de exclusão e desigualdade (Santos, B., 1998/ Sader e Gentili – et alli, 1995; Santos, B. S., 1995). São destas reflexões iniciais que entendo a importância do papel de entidades não-governamentais como a Organização de Auxílio Fraternal – OAF.

A escolha da Organização de Auxílio Fraternal - OAF

A escolha da OAF converteu-se na busca do entendimento de uma das formas de organização da sociedade civil, no mundo contemporâneo, que sofre constantes e complexas modificações. Na era da pós-modernidade, vivem-se momentos de incerteza e de rupturas gerais, mas concretamente verificáveis em contextos sócio-econômicos e em

tempos de crise. Mudanças econômicas e políticas repercutem nas relações entre indivíduos, reorientando modos de ação social. O limite entre os setores público e privado modifica-se, emergindo, em um campo intermediário, o Terceiro Setor, capaz de centralizar iniciativas cívicas organizadas a partir de laços solidários que extrapolam o mundo da família, da amizade ou da vizinhança. O Terceiro Setor passa a ser reconhecido como um *locus* em que se concentram instituições privadas sem fins lucrativos que destinam suas atividades para o interesse coletivo e o bem público. Elas trabalham em parceria com o Estado e com grupos privados, constituindo um universo heterogêneo de organizações não-governamentais que buscam renovar a relação da sociedade civil com o Estado. As organizações do Terceiro Setor se definem como cooperativas, associações mutualistas, organizações não-governamentais, organizações quase não-governamentais, organizações de base ou comunitárias, organizações filantrópicas, entre outras. Institucionalizam, fora do Estado, um espaço de proteção social alternativo baseado em formas e iniciativas recíprocas contratuais. Estudá-las requer um aparato intelectual mais aberto e ágil para poder lidar com um tema tão instigante pela sua atualidade e importância, diante da falência da ação estatal em relação à exclusão e às desigualdades sociais, em especial no Brasil (Fernandes, 1995; Santos, 1997). A heterogeneidade das organizações do Terceiro Setor caracteriza organizações com trajetórias históricas e culturais diferentes:

“Em França é tradicional a designação de economia social, nos países anglo-saxônicos fala-se de sector voluntário e de organizações não lucrativas, enquanto nos países do chamado Terceiro Mundo domina a designação de organizações não-governamentais” (Santos, 1997:6).

Para a minha dissertação, busquei investigar uma iniciativa da sociedade civil que volta a sua ação para a infância e a juventude pobres, por meio de uma forma de intervenção conseqüente. Esta combina recursos de ação social coletiva de origem mais tradicional, a filantropia enquanto uma preocupação com o próximo, com uma visão moderna, que atende o sujeito receptor da assistência filantrópica como um indivíduo autônomo, ativo - um cidadão integrado ao seu mundo e seu tempo. Envolve, também, uma estrutura moderna de gestão e concepção da própria ação assistencial. Esta nova abordagem da assistência social atenta, também, para o impacto que ela pode alcançar na

cultura política de uma localidade, seja nas áreas sem a atuação direta do Estado, seja em conformidade, ou em parceria, com as políticas sociais.

A partir de programas sociais filantrópicos voltados para o atendimento de crianças e jovens pobres, procurei estudar a formação social e, conseqüentemente moral, no sentido posto por Durkheim (1984), que a filantropia moderna pode oferecer aos indivíduos em situação de risco, a partir de uma experiência bem sucedida em Salvador. O planejamento e o gerenciamento técnico-burocrático de demandas sociais, acrescidos de um ambiente sócio-afetivo e com preocupações de ordem pedagógica, gera um atendimento de qualidade para a população alvo, muito melhor que os precários serviços públicos voltados para este estrato da sociedade. Procurei, também, desenvolver o tema relacionando à filantropia moderna com o impacto que a sua ação empreende na cultura política da comunidade, a partir dos resultados concretamente alcançados. Antecipo que considero a atuação da OAF, em Salvador desde 1958, uma experiência bem consolidada.

Há mais de duzentas organizações não-governamentais registradas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Salvador. Porém, após visitar algumas delas, tal como as ONG's Vida Brasil, IBEJI, Fundação José Carvalho e a OAF, decidi-me por esta última. O primeiro critério para a escolha da OAF foi o fato de ser uma organização com uma longa história no apoio à criança e adolescente pobres, que se modernizou e consolidou a sua linha de atuação. O segundo critério é que a sua existência atravessa várias fases da história política e social do Brasil, passando pela fase do autoritarismo, do 'milagre econômico' do período militar, dos movimentos sociais a partir dos anos setenta e da própria redemocratização do país.

O terceiro critério que orientou a escolha da OAF foi o fato de ser uma instituição de inspiração predominantemente religiosa, mas que passou pelas mudanças que a própria inspiração ético-moral católica passou em relação ao entendimento da assistência social: como caridade, e depois como ação social cívica do terceiro setor. Esta última redefiniu a visão que tem da sua população alvo: agora não mais como vítima ou marginal, mas como indivíduos com presença social, direitos sociais e direitos de cidadania que os integram ao mundo em que vivem. Por último, favoreceu ainda a escolha o critério de ela ser uma

entidade reconhecida na sociedade baiana pelos resultados que tem alcançado com as intervenções realizadas junto à infância e juventude pobres de Salvador. Sua imagem é marcada por um sentimento de cooperação e confiança para com a comunidade local, o que vem se reproduzindo ao longo de várias décadas.

A OAF emergiu como uma escolha dentro de um universo de organizações civis situadas no espaço intermediário entre o público e o privado, porque congrega esforços para um estrato da população como prestadora de serviços e de apoio social. Começou a cuidar de crianças e jovens abandonados a partir de uma pequena iniciativa individual. Cresceu e institucionalizou-se, contando com o apoio da comunidade por meio de uma ação de natureza filantrópica. Ao longo dos últimos anos, transformou a própria natureza da filantropia como será analisado mais adiante. Hoje, sua atuação sócio-educativa ganha reconhecimento nacional por se aproximar das diretrizes jurídicas estipuladas pelo ECA e que representam a nova percepção da ação moral, social e cultural, com um sentido de integração orientado para a coesão da comunidade, além de uma ampliação do próprio sentido de democracia.

Fazendo parceria com o poder público, buscando renovar a relação entre sociedade e Estado, a OAF tem atuado como um agente de transformação. Aliada a iniciativas estatais, possibilita uma nova abordagem sobre a reintegração social dos excluídos: oferece um espaço que reconhece os direitos e deveres de crianças e adolescentes como cidadãos, independente de credo, etnia, idade ou posição social. Exerce, portanto, o princípio da responsabilidade social, como um dever de todos compartilhado com o Estado.

Levantamentos e estudos sobre Teoria Social Contemporânea foram realizados a fim de fundamentar as análises sobre as novas bases da filantropia moderna, assim como sobre as novas estratégias e formas de participação que norteiam as ações participativas voltadas para um desenvolvimento social mais integrado. Elementos empíricos e pesquisa documental permitiram uma análise crítica da natureza da política de assistência empreendida pela filantropia moderna. O que significa analisar se estas políticas comportam traços higienistas ou apontam alternativas de re-socialização junto aos jovens (Marcílio, 1994; Landim, 1993).

Historicamente, a ação filantrópica veio como um paliativo para a questão da infância e juventude pobres, por meio de práticas sociais assistencialistas caritativas ou mesmo de práticas intervencionistas e mais autônomas como as atuais. Hoje, está inserida no Terceiro Setor, compondo a institucionalização de formas alternativas de proteção social. Em conjunturas locais específicas, algumas destas alternativas têm sido empreendidas em parceria com o Estado e as estratégias de intervenção variam entre produzir soluções imediatistas, de um assistencialismo mais estreito, e ações que visam resultados mais estáveis, perseguindo, inclusive, as causas do problema.

O fortalecimento desse espaço de proteção social alternativo, no qual estão inseridas as instituições filantrópicas, aponta para a tendência de reestruturar os ideais universais de cidadania e para a valorização da democracia como forma substantiva de participação e inclusão. O que implica em submeter a assistência a critérios não-capitalistas, o que, na prática, significa um atendimento não-emergencial à pobreza e o combate à degradação da vida humana no ambiente urbano. Isto é, significa manter as populações pobres integradas, buscando soluções para as condições básicas de sua sociabilidade e sobrevivência, com dignidade. O Terceiro Setor, que atua junto ao operariado e às classes populares, torna-se uma alternativa ao isolamento do indivíduo em face ao Estado e à organização capitalista da produção e da sociedade (Santos, 1997). Ao se localizar próximo do setor público assim como do privado, o Terceiro Setor presta serviços combinando eficiência e equidade. Garantir um atendimento de melhor qualidade tem sido um dos objetivos das instituições civis sem fins lucrativos, mesmo porque o seu desempenho é constantemente avaliado pelas agências financiadoras. É um trabalho que congrega esforços privados com responsabilidades públicas não-estatais, apoiando setores sociais em situações limites.

Por outro lado, a relação do Terceiro Setor com agências estatais, em países periféricos e semiperiféricos, pode-se tornar complexa e envolver restrições. Há o risco de transformar estas iniciativas civis em meros instrumentos do Estado, sem que a população alvo seja chamada a participar das formulações e aplicações das políticas públicas. Ou seja, uma série de dúvidas e questionamentos podem ser considerados ao se analisar o impacto das ações sociais que emergem do Terceiro Setor. São imprescindíveis investigações e

reflexões científicas em torno deste universo heterogêneo e complexo, a fim de que se estabeleçam mecanismos que, de fato, ofereçam oportunidades capazes de expandir a democracia e o bem comum, tão fragilizados pela lógica de mercado e da cultura do interesse individualista, em especial em países como o Brasil (Fernandes, 1995; Santos, 1997). Este estudo procura levantar questionamentos ainda não resolvidos em relação às formas contemporâneas de proteção social e do associativismo cívico, na intenção de contribuir com reflexões em torno de caminhos possíveis na busca pela consolidação de práticas de justiça social e, em nível mais amplo, do sistema político da democracia.

Organizando a dissertação

A dissertação foi dividida em seis capítulos. No primeiro, intitulado “Considerações Analíticas Iniciais sobre o Tema”, são revistas algumas das teorias sociais, agrupadas em dois campos analíticos: o primeiro discorre sobre as definições clássicas de solidariedade e de reciprocidade como fenômenos estruturantes das interações sociais; o segundo discute os processos de formação de identidade e de pertencimento, individuais e coletivos, orientados pela confiança como fenômeno de integração e coesão social.

No segundo capítulo, “Formas de Reciprocidade na Sociedade Moderna: A Prática da Filantropia”, dá-se continuidade à análise relacionando alguns dos conceitos clássicos sobre o tema com categorias de análise relevantes nas discussões contemporâneas, como cooperação e justiça social, que são enfocadas a partir da influência que exercem para as novas bases de orientação da ação filantrópica. São, ainda, apresentadas, em linhas gerais, algumas considerações sobre o sentido da exclusão social hoje.

No capítulo III, percorre-se a trajetória da filantropia no Brasil e do tratamento dispensado pela sociedade à infância e juventude. O Capítulo IV apresenta uma breve descrição da OAF, o objeto empírico desta dissertação, e uma descrição do método de pesquisa adotado para a realização do trabalho de campo, da análise dos dados e de sua integração com a teoria.

No capítulo V, os recursos destinados à infância e juventude por meio da filantropia moderna são analisados a partir da ação da OAF, observando os valores que estruturam a orientação da ação, na ótica dos mentores e dos colaboradores da organização. O capítulo VI trata das interpretações sobre as oportunidades de vida propiciadas pela filantropia, na perspectiva dos jovens assistidos e ex-assistidos da OAF. A visão de cada grupo de atores, mentores e assistidos, é analisada no que se convencionou chamar de o campo dos valores – valores que respaldam as condutas sociais dos agentes, expressando o seu entendimento sobre e a representação que fazem da experiência viabilizada pela filantropia.

Por fim, o Epílogo resume o que foi possível observar sobre a filantropia moderna praticada pela OAF; as considerações finais sobre o tema agregam as contribuições a respeito da imagem da organização, construída por meio da mídia, que legitimam a ação filantrópica moderna aos olhos da opinião pública.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS INICIAIS SOBRE O TEMA

O estudo da ação filantrópica moderna é um objeto de reflexão muito instigante por suscitar discussões variadas, pela sua constante presença em sociedades industriais e contemporâneas, e por se referir à constituição de sentimentos coletivos que criam laços entre os indivíduos. As transformações que ocorreram nas relações sociais modernas indicam uma acentuação do individualismo e um egoísmo exacerbado, colocando a formação de sentimentos coletivos de solidariedade como um dos grandes desafios da humanidade. Estudar as mudanças a respeito desta questão torna-se imprescindível para a compreensão das continuidades e mudanças que ocorrem nos valores que orientam relações recíprocas e solidárias entre sujeitos sociais.

Nos próximos três capítulos, retomam-se algumas considerações analíticas em torno de conceitos clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais que possam fundamentar a análise da ação da filantrópica moderna, avaliando a influência desta ação sobre a conduta moral/social dos indivíduos em prol da formação e reprodução de relações recíprocas e solidárias. Busca-se, também, um nível de compreensão a respeito da influência desta ação em um espectro mais amplo - a cultura política da comunidade e o impacto que possa causar sobre a justiça social.

A ação filantrópica resgata sentimentos de troca na coletividade; pode propiciar aos indivíduos o desenvolvimento da capacidade de percepção e reflexão em torno das normas e dos valores que estruturam a ordem moral, com base nas experiências históricas e culturais de cada grupo. No seu sentido mais moderno, ela propicia o acesso às oportunidades que a vida moderna oferece, por meio do desenvolvimento material, educacional, simbólico e institucional que a sociedade alcança.

A solidariedade em uma perspectiva sociológica

Traçam-se, agora, algumas considerações sobre o fenômeno da solidariedade, categoria analítica utilizada pelas Ciências Sociais para compreender a fundamentação do processo de integração em um grupo social, principalmente, para entender a natureza da participação na democracia moderna. Em sendo a solidariedade um conceito de natureza ampla, torna-se indispensável recorrer a autores clássicos e contemporâneos para avaliar a complexidade que configura tal conceito.

Retomando a visão clássica da teoria social, enfoca-se a importante contribuição de Durkheim (1984) em torno da questão da solidariedade, definindo-a como um elemento fundamental para promover a coesão social, variando a sua influência a partir do tipo histórico da divisão das funções e papéis sociais em determinada comunidade. Para Durkheim, o fenômeno da solidariedade tem origem na divisão do trabalho social e deve ser analisado com base em três conceitos centrais: consciência coletiva, solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

Toda sociedade tem uma dimensão estruturante que determina a sua organicidade e a dinâmica de seu sistema moral. A sociedade tem prioritariamente uma natureza coletiva que se sobrepõe ao individualismo de cada pessoa que a compõe. Critica, assim o individualismo defendido pelo utilitarismo. Para o autor, o indivíduo tem sua personalidade composta por uma dimensão pessoal, formada a partir da consciência individual, mas socializa-se pela outra dimensão, a da consciência derivada da esfera coletiva de relações. Essas duas dimensões são ligadas formando uma só, uma união que liga sempre o indivíduo à sociedade de forma solidária.

O autor não acredita no desenvolvimento da sociedade a partir do interesse individual, isso porque a sociedade é comparada, metaforicamente, a um organismo vivo integral, onde cada parte tem uma função orientada para a vida e para a sua reprodução. Na sociedade, portanto, as funções dos indivíduos estão sempre atreladas às funções que desempenham para a manutenção da vida, da organicidade, da sociedade, de forma coesa.

Isto se realiza por intermédio das duas consciências, assumindo, portanto, uma dimensão moral; aliás, é esta que diferencia o mundo da natureza do mundo do homem.

A consciência individual é composta por estados pessoais psico-afetivos que caracterizam personalidades e suas distinções. São influenciados e determinados pelos interesses do grupo, por meio de representações simbólicas coletivas, mentalizadas e internalizadas pelos indivíduos, fazendo-os aderirem à moral coletiva. A consciência coletiva, por sua vez, é formada dos sentimentos e das crenças comuns, estruturando a moral de uma sociedade. Ela tem vida independente dos indivíduos que lhe dão sustentação e por meio de quem ela adquire materialidade; mas, ao mesmo tempo, ela forma o sujeito social e o direciona para um sentimento comum, de pertencimento à coletividade. Manifesta-se em diferentes níveis, subsidiando as diferentes estruturas que dão vida à organização de uma sociedade. Portanto, determina as condutas dos atores, transmitindo-lhes os determinantes dos sistemas estruturantes da vida social: a linguagem, as regras de comportamento, a cultura, a religião, enfim, os elementos que formam o lastro da moral e da comunidade, que são independentes da vontade individual.

É ao nível da consciência coletiva que se diferenciam o valor do sagrado e do profano pelos quais se produzem as relações de troca e as condutas que condicionam a reciprocidade, independentemente de condições particulares. Constroem-se os laços e os vínculos entre gerações sucessivas, através do tempo, formando o tipo psíquico da sociedade. Em última instância, sem a consciência coletiva a sociedade não existiria - a coletividade determina as representações simbólicas e estas são a própria sociedade, vividas pelos indivíduos. Destarte, nesta troca contínua entre consciência individual e consciência coletiva – entre indivíduo e sociedade – a solidariedade, desde sua forma original, assume a função de produzir unidade social, integrando os sujeitos entre si e em relação ao seu grupo. A solidariedade mecânica, que surge em comunidades primitivas ou arcaicas, unindo membros de um grupo por condições iguais de existência a partir das suas semelhanças, forma o mundo onde prevalecem as relações primárias e onde a divisão do trabalho social é pouco diferenciada. A semelhança entre os indivíduos e a sua reprodução são as condições para a coesão. Os grupos humanos homogêneos são agregados sem precisar de organizações complexas. O baixo nível de diferenciação nas funções sociais

marcam uma unidade política fundamentada na autoridade tradicional e nas sanções aplicadas quando da transgressão das regras coletivas. Diferenças e individualismos não são aceitos, pois esses elementos contribuiriam para a desintegração social.

Com a complexidade das sociedades, no mundo industrializado, as relações entre indivíduos vão se multiplicando e se diferenciando, pelo que a solidariedade mecânica vai sendo substituída pela solidariedade orgânica, marcada por uma acentuada divisão do trabalho social. As sanções às transgressões sociais são vinculadas a uma autoridade jurídica impessoal e institucionalizada na esfera pública, aplicadas por meio de leis universalizantes, marcadas pelos valores da modernidade: a igualdade, a liberdade e a justiça (fraternidade), permitindo a combinação equilibrada de costumes e condutas diferenciadas. A solidariedade orgânica implica não em semelhanças entre os indivíduos ou em agrupamentos por descendência, mas, supõe que as diferenças particulares da atividade social de cada um sejam interdependentes, unindo-se nas esferas coletiva e pública, organizadas por agências diversas.

A solidariedade evolui de sua forma mecânica para a orgânica, e mantém, de forma mais complexa, os fundamentos originais de troca e de reciprocidade pela própria interdependência entre indivíduos e funções sociais. Pode-se dizer que a função social moderna da solidariedade continua fundamentando a coesão, como fato de caráter moral, reproduzindo e reforçando regras de condutas definidas nas normas sociais do mundo burocrático e democrático, estejam elas estabelecidas pelos estatutos legais (a nova sacralidade dos modernos), ou definidas por relações interpessoais no seio das relações primárias sociais (família, amigos, vizinhos). O entendimento do fenômeno da solidariedade está, então, articulado à sua função na consolidação da ordem social e à sua função moral, baseada em sentimentos coletivos que unem os indivíduos por meio de relações de troca diversas, materiais ou simbólicas. Essas relações de troca expressam a reciprocidade que alimenta os laços sociais, são a base da intercomplementaridade material e simbólica. Pela reciprocidade, cada um se reconhece no outro e reconhece a sua dependência do mundo social.

A divisão do trabalho social provoca efeitos econômicos, políticos, culturais e principalmente, normativos, que, no seu conjunto, formam a solidariedade. Para a sociedade contemporânea, pode-se dizer que a unidade social é garantida pelas diversas formas dos sistemas de reciprocidade que remetem a ações sociais integradas, em contextos democráticos de diferentes tipos de abrangência na relação entre inclusão/exclusão do indivíduo com o seu ambiente social.

A reciprocidade e seus fundamentos clássicos

As relações de troca que compõem uma organização social não devem ser entendidas, apenas, como formas de distribuição e circulação de bens materiais, porque são também, fontes do estabelecimento de vínculos e de modos de comportamentos sociais. Ou seja, para que a reciprocidade seja analisada em sua totalidade deve ser compreendida a partir de suas funções materiais e simbólicas. A compreensão do fenômeno da reciprocidade tornou-se objeto de análise nas Ciências Sociais pelas importantes contribuições realizadas, como as de Durkheim (1984) e de Mauss (1990). Este último parte do pressuposto de que a reciprocidade envolve várias pessoas e seus sentimentos coletivos, organizando um tipo de estrutura social composta por um conjunto de trocas e sistemas de referência correlatos.

A troca sintetiza processo sociais que relacionam os indivíduos entre si, dentro do grupo ao qual pertencem. O objetivo dos estudos de Mauss era desvendar o todo a partir das partes, compreender a moral ligada ao interesse individual e ao bem coletivo, e seus níveis de interdependência. É essa função social da troca - que estabelece e realimenta aproximações, intercâmbios e uniões entre as pessoas – que expressa o reconhecimento de pertencimento, o respeito da honra e o *status* de cada um. O ato da troca aparenta ser livre de interesses, mas, na realidade, inclui os sentidos simbólicos e sociais expressos por rituais voltados para o circuito de dar/receber/retribuir (Mauss, 1990), assim como as obrigações que envolvem.

Buscando analisar o fenômeno da reciprocidade e suas repercussões para a unidade social, o autor investiga a organização de habitantes de tribos da América do Norte que formavam sociedades de base familiar, nas quais predominavam relações de parentesco com domínio patriarcal. As relações de troca formavam sistemas de prestações totais, porque colocavam em relação bens materiais assim como trocas de gentilezas, banquetes, rituais, mulheres, crianças, danças, festas etc. O que o autor ressalta é que o aspecto econômico das trocas é mais explícito e visível, enquanto que os fundamentos sociais que o sustentam ficam em segundo plano em muitas explicações. Isto é, o âmbito não-material das trocas, aquele que une as pessoas por meio de simbolismos, fica em segundo plano em muitas análises, mas, na realidade, é ele que torna possível as próprias trocas materiais.

A partir da troca de presentes desvendam-se recursos simbólicos e circuitos de reciprocidade que alternam momentos de dar, receber e retribuir, unindo doadores e recebedores que se reconhecem como indivíduos semelhantes, sem que seja perdida a dimensão diferenciadora das pessoas. Estes três momentos – dar, receber e retribuir – se completam sob a forma de compromissos baseados nos costumes, permitindo estabelecer um sistema social de transmissão e retribuição coletivo.

O dar constitui-se em obrigação para aqueles que dispõem de poder, prestígio e autoridade. O receber torna-se, também, uma obrigação não menos impositiva, não devendo se recusar uma dádiva, porque poderia implicar em uma ruptura e em um não-reconhecimento. Reconhecer o outro por meio de relações recíprocas significa consagrar sistemas de representações, de compromissos e de valores. As trocas expressam, então, mais do que a distribuição de bens - funcionam para estabelecer interações, reafirmando identidades e reconhecimento mútuo (Laniado, 2000). No geral, pode-se dizer que elementos como dignidade, status e privilégio circulam nas trocas, movimentados a partir da possibilidade da retribuição e do papel dos indivíduos no grupo; integram, ainda, os interesses que compõem a troca. O fato da circulação dos bens ser obrigatório é porque o bem doado não é inerte, nem é um fim em si mesmo, mas representa parte do doador, o dar de si próprio, colocando riquezas, atributos e dádivas em movimentação. Como ressalta Mauss:

“Aceitar alguma coisa de alguém é aceitar alguma coisa de sua essência espiritual, de sua alma” (1990: 56).

As obrigações nas relações de troca têm, ainda, um caráter político e religioso. Representam os valores de uma determinada comunidade que asseguraram o reconhecimento de papéis sociais e da autoridade comuns a um grupo. A retribuição, então, é obrigação como expressão do reconhecimento e da manutenção desses elementos de poder que estruturam a força e a moral social.

Mauss procura perceber o sistema social por inteiro, busca o essencial do seu funcionamento, o momento em que a sociedade e seus indivíduos tomam consciência dos sentimentos coletivos e individuais. Mais do que regras e idéias, ele apreende como estas são vividas por indivíduos e grupos, através de comportamentos consolidados. A conduta humana é por ele percebida em movimento, e a atitude, aparentemente altruísta, tem repercussão em longo prazo, concretizando a ordem social pela reciprocidade e pela ajuda mútua. Por outro lado, a troca – o presente ou dom – apresenta aspectos problemáticos ou ambivalentes. Quando o presente doado não tem a possibilidade de retribuição, ele humilha o receptor. Nesta situação, ao invés de representar generosidade, o dom passa a expressar poder, adquirindo um caráter de força que se torna mais presente que a expressão material do bem. Quando há força e poder hierarquiza-se a honra social e a troca se dá entre desiguais, aumentando as assimetrias (desigualdades).

Numa perspectiva analítica diferente, Max Weber analisa a relação entre dinheiro, honra e poder. Nas sociedades modernas, a disputa pela honra pode estar vinculada a situações de classe, mas supera sempre as pretensões de mera posse. Os relacionamentos sociais estão, sim, impregnados pela honra de *status*, pressupondo estilos de vida específicos, mas expressam, sempre, relações de poder voltadas para a realização deste mesmo poder, pelas organizações modernas (por exemplo, o Estado ou associações diversas).

Outras abordagens afirmam que as trocas não expressam reciprocidade ou poder de forma excludente, tal como os dois pensadores clássicos analisados. Para alguns, a troca pode estar relacionada a condições de ambivalência nas relações sociais. Bourdieu (1996)

avalia as ambivalências das relações de troca ao analisar a honra como referência relacional em sociedades tradicionais. Os indivíduos buscam, por meio dela, configurar regras coletivas, a fim de estabelecer iguais oportunidades entre adversários, desconsiderando fatores humilhantes. Nestas situações, há respeito às regras e o reconhecimento da capacidade do adversário, habilitando-o a participar daquela relação. O dar e o receber são igualmente reconhecidos.

Para Bourdieu, se o dar e o receber estão garantidos isto significa que as experiências que envolvem são desinteressadas e independentes, são expressões de generosidade. Mas, por outro lado, o dever de retribuir impõe cálculo e interesse dissimulados, representando o que Mauss explica pela relação entre o dom e o contra-dom, construindo a dependência entre essas duas dimensões da troca. Isto caracteriza uma ambivalência entre os dois sentidos: o desinteresse generoso e o interesse dissimulado. Para Bourdieu (1996) a honra, então, torna-se um elemento moral fundamental do indivíduo perante si e perante os outros. A participação do sujeito é garantida, individual e coletivamente, pelo *habitus*, como processo de sociabilidade internalizado e reproduzidor das relações sociais. Relações solidárias recíprocas são estabelecidas mesmo diante da confirmação do interesse, movimentando indivíduos pelo estabelecimento de laços coletivos.

Em sociedades tradicionais, salienta o mesmo autor, a economia do dom prevalece e o capital simbólico representa o acúmulo de seus elementos, como reconhecimento e honra. Por sua vez, a generosidade representa um sentimento que motiva, aparentemente, os participantes das relações de troca, mas o interesse aparece no desenvolvimento dessas relações, reforçando as ambivalências que compartilham um mesmo sistema. A retribuição alimenta a rede de solidariedade entre os indivíduos construindo virtudes, isto é, valores voltados para o bem comum, aceitos em condutas legitimadas, de conotação positiva. Nas sociedades modernas, estas virtudes adquirem uma dimensão cívica.

A economia de mercado e sua organização social

Com a passagem de um tipo de economia baseada na troca para uma economia regulada pelo mercado, as transformações nas relações sociais são profundas. O livre acesso individual às oportunidades que a nova organização econômica proporciona fragiliza as obrigações coletivas e muda o eixo da relação dar-receber-retribuir. Na modernidade, as relações sociais são fundamentadas a partir de contratos que são colocados, pela nova ordem, como uma possibilidade universal, para todos. Porém, nas diferentes esferas da vida - privada e pública - a passagem das relações de reciprocidade na comunidade para aquelas geridas pelos contratos e pelo Estado não tem conseguido abranger a todos igualmente, formando marginalizados que não têm acesso a muitas das garantias contratuais. Os laços familiares e de parentescos fragilizam-se, sendo parte de seu papel social repassado para organizações burocráticas de apoio social. Mas, é claro, nem todos conseguem ser incluídos na lógica de distribuição do mercado.

Como avalia Weber (1994), o desenvolvimento do modo de produção capitalista promove laços frágeis de integração entre indivíduos, começando a partir das próprias relações familiares. É a decomposição da comunidade doméstica que enfraquece as obrigações recíprocas existentes nas comunidades de base familiar. Laços sociais primários são continuamente desmanchados. Com o desenvolvimento das especializações das atividades humanas, trazidas pela divisão social do trabalho, a troca passa a ser realizada entre indivíduos e agências, criando uma assimetria entre obrigações e deveres, e possibilitando a sobreposição de um grande controle por parte das segundas.

Durkheim já expressava preocupação em avaliar as mudanças nos laços que unem indivíduos produzidas pela divisão do trabalho, uma vez que a natureza dos elos coletivos se altera, levando à decomposição de uniões tradicionais, como a da família. Via o crescimento da reciprocidade negativa, que aproxima os indivíduos com a finalidade de obter de interesses egoístas, enfraquecendo as virtudes das relações sociais objetivas e os compromissos dos indivíduos com a ordem moral de grupo. Os interesses particulares se tornam concorrentes, menos dependentes das relações sociais pessoais, reconstruindo a coesão da coletividade fora das esferas da reciprocidade tradicional. Os sistemas de

reciprocidade voltam-se mais para o Estado e institucionalizam-se pelas agências especializadas que regulam condutas, deveres e obrigações. Alteram-se, então, as formas de retribuição e distribuição de bens materiais e não-materiais que fundamentam as trocas (Laniado, 1999).

Como analisa Bourdieu (1996), na economia de mercado prevalece o capital econômico, acumulado por meio do cálculo, tornando-se a base de trocas assimétricas. No mundo capitalista, as relações de troca desenvolvem-se na vida cotidiana, mas, também, em esferas mais amplas - entre nações ou Estados, por exemplo, estabelecendo elementos simbólicos complexos e de diferentes naturezas. No geral, reduz-se o papel da solidariedade dos laços sociais e dos sentimentos coletivos que dependem de relações interpessoais. Numa sociedade dominada pela racionalização, as regras sociais são regidas por estatutos jurídico-legais, regulando relações sociais impessoais. A tradição é substituída pelo contrato e a solidariedade é reconstruída em novas bases morais, de deveres cívicos e virtudes morais que envolvem as idéias de igualdade e justiça.

A troca e a confiança manifesta

As relações de troca se fundamentam em identidade e confiança, indispensáveis à integração de um sistema social. A confiança implica em um consentimento por parte dos indivíduos em relação às regras e valores comuns a uma coletividade, reproduzindo um sistema de representações e uma moralidade que conduzem a comportamentos esperados nas redes de retribuição. A confiança tem, então, um papel fundamental na produção e reprodução de normas sociais mais permanentes e que atuam de forma mais coesa na sociedade. A reciprocidade ajuda a organizar relações sociais por elementos como a confiança, o que gera um senso de dever e de obrigação que deve estar expresso nas relações de retribuição estabelecidas (Laniado, 2000). O nível de confiança estabelecido nas relações exerce influência na formação da cultura cívica, e combina-se com elementos motivacionais que levam à participação dos indivíduos em relações coletivas e solidárias.

A confiança aproxima os indivíduos, gerando segurança para que haja cooperação, fortalecendo a expectativa de ações futuras e o desempenho institucional, ao nível mais amplo. Portanto, a confiança é condição da cooperação; se for baixo o nível de confiança, é também, baixa a cooperação entre os indivíduos. Sem a confiança e a cooperação a ação comum passa a ser resultado de pressões e imposições, enfraquecendo a consolidação dos ideais da democracia moderna, como justiça e igualdade.

Com a restrição do campo da confiança, os hábitos de cooperação são fragilizados. São favorecidos padrões de *status* que, segundo Weber (1994), alimentam sentimentos e motivações pautados na competição por privilégios e no acionamento de interesses egoístas. Isto favorece o monopólio de oportunidades materiais e não-materiais, contribuindo pouco para criar condições de participação mais igualitária, em termos distributivista ou de oportunidades de vida (Heller, 1998). Confiança e cooperação, difundidos em largos espectros sociais, implicam na estabilidade das expectativas dos indivíduos e das condutas sociais para a consecução de objetivos e de trocas na esfera pública, por meio de compromissos entre agentes e agências, favorecendo a reciprocidade e o desenvolvimento social integrado. Isto é, gerando condições para o bem comum. A confiança é um recurso moral produzido historicamente, variando conforme o contexto social e cultural do qual emana. Em relações sociais em que se manifesta a desconfiança, a possibilidade do desenvolvimento de sentimentos de pertença entre os indivíduos reduz-se, diluindo a expectativa da retribuição a partir do reconhecimento mútuo (Laniado, 2000). A confiança no mundo moderno fundamenta relações entre indivíduos e instituições, favorecendo o engajamento cívico a partir do desenvolvimento de princípios de participação e compromisso. Ou seja, a manifestação da confiança contribui para o acúmulo de capital social, promovendo oportunidades mais igualitárias de inclusão.

O mundo moderno desenvolve diferentes processos interativos que envolvem variadas modalidades de participação, sem ser necessariamente aquela desenvolvida face a face, mas também considerando as participações abstratas. A complexificação da sociedade contemporânea remete a alterações de elementos simbólicos sobre os quais se baseia a participação, como a confiança, que passa a combinar duas formas: a confiança sistêmica e a confiança individual (Recchi, 1995 - apud Laniado, 2000). A confiança

sistêmica expressa a solidariedade como um sentimento de estabilidade em relação às instituições e ao funcionamento do sistema social. Já a confiança individual orienta o desenvolvimento das relações interpessoais, garantindo a individualidade e também a produção de vínculos sociais. Através da confiança individual combinam-se interesses particulares às expectativas de não ser enganado, complementando no indivíduo o que lhe falta em relação ao outro. Esta forma de confiança regula relações cotidianas e as expectativas de regularidade de conduta. Tanto a confiança sistêmica como a individual tem importantes funções no desenvolvimento social e no desempenho institucional, uma vez que favorecem a organização da vida social e possibilitam ao indivíduo integrar a sua ação à coletividade e às instituições. Elas são relevantes também para garantir mudanças e transformações nos valores de vida e nos processos de objetivação das relações sociais e dos sistemas econômico, político e social. Pode-se dizer que quanto mais confiança houver em uma sociedade menos controle (vigilância) é necessário, e o oposto também.

Confiança, cooperação e compromisso podem ser considerados valores relacionais e de fundamental importância na estruturação de interação social (Laniado, 2000). A possibilidade de influenciarem condutas de forma conjugada representa a formação de oportunidades produzidas, reciprocamente, por indivíduos participantes de relações em diferentes aspectos da vida social, além da consolidação de uma estrutura moral formadora de convicções sociais, políticas e culturais que re-aproximam os indivíduos e reativam as virtudes cívicas, como analisado por Heller (1998).

O sentimento de compromisso, confiança e cooperação forma combinações nas relações sociais em torno da associação de indivíduos em prol da satisfação de necessidades e interesses comuns, e permite acumular valores e experiências para o âmbito do capital social, que, em longo prazo, reforça a solidariedade, de geração em geração (Laniado, 2000). A convivência continuada entre indivíduos depende dos níveis de confiança nas relações sociais, como demonstra Putnam (1996). A confiança é um dos elementos que possibilita a formação de capital social, favorecendo o estabelecimento de virtudes que fundamentam uma convivência cívica equilibrada.

As relações sociais desenvolvem recursos morais como a confiança mútua e a cooperação para que o bem público seja alcançado, beneficiando todos os membros de uma coletividade. Os indivíduos buscam exercer escolhas e honrar decisões, mas necessitam compromissos mútuos e coletivos confiáveis. Para que a ação vise o bem comum é necessário que se estabeleça um círculo virtuoso de confiança e interdependência entre os membros de um grupo, porque a confiança mútua é um dos elementos que estrutura a participação na vida civil (Laniado, 2000; Putnam, 1996). Compromisso e confiança são recursos morais que, se alcançados, favorecem o acesso às oportunidades de vida e o proveito mútuo dos benefícios conseguidos por uma coletividade. A confiança, então, se transforma em uma solução “conciliadora, necessária à eficiência da sociedade e de suas instituições” (Putnam, 1996).

Nas sociedades modernas, a confiança, tanto a sistêmica como a interpessoal se desenvolve a partir de duas fontes: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. As regras e normas sociais baseadas na confiança facilitam a cooperação e o desenvolvimento cívico. Com a confiança, a reciprocidade se generaliza na medida em que se estabelecem expectativas mútuas de retribuição, conciliam-se interesses particulares à solidariedade e se considera o bem público uma responsabilidade de todos.

A disseminação da confiança nas relações sociais propicia o acúmulo de capital social que, diferentemente do capital privado, aumenta na medida em que vai sendo utilizado. Porém, o capital social, por ser um atributo da sociedade formada por indivíduos, não pode ser apropriado em benefício individual. Os sistemas coletivos de participação cívica são essenciais à formação e ao desenvolvimento do capital social, garantindo a cooperação e o benefício mútuo para toda a sociedade. Estes sistemas facilitam o fluxo de comunicação e, conseqüentemente, a confiabilidade, como ressalta o próprio Putnam:

“... confiança e cooperação dependem de informações fidedignas sobre comportamento passado e os atuais interesses de virtuais participantes, ao passo que a incerteza reforça os dilemas da ação coletiva...” (1996: 183).

As regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica, que fundamentam o desenvolvimento da confiança, conduzem a um maior equilíbrio social. Remetendo à

argumentação das interpretações clássicas da democracia, como a de Tocqueville, nota-se que cidadãos participativos agem mais em prol do bem público e da igualdade social do que quando o poder é mais concentrado nas mãos de poucos – mobilização participativa, confiança e colaboração se integram melhor para uma democracia substantiva (Putnam, 1996). Em comunidades em que as relações são pautadas na confiança, no compromisso e na cooperação, as ações dos indivíduos são consideradas mais objetivas, porque beneficiam uma coletividade, sendo os dilemas coletivos mais habilmente superados. Contratos são honrados quando há confiança, assim como as leis são mais eficazes quando nelas se confia. A incerteza quanto à imprevisibilidade de comportamentos e condutas é minimizada e a adesão em relação às normas e compromissos é mais confiável.

Portanto, confiança, cooperação e compromisso tornam as relações recíprocas mais frutíferas. Além disto, possibilitam a formação de atores sociais capazes de interagir com o sistema do qual fazem parte e refletir sobre suas ações individuais e coletivas, reelaborando valores e modos de agir. A reciprocidade, quando realizada através da confiança, da cooperação e do compromisso, desenvolve um sentimento de complementaridade em relação ao próximo, reduz o risco de situações de intolerância e extermínio e alicerça as bases morais da sociedade. Os indivíduos reforçam os seus sentimentos de pertencimento e respeito a um mesmo sistema de representações e obrigações, sem desprezar as liberdades individuais.

CAPÍTULO II

FORMAS DE RECIPROCIDADE NA SOCIEDADE MODERNA: A PRÁTICA DA FILANTROPIA.

A ação filantrópica contemporânea tem o papel de conformar laços coletivos a partir de valores como os de solidariedade e reciprocidade, buscando minorar situações de risco – como a exclusão e a desigualdade social. Ela amplia os canais de participação dos indivíduos, enquanto cidadãos livres e iguais, e oferece oportunidades econômicas, sociais, políticas, culturais e de existência a parcelas significativas da sociedade.

Em sua origem, a filantropia foi movida por valores humanitários e sentimentos cristãos de compaixão e caridade, visando atender o que era considerado anomias que perturbavam a paz social. Alterou a sua natureza e passou a representar um sentimento em relação ao próximo movido por solidariedade e reciprocidade no seu sentido mais atual, influenciando relações sociais com base nos princípios contemporâneos de cooperação, confiança e justiça social. A filantropia moderna passa a exercer, então, a importante função de desenvolver atividades civis de ajuda mútua a partir da ação solidária, objetivando integrar indivíduos à sociedade.

Neste contexto, a reciprocidade expressa pela filantropia produz efeitos sociais de natureza prática, que tornam a convivência mais densa de relações de troca diversas, equilibrando as tensões entre indivíduos e grupos. Associando-se entre si, os indivíduos viabilizam sistemas de ajuda mútua, produzindo formas coletivas de intervenção e de práticas em relação a questões políticas e questões sociais. Sobre estas últimas, muitas consistem em formas de ação coletiva que foram se desenvolvendo ao longo da história, sendo que algumas se extinguíram nesta trajetória. Uma das formas de ação coletiva relativa a questões sociais que vem se mantendo no decorrer do tempo, até a atualidade, é a filantropia. Assim como a natureza dos elos que unem os indivíduos pelos quais ela se constitui, a filantropia se alterou no decorrer da história. Este processo de construção e reconstrução merece algumas considerações.

A filantropia é uma das mais antigas formas de envolvimento com outrem, tendo em sua origem o sentimento de minorar a situação dos desfavorecidos. De cunho humanitário, foi, ao longo do tempo, imbuída de um tratamento caritativo para os desvalidos. A origem deste sentimento pode ser encontrada na relação entre filantropia e caridade cristã, estando os seus primeiros sinais na Idade Média, quando a Igreja realizava ações beneficentes organizadas por esmolas e por doações, canalizadas por meio de instituições de assistência; as doações, para aquele que as dava, representavam a condição para a salvação da alma.

A filantropia, propriamente dita, emergiu na Europa do século XVIII. Suas primeiras formas de assistência surgem a partir de Obras de Misericórdia, que eram organizadas pela Igreja para cuidar do número crescente de pobres que iam surgindo com o êxodo rural e o desenvolvimento desordenado das cidades (Marcílio, 1994). Naquela época, a sociedade procurava respostas para o surgimento da pobreza e da miséria que se expandiam pela Europa, na transição do feudalismo agrário para a sociedade urbano-industrial. As idéias dominantes do utilitarismo e do higienismo eram conjugadas com os princípios da caridade cristã, influenciando as práticas de apoio social, em especial as filantrópicas, que visavam contribuir para o progresso da nação, em atendimento à pobreza. As ações eram voltadas para a educação do povo em relação à higiene e à saúde, buscando adequar as políticas do ideário da medicina nascente com fins sanitaristas (Marcílio, 1994).

No século XIX, a filantropia esteve intimamente relacionada ao Iluminismo, ao Higienismo e à Revolução Industrial, visando as questões sociais por meio da implementação de propostas educativas para a regulação e o controle da família operária. Naquele momento, buscava-se atingir um *status* científico na sociedade liberal. Porém, as questões sociais agudizavam-se com o desenvolvimento desordenado da industrialização. Sob a influência de novos princípios ideológicos, a sociedade passava a exigir do Estado uma posição mais clara sobre estas questões, que não estavam sendo resolvidas com iniciativas individuais ou mesmo comunais, caritativas ou laicas. Havia a necessidade de uma ação mais ampla, que englobasse as formas já existentes de assistência e a própria ação do poder público.

A filantropia voltou-se para obras sociais de iniciativa privada e laica, buscando práticas renovadas em relação às tradicionais, de inspiração religiosa. Eram obras sem uma finalidade missionária; naquele momento, as instituições filantrópicas buscavam um padrão de pluralismo e de neutralidade. A primeira dessas obras foi fundada em Paris, no ano 1780 - *Société Philanthropique de Paris*. Em fins do século XIX, as associações filantrópicas prestavam assistência à população desvalida visando garantir a ordem e a disciplina social. Concomitantemente, o Estado despertava para a necessidade de intervir nas questões sociais que se tornavam públicas.

Já no século XX, depois da Segunda Guerra Mundial, entendeu-se que o interesse da filantropia, herdado das tradições anteriores, não atendia mais às necessidades básicas da assistência social, em especial, em relação à infância abandonada. Com uma nova visão sobre o sentido social da pobreza, o Estado do Bem-Estar Social ou Estado Providência, orientou a questão em direção a uma perspectiva social-democrata. Passou a intervir diretamente junto às questões sociais por meio de políticas gerais e políticas intervencionistas.

O Estado Providência e as transformações da assistência social: os novos limites entre o público e o privado

O Estado do Bem-Estar Social, Estado Keynesiano ou Estado Providência representou, por mais de sessenta anos, um pacto de classes institucionalizado para conter conflitos sociais e promover a distribuição mínima da riqueza nos países industriais avançados. Estava assentado em alguns pressupostos básicos: a base da sua organização acontecia ao nível nacional, os acordos entre lideranças trabalhistas e burguesia nacional visavam a harmonia dos processos e da convivência do setor produtivo, as políticas públicas eram voltadas para assistir as famílias dos trabalhadores equilibrando as relações entre capital e trabalho. Buscava-se institucionalizar as demandas que se encontravam na base da luta de classes, dando apoio aos trabalhadores e suas famílias, com vistas a

fortalecer as condições nacionais de produção e um melhor nível de vida da classe trabalhadora (Santos, 1995; Esping–Andersen, 1991).

Com as mudanças sofridas no sistema de produção capitalista, as regras de produção e de convivência foram alteradas a fim de se superar mais uma das crises cíclicas, características deste modo de produção. Uma nova divisão internacional do trabalho difundiu um modelo transnacional de acumulação de capital, muito mais acelerado, orientado pela ideologia do neoliberalismo (Sader e Gentili, et alli, 1995). Ademais, a atual fase do capitalismo possibilitou uma nova revolução tecnológica, com a preponderância dos mercados financeiros no lugar dos setores produtivos.

A social-democracia que fundamentou o modelo do Estado de Bem-Estar Social entrou em crise pela razão principal do modo como a produção capitalista mundial atual orientou-se para condições globalizadas de produção, fazendo sucumbir os incentivos ao desenvolvimento do Estado e das produções nacionais. A centralidade econômica, hoje, não está mais voltada ou mesmo localizada no nacional, mas, sim, na dimensão transnacional da economia e da tecnologia. A política do Estado Providência, pautada no pleno emprego, tem sido gradualmente desarticulada por uma tendência à diminuição na oferta de vagas do trabalho direto, pela terceirização da mão de obra, e pelo aumento da robótica na esfera da produção, o que resulta em um aumento significativo nas taxas de desemprego e na redução dos benefícios sociais vinculados a atividade do trabalho (Santos, 1995; Esping – Andersen, 1991).

O outro pilar da política de bem-estar social que decaiu ao longo das últimas duas décadas foi à capacidade distributiva de riqueza, privilegiando-se o seu oposto: uma avassaladora concentração da riqueza entre os mais ricos, aumentando a distância entre eles e a parcela mais pobre da população, ao nível global e no Brasil também. Em decorrência disso, o Estado é reduzido ao mínimo no que diz respeito à sua tradicional capacidade de intervenção nas questões sociais; por outro lado, maximiza-se a ação do Estado para intermediar as questões de interesse do mercado financeiro e da política neoliberal de acumulação. O Estado, que historicamente se constituiu como uma arena privilegiada de mediação dos conflitos de classes sociais, assegurando ao mesmo tempo a

coesão da sociedade de classe e a hegemonia burguesa, perde esta dimensão. Passa a ser menos uma arena onde se arbitra os diferentes interesses de classes e grupos, e torna-se, sempre mais, o eixo dos interesses do capital transnacional. Afasta-se cada vez mais do seu papel de proteção e segurança, pilares da ideologia da social democracia, resumida no Estado Providência. Estes dois últimos aspectos passam a ser cada vez mais desempenhados por outras instâncias da sociedade civil – a própria sociedade civil organizada e o Terceiro Setor.

Pode-se dizer que a grande transformação que o Estado atravessa, como ressaltam Santos (1995), é a sua descentralização nacional. Atualmente, como intermediador de interesses globais, emerge dele uma nova articulação entre a dimensão do público e do privado. As funções públicas estatais, de tratamento dos antagonismos sociais, passam a ser desempenhadas pelo setor privado ou pelo Terceiro Setor, ambos, agora, com as atribuições públicas que estiveram a cargo do Estado por mais de 60 anos.

A novidade é o papel do Terceiro Setor, pautado em novos formatos de regulação e proteção social que oferecem serviços marcados por algumas das regras de mercado. Privado, mas sem fins lucrativos, ele presta proteção social alternativa, uma privatização dos serviços públicos para o bem estar social, englobando novas e antigas formas de tratamento das questões sociais em todos os aspectos. Ele é hoje responsável por implementar ações voltadas para uma política social com caráter distributivo, envolvendo, também, um atendimento de qualidade. Representa um espaço que congrega iniciativas de organização da sociedade civil voltadas para interesses públicos, no sentido de coletividade. Entre essas iniciativas pode-se incluir, também, a filantropia moderna, que sofre mudanças em alguns de seus princípios básicos, mantendo outros originados da prática tradicional. Tanto a filantropia moderna como o Terceiro Setor serão objeto de discussão e análise mais detalhadas em capítulos a seguir deste trabalho.

Engajamento e mobilização cívica na contemporaneidade

Para que haja interação entre os sujeitos sociais, a fim de garantir padrões harmoniosos de convivência e integração social, são indispensáveis o desenvolvimento de relações que estabeleçam elementos como: a confiança, o compromisso e a cooperação, já descritos anteriormente. Eles formam o lastro da reciprocidade e permitem o desenvolvimento de relações em torno de redes sociais de ação coletiva e individual, caracterizando as diferentes formas de associativismo cívico. O engajamento dos indivíduos transcende o individualismo e se volta para os interesses do bem comum, transformado, na sociedade moderna, em bem público (Putnam, 1995; Laniado, 2000).

Disto deriva a questão do papel do associativismo cívico nas sociedades onde há a diferenciação entre o Estado e a sociedade civil e, no caso deste estudo, a dimensão associativa é focada nas organizações filantrópicas. O surgimento destas organizações, como já observado, reporta-se à desagregação das formas de apoio e compromisso entre indivíduos e grupos baseados nas relações primárias da família e da comunidade doméstica (Weber, 1991). Surge a assistência social, tanto para suprir os indivíduos carentes e marginalizados, como para mantê-los aderidos a um grupo social, mesmo que, agora, seja um grupo não-familiar: a comuna, a cidade, a Igreja e seus seguidores, o cidadão, dentre outros (Laniado, 2000).

Ainda a partir das análises de Weber (1991), pode-se dizer que o desenvolvimento do capitalismo alterou os valores que orientam as relações de produção e as relações sociais, trazendo mudanças aos fatores que motivam nos indivíduos o interesse comum. Os valores que orientam relações de troca e de solidariedade se modificam, assim como as formas de associativismo exercido pelas comunidades. O trabalho assalariado impôs novos tipos de organização, orientando os indivíduos para funções específicas e lugares específicos nos sistemas sociais, o que, por um lado, autonomizou o indivíduo em relação às relações primárias no mundo social. A família reduziu-se a uma unidade nuclear moderna e o encargo das responsabilidades sociais das famílias passou a ser compartilhado com o poder público. Mas, por outro lado, este não dá conta de toda a assistência necessária aos indivíduos autonomizados das relações familiares e liberados da sujeição ao

trabalho servil. Se mais livre da família e do senhor, o trabalhador moderno tornou-se mais sujeito ao poder público e ao sistema burocrático-legal, impessoal e hierárquico de um mundo reorganizado em torno da racionalidade. Por onde se reestruturam, então, a solidariedade e a reciprocidade, originárias do mundo social tradicional? Como se produzem agora e se estabelecem? Toma-se como ponto dado, como discutido anteriormente, que ambas são fundamentais, isto é, estruturam para o mundo social – mesmo o moderno – a interação, a troca e a retribuição (Laniado, 2000).

Nas sociedades de mercado, o Estado se contrapõe ao *laissez-faire* com diferentes formas de regulação e diferentes formas de apoio social, em especial no caso do Estado de Bem-Estar. Reconstitui, no âmbito do direito e da cidadania, a relação de pertencimento dos sujeitos em relação à coletividade, por meio de agências públicas estatais. Complementarmente, mantêm-se iniciativas privadas, tais como as herdadas de períodos anteriores à estruturação do Estado no século XX, entre elas as iniciativas de apoio educacional e social. Em décadas mais recentes, com a reestruturação produtiva promovida pelo capitalismo transnacional hegemônico, a função estatal para questões sociais é reduzida, obrigando os indivíduos a ver para além do Estado provedor: obriga-os a lidar mais diretamente com os sentimentos egoístas, obriga-os a rever a associação entre as pessoas como uma forma necessária de provimento de necessidades básicas, e, finalmente, obriga-os a uma reelaboração da solidariedade. Isto porque, a fase atual do capitalismo fragiliza as relações entre indivíduo e Estado, acentuando a *anomia* e as crises de diversos tipos.

Como o Estado já não oferece proteção social satisfatória aos seus membros-cidadãos, a própria sociedade civil toma para si a busca de soluções que desenvolvam novos padrões de confiança e cooperação, menos mediadas pelas agências públicas e mais organizadas em torno de associações - do associativismo cívico. É neste novo espaço que a ação filantrópica moderna se integra. A filantropia, hoje, passa a desempenhar um papel de destaque no tratamento das questões sociais; torna-se uma das formas, entre tantas outras, de reelaboração e reestruturação de relações recíprocas necessárias à produção de laços sociais. Estas relações são alimentadas por engajamentos e compromissos orientados por um senso de bem coletivo, entendido como bem público. A filantropia moderna se

constitui em um nível intermediário entre o individualismo do mundo privado e o bem público; viabiliza, entre outros, a realização de direitos básicos, garantidos na Constituição e nas convenções internacionais sobre direitos sociais e direitos humanos – o que é o indivíduo, o que é que o mundo social lhe oferece, o que ele deve esperar e conseguir. Recriar oportunidades, recuperar indivíduos postos à margem da sociedade, e consolidar a cidadania é o que a filantropia moderna é capaz de fazer, através de estratégias pedagógicas e educativas (Laniado, 1999; Marcílio, 1994).

Exclusão: um conflito social da fase do capitalismo avançado

As relações sociais do capitalismo avançado devem procurar atingir níveis de interação capazes de minimizar os conflitos que toda sociedade experimenta. Um dos maiores conflitos presentes na modernidade diz respeito ao desequilíbrio entre regulação e emancipação. Como ressalta Santos (1995), a regulação que a sociedade moderna desenvolve enfatiza uma proteção ao mercado em detrimento do desenvolvimento, em igual medida, do Estado e da comunidade. Os principais fundamentos do liberalismo, na acepção mais geral do seu ideal, dão origem a esse macroconflito devido à natureza do desenvolvimento das sociedades modernas industriais.

A liberdade individual perante o mercado traz, ao mesmo tempo, para os indivíduos, os benefícios que necessariamente resultam para o bem comum, mas como elemento residual da livre concorrência. Os contratos sociais da nova ordem moderna burguesa foram estabelecidos à luz dos ideais liberais de liberdade e autonomia, dotando os sujeitos de uma subjetividade marcada por responsabilidade e adaptabilidade conforme a individualidade e o mercado, sendo a personalidade coletiva de domínio público, realizada no âmbito do Estado. É no bojo destes ideais que foram produzidos os princípios de emancipação do homem e da libertação e do subjugo das forças da natureza, permitindo construir, gradativamente, um homem portador de direitos e deveres políticos, de capacidades econômicas e sociais consagradas pela cidadania. A importância da participação do homem em processos de construção subjetivos e objetivos, individuais e

coletivos, torna-se essencial para a virtude cívica, conjugando interesses particulares e coletivos nos mesmos espaços sociais (Santos, 1995).

Em contraposição às conquistas destes ideais, há a necessidade de se conter os desequilíbrios produzidos pelo capitalismo. A liberdade não contempla a todos igualmente na forma em que as oportunidades de desfrutá-la se apresentam. Em função disto, surge um tipo de conflito, produto da modernidade, que é a luta contra a exclusão, abrangendo uma visão crítica sobre os mecanismos de socialização e as formas de inculcação cultural do capitalismo. A exclusão, que se manifesta desde o início da passagem da ordem feudal para a capitalista, apresenta-se, hoje, como um fenômeno econômico e sociocultural altamente complexo. Para Santos (1995) a exclusão é um fenômeno de civilização, envolvendo uma trajetória histórica que estabelece uma relação íntima entre a inserção social do sujeito e a cultura de uma sociedade. Como fenômeno da modernidade, ela produz um processo progressivo de não pertencimento, criando fraturas no tecido social e nas relações econômicas. O sentimento de não pertencimento, ou mesmo de rejeição, é representado em práticas e condutas. Em situações extremas, a exclusão acontece na forma de intolerância e de extermínio, como por exemplo, perseguições étnicas ou religiosas, ainda tão comuns no mundo de hoje. No geral, pode-se dizer que a regulação social moderna, para a economia e os direitos sociais, busca conter as conseqüências da exclusão, gerando mecanismos de controle das situações graves. No entanto, não é possível dizer que estes sejam conseqüentes para resolver situações de exclusão crônicas que, em última instância, tornam a sociedade mais hierarquizada e mais desigual.

É preciso situar, na presente discussão, a relação entre exclusão e o objeto analítico deste trabalho, a filantropia. Em sociedades pré-industriais, a exclusão social apresentava formas embrionárias, atingindo pequenos grupos sociais formados pelos chamados vagabundos, pessoas carentes que não conseguiam se sustentar (Castel, 1998). A exclusão, então, era caracterizada como vadiagem e era-lhe atribuída a responsabilidade de ameaçar a coesão social das redes comunitárias, em sociedades ainda camponesas. As comunidades se organizavam internamente a fim de prover assistência aos pequenos grupos de marginalizados. Esta ajuda era baseada na generosidade, um sentimento que unia a ação comunitária entre os camponeses para dar proteção aos excluídos, que eram percebidos

como um excedente humano, não previsto na ordem integral do mundo pré-capitalista. A vadiagem, neste sentido atribuído, estava desvinculada da noção de trabalho, noção que ela só adquire na modernidade, com a atividade industrial e a produção material separadas do mundo doméstico. Logo, a assistência àqueles que não conseguiam se sustentar visava contornar riscos referentes a um padrão de coesão social de sociedades ainda pouco diferenciadas.

O fenômeno da exclusão agudizou-se com a complexidade da organização societária atingindo, progressivamente, grupos populacionais maiores e diferenciados, mas com concentração maior nas cidades crescentes. Os excluídos recebiam uma proteção prestada por organizações que surgiam com esta finalidade e se destinavam à prática da assistência social aos necessitados. Surgiam até mecanismos de seleção dos pobres para o atendimento por estas organizações. Mas, no geral, era uma assistência prestada superficialmente, sem levar em conta, a ameaça da desfiliação. A desfiliação (Castel, 1998) podia se dar em dois âmbitos: o material, representado pela não inserção numa estrutura de atividades de sobrevivência ou de trabalho, e o não-material, caracterizado por frágeis vínculos de interdependência das relações sociais primárias. Aqueles que não conseguiam nem estar inseridos e nem se sustentar comprometeriam suas potencialidades e a percepção de sua condição de excluídos; ademais, enfraqueciam a sua capacidade de ação em relação à realidade, cristalizando, então, um estado permanente de privação e exclusão.

A partir do século XVIII, o fenômeno da exclusão passou a ser reconhecido como pauperismo. Era o período em que se instaurava a reorganização da estrutura de produção em direção a um capitalismo mais avançado. A industrialização emergente dividia os recursos humanos disponíveis entre os que trabalhavam na nova sociedade fabril e os que não conseguiam se inserir no mercado formal de trabalho, passando a viver uma condição social precária, a do pauperismo. Por outro lado, os assalariados, apesar da inserção, não experimentavam uma posição sócio-econômica confortável, pois deviam atender às exigências da produtividade, num mundo de trabalho desgastante. A relação entre os inseridos e os não-inseridos delineava o campo das relações de trabalho – os ganhos e perdas, os direitos, os níveis de exploração e produção da mais-valia – formando um exército de reserva. Este, entre outros fatores, comprimia a remuneração do trabalho e

tornava lentas as conquistas trabalhistas ao longo de dois séculos. No geral, a caracterização da identidade de classe, o equacionamento do seu papel no mundo da produção e a estruturação organizativa dos seus diversos e diferenciados setores foram, historicamente, afetadas pela relação entre inclusão/exclusão dos trabalhadores e do excedente, os vagabundos. Muitas vezes até confundindo-se na mesma pobreza (Castel, 1998).

Esta relação entre conflitos e paradoxos do mundo do trabalho repercutia de forma devastadora no cotidiano das famílias operárias. A degradação da vida do trabalhador levava famílias inteiras à condição de pauperismo, confinadas a áreas periféricas das cidades, desprovidas de higiene e equipamentos urbanos coletivos. Ou seja, a vida do trabalhador era padronizada e nivelada em condições de sobrevivência que não condiziam com os valores burgueses e com a moral da nova sociedade democrática, emancipada e igualitária. Privações materiais e simbólicas atingiam trabalhadores e os não-trabalhadores, caracterizando um mundo de pobreza em contraste com a capacidade crescente de riqueza e acumulação do capitalismo. Portanto, pode-se dizer que o pauperismo passa a congregar uma desfiliação em massa dos benefícios da evolução da nova sociedade, a sociedade que tinha derrubado os privilégios da aristocracia. A sociedade liberal vivia uma industrialização desordenada, gerando conflitos profundos que a dividiam, afetando a coesão da ordem política e moral (Castel, 1998). O momento histórico da industrialização exigia um novo homem, adaptado e submetido à nova organização do trabalho e às relações dominadas pelo contrato salarial e pelo contrato de propriedade privada. Este novo mundo pode ser caracterizado por:

“O vagabundo era o vadio que ficava na periferia do espaço social e seu drama decorria do fato de ser posto fora da ordem produtiva. Com o pauperismo, manifesta-se o perigo de uma desfiliação em massa inscrita no próprio cerne do processo de produção das riquezas (Castel, 1998:298)”.

Exclusão e injustiça social: elementos incompatíveis com os valores democráticos

Em décadas recentes, o modelo de industrialização desta fase do modo de produção capitalista, o *fordismo*, do ponto de vista do capital e da acumulação, esgotou-se e, mais uma vez, foi estabelecido um novo modelo de organização produtiva e de relações sociais entre a esfera privada e a pública. A reestruturação produtiva é baseada em uma política de globalização amparada pela ideologia neoliberal, o que implica transformações sociais a partir de uma nova base produtiva. Se a modernidade e a ciência trouxeram a certeza do domínio do homem sobre a natureza e o controle sobre as forças produtivas, a incerteza, hoje, passa a ser um sentimento muito difundido. Nas relações sociais contemporâneas os ‘inempregáveis’, aqueles que não conseguem uma inserção na sociedade do trabalho e menos ainda do salário, vivem situações de exclusão em sua forma mais extrema: a que os aproxima do *apartheid* social. Isto porque esta exclusão econômica repercute fortemente nas outras esferas da vida: no cotidiano, na educação, no lazer, no usufruto do espaço/equipamentos urbanos, até mesmo na estética, pois a pobreza externaliza uma visibilidade que se distingue claramente na sociedade de consumo.

Pode-se dizer que o momento histórico contemporâneo representa vulnerabilidade e instabilidade em massa, em que oscilam as situações da vida social. Diversas classes e categorias passam a fazer parte, em diferentes escalas, dos processos de exclusão em função de diversas condições objetivas e subjetivas como: desemprego por longo período, instabilidade nas relações trabalhistas, fragilidade dos suportes de proteção social, multiplicação dos supranuméricos, juventude sem perspectivas de futuro, desvalorização do indivíduo e de seu lugar social, afetando a subjetividade e a cidadania propriamente ditas.

A sociedade salarial organizou políticas públicas para regular a relação entre emprego, necessidades, acumulação e mão de obra. A atual fase do capitalismo tem revertido, sistematicamente, este papel regulador do Estado. Em mais um momento de crise cíclica do modo de produção capitalista, com falências e recessão, há alterações de toda ordem que culminaram com o desmantelamento do modelo político do Estado de Bem

Estar Social, promovendo o estado mínimo. Os valores materiais e econômicos que orientam as relações sociais tornam-se seletivos e excludentes e as oportunidades de vida são restritas, gerando ciclos geracionais de excluídos. Com isso, são afetadas as identidades individuais e coletivas dos indivíduos que vivem longamente esta situação. Nas sociedades contemporâneas a exclusão pode ser definida como um estado integral de privações. Engloba diferentes formas de desvinculação, desde carências econômicas, políticas, sociais, até culturais e existenciais. O processo da não-integração se forma involuntariamente, sendo cada vez mais difícil de ser alterado a partir de iniciativas individuais. Os vínculos de inserção através do mundo do trabalho, que têm dominado as relações sociais modernas, rompem-se progressivamente. Os excluídos passam a ser reconhecidos como supérfluos, desnecessários e supranuméricos. Segundo estudos sobre os efeitos da globalização, dois milhões de pessoas são tornadas desnecessárias no mundo moderno, caracterizando existências disfuncionais num cotidiano de níveis assustadores de intolerância e discriminação. Em situações de conflito explícito (as guerras étnicas, religiosas e nacionais), este excedente humano sofre até mesmo o risco do extermínio, como já dito anteriormente (Castel, 1998).

Um dos grandes dilemas contemporâneos tem sido o de manter a coesão social, situando integrados e não-integrados no mesmo tecido social, apoiados em pilares da sociedade moderna como justiça, liberdade e igualdade. Estas noções orientam a busca pela integração no mundo moderno, condicionando a conduta reflexiva dos sujeitos sociais. A liberdade pressupõe a igualdade e vice-versa; porque a liberdade pressupõe a mesma condição para o outro e a igualdade pressupõe a paridade com o outro, tornando-se, portanto, as expressões modernas que se voltam, de forma historicamente integrada, para os valores, costumes, *status* e poder econômico. Ademais, ser igual e livre hoje incorpora outra dimensão vital: a diferença. Poder ser diferente e viver livremente, em condições de igualdade. Isto se realiza a partir da igualdade de condições, que possibilitam o acesso às oportunidades que a vida moderna oferece (Heller, 1998).

Já a justiça depende da liberdade e igualdade; é o princípio orientador fundamental das relações sociais, pois é a partir da justiça que são pautados os julgamentos morais e as práticas que os atores externalizam por meio de diferentes formas de interação. Valores e

práticas envolvem os demais elementos de igualdade e liberdade. O parâmetro de justiça conduz ao desenvolvimento das instituições e organizações sociais de forma confiável, favorecendo o acúmulo de capital social. Este representa os recursos morais e objetivos produzidos e reproduzidos nas relações entre indivíduos, influenciando, assim, o engajamento cívico e o desenvolvimento de normas de reciprocidade, de compromisso e ação que torna ativa a sociedade civil e com alto (ou baixo) grau de organização.

Pode-se dizer que valores, atitudes e práticas sociais têm influência na construção de identidades individuais e coletivas. Se as relações sociais não forem fundamentadas em parâmetros de justiça (que é a forma de se viver à liberdade e a igualdade) formam-se sujeitos pouco reflexivos e pouco determinados nas suas ações. Com isso, a conduta social não conduz à satisfação das necessidades individuais (interesses) e coletivas (bem público) e situações de exclusão multiplicam-se em toda a sociedade. Quando a justiça não é exercida plenamente, as oportunidades são restritivas e as redes de relações sociais tornam-se frágeis. Há a acumulação desigual de vantagens materiais e não-materiais. Com isso, forma-se uma grande distância entre a dimensão formal da justiça e a sua implementação em práticas sociais no âmbito da participação e distribuição. Mas, quando a combinação das condições de igualdade e liberdade é adequadamente vivida através de oportunidades, viabiliza-se a presença dos indivíduos nos sistemas de participação e de proteção social (Heller, 1998; Laniado, 2000).

CAPÍTULO III

INFÂNCIA E JUVENTUDE - A VIDA PRÉ-ADULTA E A ORDEM SOCIAL ONTEM E HOJE

Durante um longo período da sociedade tradicional da Idade Média a infância e a adolescência foram uma fase da vida esquecida. Pouca importância era dada a essa etapa do desenvolvimento humano. Quando a criança alcançava um mínimo de desembaraço físico, aproximadamente aos sete anos de idade, era inserida numa vida adulta precoce. Contudo, era um indivíduo frágil, que inspirava os cuidados e a proteção da família. Ao ser introduzida numa vida adulta, sem desfrutar de uma fase de preparo para um desenvolvimento mais maduro, a fase da infância era atropelada, apesar de que, direta ou indiretamente, era o embrião do futuro adulto e do seu papel social na manutenção ou reforma do seu tempo.

Ariés (1982) retrata com apuro a problemática que a infância suscita na análise do mundo social, em termos da fase geracional e em termos da formação dos sujeitos. Segundo ele, antigamente, a criança tinha uma passagem tão breve pela infância que não conseguia despertar a atenção dos adultos e, portanto, não era vista como tendo um papel importante no ciclo de vida. A criança permanecia no anonimato; despertava, apenas, a diversão dos adultos, atitude essa chamada por Ariés de *paparicação*. Não era atribuída aos pequeninos particularidades de uma importância própria, que os diferenciasse dos adultos. Eram tidos como simples *animaizinhos* de estimação. Na estrutura familiar da época medieval, a família era estendida através do feudo, do vilarejo ou do campo e abrigava a infância, a velhice e a doença. A separação destas fases ou aspectos da vida começou com a formação do mundo urbano-industrial, quando a infância se separa, se destaca. E foi a partir daí que ela encontrou o risco de ser afastada do mundo doméstico ou familiar. Foi com o surgimento do mundo moderno que o problema da criança abandonada ou negligenciada se tornou público.

Na época medieval, a família não se estruturava como um organismo privado e particular de reprodução. As relações familiares faziam parte e eram compatibilizadas com toda a estrutura social da comunidade e as classes eram estamentos com lugares bem definidos, não sofrendo segregação ou marginalização em relação à ordem social hegemônica. Todos conviviam, num mesmo espaço físico, simbólico e organizativo. Nas mudanças que se produziram, com o fim do feudalismo, a sociedade sofreu modificações que atingiram a estrutura familiar, desde intervenções provenientes de poderes eclesiásticos, de homens da lei, ou dos moralistas do século XVII. Conseqüentemente, mudaram as estruturas de autoridade e disciplina que, gradualmente, passaram a se localizar fora do mundo doméstico-familiar, ficando sempre mais aos cuidados de agências especializadas. Procurou-se despertar nos indivíduos uma maior preocupação com a população infanto-juvenil, o que, inicialmente, significou que ela deveria passar por um longo processo disciplinar, sendo esse pensamento difundido, inclusive, na vida familiar (Ariés, 1982).

O principal meio de educação não era mais a aprendizagem *lato sensu*, mas sim a escolarização. A criança não aprendia no convívio com adultos, mas devia ser isolada da família, na escola, antes de ingressar na vida adulta. Implantou-se, então, ao longo dos dois últimos séculos, o processo de escolarização que segue até os presentes dias. Com o destaque da infância, da educação e da disciplina a família passou a se organizar levando em conta a criança, retirando-a do anonimato e conferindo-lhe cada vez maior importância nas diretrizes da vida privada e na sua relação com o mundo externo à família.

As novas ciências do homem formaram essa nova concepção de infância, difundindo-a pela sociedade: a pedagogia, a psicologia e a pediatria. A escolarização, antes, privilégio dos adultos, passou a ser vista como primordial como fundamento do processo de socialização de crianças e jovens, mesmo quando era centrada, por um longo período, no monopólio de um sexo: o masculino. Com isso, a infância passou a desfrutar de uma maior longevidade, expandindo o seu espaço de tempo pela duração do ciclo escolar. Este processo coincidiu com, por um lado, o processo de moralização da sociedade, promovido por homens ligados à religião ou à esfera jurídico-legal a cargo do Estado. O papel da família passou a ser limitado a espaços determinados, longe da vida

coletiva pública. Ou seja, a família privatizou-se. Por outro lado, a infância passou a ser cada vez mais apropriada pela esfera pública, na qual grande parte dos valores, da moral e da disciplina se produziam e condicionavam a subjetividade dos indivíduos.

Com a ascensão da nova classe burguesa iniciou-se um período de transformação, trazendo à sociedade uma nova concepção de mundo. A burguesia se tornou hegemônica, assim como o seu modelo de vida, baseado em uma acelerada industrialização e formação das cidades. A estrutura de classe burguesa influenciou também a escolarização. As escolas, antes freqüentadas principalmente por nobres, passaram a ser mais acessíveis a outras classes e, gradualmente, ao povo, mas estratificando os indivíduos em função da classe social de origem. A burguesia ascendente não concebia misturar-se com os proletários em espaços comuns; as diferenças passaram a ser aceitas como um dado natural, que não surpreendiam nas relações sociais e na caracterização dos elementos que separavam os indivíduos.

A partir do século XVIII, acelerou-se a migração em direção às cidades e às fábricas. Aqueles que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho ficavam à margem, engrossando o exército de reserva. Um tipo de exclusão que forma uma população pobre vivendo em situações precárias, sem ter acesso aos meios básicos de sobrevivência. Paradoxalmente, a um mundo em que não havia lugar para todos, a criança passou a ser utilizada como mão-de-obra muito barata nas indústrias, representando, por longas décadas, uma fonte de exploração em função do lucro e da acumulação. Este posicionamento da criança no novo mundo produziu sua antítese – a criança abandonada nas ruas, vadiando, mendigando. Portanto, uma infância que se destacava e se personalizava em uma sociedade na qual nem todas as crianças usufruíam desta mesma infância; muitos a viviam integrando um universo precoce de individualidade através do trabalho infantil ou do abandono. Isto é, integrando, ao mesmo tempo, uma época de valorização deste ciclo da vida e a sua sufocação em uma nova forma de anonimato: a indiferença para com a criança pobre, cruelmente abandonada nas grandes cidades fabris.

Já no século XX, a infância pobre passou a integrar os problemas sobre a evolução do mundo social na democracia, desdobrando idéias e princípios sobre: o recorte empírico

do sujeito infantil, os seus direitos, as suas oportunidades e os diferentes modos de inserção que lhe são facultados. Por exemplo, foi em torno da infância que foram reunidas, inicialmente, temáticas e objetos de discussão, como por exemplo, o Sistema de Roda existente em obras de acolhimento de doentes e desvalidos, destinado a acolher crianças enjeitadas, que ocultava a identidade de quem as abandonava (Marcílio, 1994).

A exclusão e a infância: uma combinação brutal

Jovens e crianças em situação de risco social representam a face mais cruel da exclusão social contemporânea. Estes indivíduos, ainda, frágeis e inspirando cuidados e proteção social pela pouca idade que têm, são inseridos precoce e involuntariamente na vida adulta, pelas situações de degradação que convivem nas relações sócio-familiares. Convivem com ciclos contínuos de exclusão em condições instáveis de sobrevivência. Nascerem em contextos que favorecem a não-integração sem desfrutarem de uma fase tão essencial ao desenvolvimento integral do futuro adulto. São crianças sem infância e adolescentes sem juventude que vivem o presente sem vislumbrarem perspectivas futuras.

As situações de privações totais têm efeito direto sobre a vida das crianças e jovens nos seus aspectos fundamentais como: educação, saúde, sociabilidade e trabalho. A educação permite o rompimento do ciclo vicioso da pobreza, por meio de uma formação mínima que viabiliza o acesso às oportunidades de vida modernas. Adquirindo conhecimentos gerais durante o processo de educação fundamental, pode-se vislumbrar condições de integração na cultura de massa, na sociedade de consumo, além de alternativas de ingresso no mercado de trabalho. No Brasil, o abandono escolar, apesar de estar sendo reduzido, ainda é muito alto, assim como são altas as taxas de analfabetismo entre os jovens. É a exclusão da escola que afeta o desenvolvimento do saber e das habilidades individuais (Sabóia, 1996).

Quanto ao trabalho, a exclusão para este grupo social pode ser minimizada se a erradicação do trabalho nesta faixa etária fosse implementada, principalmente em países

como o Brasil. A Organização Internacional do Trabalho – OIT – vem pressionando neste sentido, formalizando proibições de vínculos empregatícios para os menores de 15 anos, a fim de forçar a redução do abandono escolar. Assim, também, rege o Estatuto da Criança e do Adolescente, não permitindo o trabalho antes dos 14 anos de idade. No Brasil, em 1920, crianças e jovens trabalhavam no setor industrial representando 13% da força de trabalho. Em 1950 eram 180 mil trabalhadores infanto-juvenis neste ramo. Até 1960, esses números foram reduzidos em função da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT – que restringiu o ingresso do emprego infantil para 14 anos. Porém, atualmente, crianças continuam a trabalhar em diversos ramos das atividades econômicas, em condições precárias, pois há muito trabalho e baixa remuneração em função da baixa qualificação e instrução, além de nenhuma proteção da legislação trabalhista, havendo até taxas de 40h semanais de trabalho (Sabóia, 1996).

Estudos contemporâneos das Ciências Sociais sobre a exclusão social apresentam-na em cinco níveis analíticos diferenciados: o econômico, o social, o político, o cultural e o existencial, como demonstra Escorel (1994). Eles integralizam as privações que restringem as oportunidades de vida, comprometendo o desenvolvimento físico e social deste estrato social.

Apesar de assegurados os direitos e deveres em legislação específica, tal como o ECA garante tratamento igualitário a todas as crianças e jovens, são comuns práticas sociais que os desprotegem em seus cotidianos, expõem-os ao arbítrio, ao acaso. Como ressaltam Alvim e Valladares (1998), a categoria jurídica brasileira referida como menor, por exemplo, continua sendo associada à infância pobre, estigmatizando-a. Estes excluídos passam a integrar o contexto social de forma negativa, através da delinquência e/ou da criminalidade, propiciando a construção de identidades negativas, além da internalização e reprodução de estigmas e de baixa estima. Os espaços de socialização a que a infância e juventude pobres têm acesso são diferenciados, opções de lazer e o próprio trânsito em locais públicos são restritos e instáveis (centros comerciais, cinemas, lanchonetes da moda, etc). Sem espaço e em constante situação de risco, torna-se um grupo ameaçado, não sendo

incomum o seu extermínio, que passa a ser naturalizado e repetitivo². Pode-se dizer que se forma uma espécie de autismo social, em que o jovem rejeitado introjecta-se num mundo restrito e próprio, isolando-se das teias de reciprocidade mais enriquecedoras do convívio social.

Filantropia no Brasil: uma breve perspectiva histórica

Segundo Rizzini (1993), até 1930, as formas assistenciais dominantes no Brasil, classificavam-se em: caridade e filantropia. Os dois modelos se mostravam contraditórios e conflituosos, porque um voltava-se essencialmente para a fé e o outro, em algumas situações, procurava substituí-la pela ciência. Mesmo parecendo inconciliáveis, a história mostra que ambos tornaram-se até mesmo compatíveis.

Inicialmente, desenvolveu-se uma disputa política e econômica entre a assistência científica e a assistência caritativa, a fim de se determinar uma abordagem sobre o pobre. Até o século XIX, a preocupação com os pobres era de domínio exclusivo da Igreja; com a disseminação das ciências modernas, algumas correntes científicas tornaram a pobreza em objeto de estudo, tal como o fizeram a medicina, a economia, a sociologia, a pedagogia, etc. Com isso, as elites intelectuais passaram a dispor de instrumentos que possibilitavam um conhecimento apurado sobre uma questão que afligia a sociedade, e que a Igreja não estava conseguindo resolver.

A infância abandonada e desvalida tornou-se uma das questões sociais graves pelos crescentes números de abandono e mortalidade. Estava aos cuidados de instituições de assistência, existindo estas formas tradicionais missionárias: o Sistema de Roda, os Recolhimentos para meninas pobres e os Seminários de Órfãos, dentre outros³.

² No Brasil contemporâneo há o caso clássico de Pixote, que foi um menino de rua tornado ator de cinema e depois, retornando às ruas, foi brutalmente assassinado pelas forças policiais de São Paulo nos anos noventa.

³ O Sistema de Roda foi utilizado a partir do século XVIII, sendo inventado para salvar da morte crianças abandonadas. Era um dispositivo cilíndrico que ocultava a face de quem abandonava o recém nascido nos locais onde era instalado. Já os recolhimentos para meninas pobres e os seminários de órfãos buscavam cuidar e regenerar a infância e juventude pobres (Freitas, 1997).

O modelo de política social filantrópica chegou ao Brasil Colônia através de orientações da Coroa Portuguesa para que fosse implementado, seguindo os modelos de assistência aos pobres das irmandades medievais fundadas em Lisboa em 1498. Implantaram-se, assim, as Obras de Misericórdia no Brasil por volta do século XVII. Inicialmente, a Misericórdia se proveu da caridade privada, oriunda da aristocracia rural que, motivada a partir do temor a Deus e em busca de prestígio social, contribuía para a manutenção das atividades desta entidade. Por volta do século XVIII, com o surgimento de novos setores sociais, como comerciantes, homens de negócios e imigrantes, a iniciativa caritativa foi se ampliando. O sentimento de obrigação religiosa prevalecia, mas foi acrescido, com a influência dos imigrantes, do sentimento de aliviar o sofrimento social de excluídos. A Misericórdia atuou com base na filantropia social por meio de atendimento hospitalar, casas de acolhimento voltadas para crianças e jovens abandonados, sistema de Roda de Expostos, assistência a prisioneiros e escravos. A assistência social prestada pela Misericórdia acontecia independente de cor, classe e credo e representava, então, a preocupação da sociedade com a manutenção da ordem pública (Russell-Wood, 1981).

A filantropia surgiu com a influência das ciências e como um modelo assistencial, apresentou mudanças significativas em decorrência da República e depois da industrialização. Este foi um período em que a influência da filosofia positivista foi marcante nos planos culturais e políticos. O movimento filantrópico se submetia à meta de formar um novo homem, prático e avesso à anarquia, e que fosse compatível com a nova ordem que se instaurava. O positivismo representava progresso, opondo-se à ordem colonial e via a filantropia como um meio de legitimar os seus ideais. A ação filantrópica passou a ter um caráter preventivo, consistindo em dirigir a vida dos jovens pobres para afastá-los da criminalidade e, conseqüentemente, proteger a sociedade. Mas, o principal objetivo era iniciar estes jovens no mercado formal de trabalho, como mão-de-obra barata. A ciência médica, por sua vez, passou a justificar a ação filantrópica para a assistência à infância e juventude tendo como argumento o seu aperfeiçoamento moral a fim de que contribuíssem para o progresso social. Deste modo, a filantropia procurava inserir os jovens delinqüentes ou abandonados na sociedade do trabalho. A educação profissional era o instrumento mais utilizado pela filantropia para atenuar o que as elites dirigentes consideravam como o fenômeno do jovem em erro social.

No final do século XIX e início do século XX, a idéia marcante era a de promover uma reforma social e moral em relação aos indivíduos excluídos. O importante era recuperar a disciplina cívica e a obediência civil. Para isso, os desvalidos eram confinados em instituições especializadas, voltadas para a recuperação da moral devastada pela pobreza e pela exclusão, e apoiadas nos princípios dos novos diagnósticos da psicologia, psiquiatria e pedagogia emergentes. Mas, essas instituições eram sinônimo de isolamento da sociedade.

O tratamento dispensado à infância e à juventude no Brasil moderno

No Brasil, a industrialização e a urbanização ocorreram acompanhadas da ebulição das questões sociais, frutos das desigualdades produzidas pelo capitalismo em expansão. Questões sociais que configuravam a forma extrema de contradição existente entre capital e trabalho. A industrialização e a urbanização aceleradas trouxeram altos níveis de pobreza, com a mortalidade de crianças e a marginalização de jovens empurrados para a criminalidade, a mendicância, a vadiagem e a violência. A rua passou a ser habitada por essa população infanto-juvenil desguarnecida, deixando de ser um espaço de lazer ou de trânsito, passando a representar uma forma de sobrevivência, um lugar de produção de renda, que poderia oferecer remuneração para algumas atividades. Tornou-se um local sem a disciplina da escola, da fábrica ou da família. No geral, reproduziu-se no Brasil a exploração do trabalho infantil no campo e na cidade. A força de trabalho de crianças foi utilizada até mesmo nas ruas, para compor o orçamento familiar. Sendo as crianças pobres, no geral, excluídas de oportunidades de vida, como as de escolarização e de profissionalização (Neto, 1992; Pereira, 1991).

Na Primeira República, a legislação brasileira reproduziu aspectos da sociedade do século XIX: segregação e exclusão social. A legislação não propunha proteção aos jovens, assim como não atingia as causas da delinqüência e do abandono, mas somente as suas conseqüências, conforme argumentado por Santos (1998). Havia, apenas, as ações de tutela e assistência do Estado para garantir que a sociedade não fosse importunada pela

criminalidade ou vadiagem de menores. Havia, também, a regulamentação civil do menor trabalhador, que incorporava o chamado exército industrial de reserva. Portanto, os recursos legais estavam mais voltados para uma intervenção na questão da delinquência infanto-juvenil, por meio do seu isolamento nas instituições de recuperação. O Juízo de Menores do Rio de Janeiro representou a primeira intervenção do Estado, direta e sistemática, na questão da infância pobre no país (Santos, 1998).

O problema do menor foi assumindo proporções em todos os níveis sociais; estabelecimentos oficiais e privados - como a Instituição do Pequeno Jornaleiro, criada em 1938 - revezavam-se na prestação de práticas assistenciais. Em 1943, com a Lei de Emergência, a categoria jurídica do delinquente foi substituída pela de infrator, tornando a questão da menoridade uma questão de polícia, marcada pela repressão e pela assistência social disciplinadora. Um outro modelo de apoio à criança foi a criação da LBA – Legião Brasileira de Assistência, para seguir a linha do Serviço de Assistência ao Menor – SAM. No final do Estado Novo, em fins de 1945, o governo federal resolveu ampliar o tratamento às questões da menoridade, além de alterar o limite de não-responsabilidade penal, que foi ampliado para 18 anos.

As primeiras formas de legislação sobre infância produziram uma dicotomia presente até recentemente, mesmo depois da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente: a diferenciação entre a criança e o menor. Pereira (1988) caracteriza bem esta dicotomia quando apresenta a criança como: branca, criada por famílias estruturadas e que vive em uma casa. E, por outro lado, o menor: mestiço, proveniente de uma família desestruturada, pobre e que utiliza, freqüentemente, as ruas como moradia e meio de sobrevivência. Ou seja, consagrou-se um tratamento diferenciado da infância em função da condição sócio-econômica, contribuindo para uma cidadania dicotomizada, por meio da qual uns são mais cidadãos do que outros.

Após os anos sessenta, durante os governos militares, tratou-se a questão da menoridade a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), centralizando as ações acerca desta questão em um órgão nacional, a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM). Tomou-se como prioridade dar assistência ao menor e a repressão

passou a ser somente um recurso extremo para lidar com o problema. Mas, a realidade, mais uma vez, contradisse as aparências: a ação da FUNABEM caracterizou-se mais por uma lógica punitiva, que também expressava o perfil repressor do Estado naquele período da história política brasileira.

A crise da ditadura e a transição democrática dominaram os fins dos anos setenta e a década de oitenta. O movimento social voltado para a questão da infância e adolescência surgiu na primeira metade desta década, sendo mais intenso a partir de 1985. Propôs a revisão e mudança da lei que se mostrava ineficaz como política social e propunha alterar o quadro de impunidade em relação aos maus tratos sofridos pelas crianças e jovens. As pressões sociais para isto lograram influenciar a nova constituição brasileira, promulgada em 1988. As campanhas voltadas para a Constituinte ganharam relevância, como a da Criança e Constituinte (setembro de 1986). A sociedade civil também se movimentou neste sentido, elaborando a Emenda Popular Criança: Prioridade Nacional. Outro fruto dessas mobilizações foi à criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, em 1988. Ele passou a representar a sociedade civil para a questão da infância e adolescência junto ao Congresso Nacional, em prol da inclusão de uma emenda constitucional que garantisse os direitos desta parcela da população. Quando promulgada, a Constituição de 1988 contemplou os artigos destinados especificamente à questão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - surgiu em 1990 em decorrência da Constituição de 1988, que já apresentava os princípios básicos da Convenção dos Direitos da Criança. Ele se destina a romper com a lógica legalista, até então corrente, e procura promover as condições necessárias para que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam respeitados e garantidos pela sociedade em geral e pelo Poder Público. O ECA é um instrumento que visa proporcionar a essa parcela da população as condições necessárias para seu desenvolvimento físico, psíquico e social. Demonstra a necessidade de uma ação voltada para a proteção integral do menor. Mas ele encontra limites, pois muitos dos direitos citados pelo Estatuto não são implementados. Condições dignas e livres não são oferecidas às crianças e adolescentes pobres para o seu desenvolvimento sadio. Sua lei, que é abrangente, evoca a garantia de necessidades físicas básicas, como alimentação e

assistência material, até a proteção contra a discriminação ou a violência, assegurando dignidade, respeito e liberdade.

Comparando com as décadas anteriores, o ECA representa um significativo avanço na questão da infância e adolescência porque contempla, também, a participação de setores da sociedade civil na formulação e no controle de políticas públicas específicas. Embora a sua legitimação dependa, ainda, de um conjunto de medidas dos órgãos governamentais e não-governamentais. Apesar dos obstáculos, o ECA tem ganhado força nas organizações que o patrocinaram a partir da segunda metade da década de noventa, assim como se multiplicam os centros de defesa em prol da sua ampla implementação. Pode-se, neste momento, ressaltar a importância da ação civil organizada por entidades não-governamentais que alcançam relativo sucesso, porque atuam a favor da consolidação das políticas para a infância e adolescência, criando oportunidades de uma real melhoria das suas condições de vida.

CAPÍTULO IV

A PESQUISA E SEU CARÁTER SOCIOLÓGICO

As desigualdades sociais na sociedade brasileira moderna acentuam-se, dentre outros motivos, diante de uma aparente incapacidade do Estado frente às demandas sociais. Com o surgimento do Terceiro Setor, há mudanças significativas nas relações de classe e grupos sociais, pois se criou um espaço que modifica o limite tradicional entre os setores público e privado e as organizações que os acompanham. O Terceiro Setor congrega uma rede de organizações civis não-governamentais que têm como objetivo principal a promoção do bem público. Em parceria com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, as organizações não-governamentais são pessoas jurídicas de direito privado e sem finalidade lucrativa, atuando em importantes frentes de ação para o tratamento das questões sociais. O Terceiro Setor apresenta modelos eficientes de organizações representando um avanço em termos da participação civil, apesar da pouca tradição de associativismo no país. É parte da construção de um novo paradigma na relação Estado - Sociedade, influenciando instituições governamentais e implementando novas formas de cooperação e parceria na elaboração e execução de políticas públicas. Mesmo no Brasil, o Terceiro Setor tem se constituído como um setor que vem adquirindo relevância até mesmo econômica, assumindo responsabilidades sociais nas áreas de saúde, direitos humanos, educação e meio ambiente. As organizações civis não-governamentais contribuem, também, para demandas por participação social nas decisões públicas, em prol da consolidação do regime político democrático (Santos, 1997; Fernandes, 1995). Seu papel na área da filantropia moderna compõe um grupo temático de estudo, ainda, pouco explorado. A ação filantrópica, que no Brasil desenvolveu-se vinculada à ação caritativa da Igreja Católica, modifica-se. Isto porque a função social da filantropia passa a integrar uma ação no âmbito do engajamento cívico, que se contrapõe à lógica do mercado. Para isto conta com o sistema organizacional do Terceiro Setor.

Este estudo permitiu conhecer as alterações que a filantropia vem sofrendo no decorrer de sua trajetória e suas implicações nas práticas sociais do associativismo.

Entender a filantropia moderna é entender as condições morais e culturais que a compõem, as quais influenciam e são influenciadas por valores coletivos que orientam e estruturam este tipo de ação social. A presente investigação envolve os usos, as idéias, os códigos típicos que predominam e que determinam as escolhas de um grupo que atua por meio da ação filantrópica de caráter amplo, porque esta se volta para melhorias de ordem sócio-política e para o incremento da cidadania (Reis, 1995; Geertz, 1997). A fim de compreender o mecanismo social que move a ação filantrópica moderna, buscou-se relacionar este objeto de pesquisa a um sistema de inter-relações construídas, facilitando, assim, o diálogo entre o problema que suscita, as experiências, a ação dos atores e o *habitus* que manifestam (Bourdieu et alli, 1975).

A pesquisa apoiou-se em entrevistas e análises de conteúdo dos depoimentos, além da pesquisa documental, bibliográfica e de material de imprensa. Como experiência de trabalho intelectual e de campo, pode-se dizer que ela procurou analisar as imagens sociais modificadas a partir do tempo, as inovações que surgem e as formas de interpretá-las. Para isso combinou-se recursos qualitativos e quantitativos de análise dos dados, procurando-se alcançar resultados representativos para a compreensão da filantropia enquanto fenômeno que é parte do mundo social contemporâneo (Geertz, 1997; Ferrand, 1999).

A origem da OAF: a fundadora e suas idéias

A Organização de Auxílio Fraternal - OAF – foi fundada a partir da preocupação de Dalva Matos com a questão da infância pobre e de mães solteiras em Salvador. Ela era uma pessoa comum, nascida no interior da Bahia, que veio para Salvador estudar e formou-se em Filosofia, Sociologia e Direito. O seu ideal de vida era o de se dedicar a uma causa pública apoiada em valores morais da fé cristã, como os de solidariedade e de ajuda ao próximo. Era uma pessoa muito religiosa; foi membro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco e do Instituto Secular Unitas do Brasil. Dalva Matos teve, também, sua formação voltada para questões pedagógicas, dedicando-se à educação como professora em colégios tradicionais de Salvador.

Filha de fazendeiros de Rio Real, da família Ferreira Matos, pertencia a uma classe social de bom padrão sócio-econômico. Em Salvador, trabalhou e estudou, mas não se casou e nem teve filhos. Quando alcançou estabilidade social e econômica em sua vida pessoal, resolveu concentrar-se na situação de crianças, jovens e mães solteiras abandonadas ou em situação de risco, próximas da condição de exclusão. Transformou esta preocupação em uma forma concreta de assistência, fundando a Organização de Auxílio Fraternal - OAF em doze de outubro de mil novecentos e cinquenta e oito. Renunciou às suas atividades no magistério e a parte de seus bens materiais para se dedicar a este trabalho de promoção humana e social, de cunho filantrópico. Inicialmente, sem apoio de órgãos públicos ou da sociedade, construiu sua obra social dirigida àqueles que ela via como irmãos. Tinha como princípio que a caridade não tem limites. Ao longo dos anos de desenvolvimento da sua ação filantrópica, a OAF foi se transformando em uma importante entidade de assistência social em Salvador e foi dirigida pela sua fundadora até a idade de 84 anos. Ela faleceu em 1996.

A estruturação gradual da OAF: 1958 – 1989

O maior empenho para implementar a estrutura de atendimento da OAF vinha de Dalva Matos, que almejava organizar um trabalho voltado para os mais pobres numa época em que a maioria da sociedade era pouco atenta ao problema. Com a implementação da estrutura de atendimento básico, algumas crianças e jovens deixaram a prostituição e a delinqüência, graças a um trabalho motivado pela força do apostolado, como a própria fundadora definia.

Inicialmente, a OAF abrigava mães solteiras, recém-nascidos e crianças abandonadas na faixa etária de 07 a 13 anos. Em 1962, foram construídos pavilhões para instalações definitivas, em uma área doada pela Prefeitura da capital baiana. Com o desenvolvimento das atividades da organização, já em 1963, cerca de 200 crianças e mães solteiras encontravam abrigo e alimentação seguros na organização. Em 1969, já eram

atendidos 350 meninos e 30 mães solteiras. As mães que viviam na OAF deviam, como contrapartida, prover trabalhos por meio de atividades na cozinha, na lavanderia ou no berçário, ajudando na manutenção da obra social. As crianças, a partir de 10 anos, tinham também a ocupação de ajudar na manutenção da limpeza, tomar conta da portaria, cuidar dos menores ou ajudar na cozinha. As únicas pessoas remuneradas pelos trabalhos prestados eram o motorista e o técnico da lavanderia.

As crianças que chegavam a OAF vinham encaminhadas pelo Juizado de Menores, mas também, abrigavam-se aquelas que nasciam em presídios ou manicômios. Em 1981, a OAF já assistia 100 recém-nascidos, 80 meninos na faixa etária de 05 a 14 anos, 90 meninas de 5 a 19 anos, além de 47 mães solteiras, num total de 335 pessoas. Dalva Matos afirmava que ao longo de sua atuação a OAF tinha amparado em torno de seis mil crianças carentes e centenas de mães solteiras:

“O começo foi muito difícil, mas tive uma força de vontade muito grande e em pouco tempo a casa cresceu, apesar das dificuldades” (A Tarde, 15/10/90).

Ao nível da institucionalização, a organização começou suas atividades com um serviço de creche permanente e, depois, um sistema tradicional de orfanato, com grandes dormitórios divididos por sexo e idade, em regime de atendimento fechado. Havia uma rígida separação entre meninos e meninas, seguindo os modelos pedagógico- disciplinares da época. Construindo um reconhecimento pelos serviços prestados, a organização se expandia.

Em 1963, foi inaugurada a Escola Municipal Nossa Senhora de Nazaré, vinculada à OAF, e que recebia os assistidos da organização. Com a inauguração da escola, Dalva Matos sentiu a necessidade de formalizar mais o caráter institucional da organização. Queria que o seu trabalho social fosse acompanhado por técnicos profissionais qualificados. Conseguindo o *status* de entidade de utilidade pública pelo Estado e Município, a OAF foi registrada no Conselho Nacional de Serviço Social e na Diretoria de Assistência Social, mantendo esses registros até hoje. Como entidade filantrópica para

crianças e mães desamparadas foi considerada o maior exemplo de ajuda social de iniciativa particular nos anos setenta, conforme pode ser observado no Anexo1.

Já em 1970, a OAF oferecia, além do ensino formal, treinamento de costura, bordado, datilografia e artesanato. A organização contava, ainda, com atividades de recreação e lazer. Mantinha as suas atividades através de doações e auxílios diversos, como os do Lions Clube de Salvador, das senhoras da sociedade baiana e de órgãos públicos. As verbas mais sistemáticas vinham sob a forma de doação de organizações civis da Europa. Havia, ainda, as subvenções do Estado, do Município, do Governo Federal e doações de particulares. Dalva Matos doou por muitos anos os seus próprios vencimentos. Quando havia crises financeiras pedia o apoio, por meio de contribuições, de firmas particulares, comerciantes, bancos e populares. As ajudas vinham em forma de dinheiro, gêneros alimentícios, materiais de construção, entre outros. Eram freqüentes os apelos de Dalva Matos para obter doações; seu princípio era confiar na generosidade das famílias baianas, que iriam ser recompensadas pela felicidade que a caridade proporcionava. A confiança na bondade humana era o mote da OAF, que era a base da administração da organização.

A partir dos anos setenta a OAF ampliou sua atuação. Foi criada a Cidade da Criança, no Centro Industrial de Aratu – CIA - na qual era desenvolvido um modelo de assistência baseado nas Aldeias S.O.S Criança, uma experiência austríaca de Hermann Gmeiner, muito comum na Europa e nos EUA. Nestas aldeias as crianças vivem como se realmente estivessem em sua casa. No Brasil, a terceira experiência do gênero foi a realizada pela própria OAF. Essa iniciativa foi muito significativa, pois representou a capacidade de integrar e aprimorar os padrões assistenciais e pedagógicos necessários.

Na sede da OAF a estrutura física foi ampliada em 1985. O internato passou a ter uma área construída de 4.100 m², dispoñdo de sala para a diretoria, refeitórios masculino e feminino, quatro dormitórios masculinos e quatro dormitórios femininos, dois andares com berçários, uma capela, um prédio com cozinha, lavanderia industrial, além de uma área de recreação com um campo de futebol. Em 1987, foi inaugurado um outro espaço: a Cidade da Criança, no município baiano de Simões Filho, com casas para crianças e jovens assistidos em local amplo e agradável.

A institucionalização da OAF: consolidando a organização filantrópica

Em 1987, Padre Clodoveo Piazza S. J. chegou a OAF, mas foi a partir dos anos noventa que ele passou a presidir a organização. Natural da Itália, doutor em economia, filósofo, teólogo, originário de família de industriais de Milão, deixou as empresas dos pais para ser padre, sendo ordenado jesuíta aos 30 anos, dedicando-se aos serviços de fé, motivado por valores cristãos. Fascinado pelos empreendimentos industriais, resolveu aplicar seus conhecimentos em organizações voltadas para serviços sociais, visando contribuir para a consolidação da justiça e da democracia. Padre Piazza orientou seu trabalho social para a infância e juventude em situação de risco primeiro na Itália, depois na Bélgica e, finalmente, no Brasil.

No Brasil, antes de ingressar na OAF, participou de outras experiências similares para a infância e juventude que oferecessem convivência em ambiente familiar, propiciando aos assistidos o desenvolvimento, no mesmo local, de atividades produtivas que contribuíssem para o auto-sustento da própria organização. Padre Piazza assumiu como princípio fomentar organizações autônomas financeiramente, procurando superar as formas precárias e inconstantes de dependência de doações e esmolas. Na OAF, além do princípio da autonomia financeira, resolveu desenvolver atividades que permitissem oferecer aos assistidos uma vida comum, com a convivência familiar por meio de pais e irmãos por afinidade. Padre Piazza explica esta opção através de uma metáfora religiosa. O Jesus Menino foi amparado por pais definidos por afinidades: Maria e José, como demonstra a Bíblia Sagrada da Igreja Católica. Ao longo dos anos à frente da OAF, Padre Piazza conseguiu implementar seus objetivos oferecendo, através da ação filantrópica, uma formação integral aos assistidos, ampliando as possibilidades de integração social e perspectivas de uma educação básica. Com as mudanças, o apoio oferecido aos assistidos inclui oportunidades materiais e não-materiais, visando direitos básicos, como os de integração familiar, saúde, educação, lazer, moradia, alimentação e profissionalização.

Como diretor da OAF, Padre Piazza torna-se membro dos Conselhos Nacional e Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, sendo um dos responsáveis pela

elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - em 1990, considerado um dos mais avançados do mundo.

A partir dos anos 90, a OAF estabelece parcerias com organismos governamentais e privados, nacionais e internacionais. Implementa projetos com a colaboração de agências como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A cooperação internacional favoreceu, com os novos recursos, a ampliação e o desenvolvimento das atividades.

Para desenvolver o auto-sustento, a OAF buscou independência no planejamento e na execução de atividades diversificadas. Educando e produzindo, ela se torna mais independente de doações. Tem atividades de produção e oficinas geradoras de recursos. A organização transformou-se, com isso, em um centro próspero, onde a idéia da educação para o trabalho reverte em lucros para si própria. Em 1993, a organização apresentou um orçamento de US\$58 mil mensais, para sustentar cerca de quinhentas pessoas. Em geral, oitenta por cento dos recursos que arrecada são oriundos de suas próprias produções. O resto vem de convênios, doações, etc.

A OAF mantém uma indústria de móveis escolares produzidos com máquinas modernas e uma confecção de uniformes para empresas, clínicas e hospitais. Treina seus próprios assistidos nas diferentes áreas de produção. O aluno de um estágio mais avançado ensina os que estão no estágio mais abaixo. O conhecimento vai se reproduzindo em efeito cascata, tendo como objetivo, segundo Padre Piazza, a formação de pessoas com iniciativa e decisão e não, apenas, de trabalhadores. O programa de capacitação que a OAF desenvolve atende aos jovens que vivem na entidade e jovens das comunidades circunvizinhas à sua sede. Os assistidos internos recebem ensino básico e profissionalizante, garantidos através de convênios. Os aprendizes recebem uma bolsa no valor de meio salário mínimo, sendo que oitenta por cento desse valor é depositado em poupança nominal.

O trabalho desenvolvido há mais de 40 anos pela OAF é reconhecido como uma bem sucedida experiência de reeducação de adolescentes carentes ou em conflito com a lei. Recebeu vários prêmios de reconhecimento. Pode-se dizer que a OAF vem, a cada dia,

buscando implementar novas idéias, a fim de aprimorar e ampliar a sua capacidade de oferecer um atendimento de qualidade à infância e juventude de Salvador. Tanto que se tornou, ao longo de sua história mais recente, uma referência nacional e internacional de trabalho filantrópico.

O momento da pesquisa: a fase atual da OAF

A Organização de Auxílio Fraternal localiza-se na rua do Queimadinho, nº17, no bairro da Lapinha, em Salvador-Bahia; funciona desde a sua fundação no mesmo lugar. Seus objetivos apresentam duas linhas básicas de ação: acolhimento e ensino fundamental e profissionalizante. A união entre os princípios de educação e trabalho procura integrar treinamento e educação no processo de aprendizagem em todas as atividades oferecidas, superando a tradicional separação entre educação e trabalho que vigora em grande parte dos sistemas educacionais brasileiros.

As atividades da OAF estão distribuídas em oito núcleos de atendimento que são os seguintes:

- Residencial Santo Inácio
- Centro Educacional Carlo Novarese
- Universidade da Criança e do Adolescente – ÚNICA
- Centro de Formação de Jovens Instrutores – CFJI
- Centro Educacional Nossa Senhora de Guadalupe
- Centro de Apoio Técnico
- Centro de Manutenção Predial – CMP
- Oficinas Produtivas

A presidência da OAF está a cargo de Padre Clodoveo Piazza e de Vanda Raymunda Pereira, tendo sido o Padre Piazza escolhido para esta função pela própria fundadora, Dalva Matos, com o objetivo de perpetuar a sua ação dentro dos valores e ideais da fé cristã. Vanda Raymunda Pereira vem atuando na instituição desde a sua fundação desempenhando, hoje, a função de acompanhamento das atividades. Na estrutura

de gestão há: diretoria, assessoria da diretoria, coordenadoria administrativa, recursos humanos, serviços auxiliares, informática e pessoal. O corpo de gestores encarrega-se de: captar recursos e cuidar do orçamento da OAF; planejar e acompanhar a execução das atividades; tomar decisões sobre o pessoal; planejar atribuições de tarefas de cada núcleo de atividades (Organograma em Anexo 2). No geral, há uma combinação entre a liderança do presidente e a participação ativa, ao nível decisório, dos outros membros, dos gestores e dos coordenadores de centros.

O Residencial Santo Inácio é o sistema de casas-lares. A casa-lar da OAF é formada por quatorze apartamentos. Em cada um deles convivem dez crianças e adolescentes, orientados por um casal ou, ao menos, por um pai ou por uma mãe social, representando a figura dos pais de uma família convencional. O ambiente visa recompor laços familiares, essenciais à formação equilibrada de qualquer ser humano. O Residencial tem capacidade para atender até cem crianças e adolescentes. Cada apartamento tem sala de jantar, sala de estar, quartos, cozinha, banheiro, dispensa e área de serviço. O espaço é equipado com um número reduzido de móveis. O sistema de casa-lar oferece atendimento integral: psicológico, educacional, médico, odontológico, nutricional e de lazer. As crianças e os jovens vinculados ao residencial têm o cotidiano de uma vida familiar, favorecendo a estrutura afetiva e a auto-estima.

O Centro Educacional Carlo Novarese oferece educação formal, proporcionando a escolarização de crianças e adolescentes assistidos pela OAF. A educação fundamental procura acompanhar o ritmo diferenciado de aprendizagem dos alunos, individualmente, proporcionando uma educação especial àqueles que tem um desempenho mais baixo. Há a preocupação com a diversidade e os limites de cada criança e adolescente, conforme o programa pedagógico adotado: o Programa de Enriquecimento Instrumental – PEI, um método psico-pedagógico criado em Israel, baseado na modificabilidade cognitiva, que capacita crianças com dificuldades de aprendizagem e alfabetização. Um dos objetivos da OAF, com relação ao ensino, é desenvolver condições que viabilizem, cada vez mais, uma educação em tempo integral, despertando a criatividade e a comunicação e, conseqüentemente, a vocação de cada jovem. A arte tem um papel importante no programa educacional, pois valoriza-se o lúdico e a expressão de

sentimentos e de pensamento. Há treinamento de teatro, música, pintura e dança que visa por o aluno em contato com linguagens artísticas e simbolismos diversos. O Centro Educacional Carlo Novarese atende até duzentos e setenta e cinco crianças e jovens em regime de semi-internato, provenientes da comunidade local. Abrange os cursos de educação infantil, ensino fundamental de 1º grau até a 8º série, telecurso e projeto Lançando a Rede, que é voltado para adolescentes usuários de substâncias psicoativas. Estes cursos proporcionam a aprendizagem por meio de disciplinas básicas em turno integral, complementadas por atividades paralelas como: artes plásticas, música, teatro, dança, capoeira, informática e filosofia.

O Centro Educacional Nossa Senhora de Guadalupe, na Ilha de Itaparica, atende a comunidade de Gamboa, no Município de Vera Cruz, e as regiões circunvizinhas; é o único núcleo que não funciona na sede da OAF. Este centro atua em parceria com a prefeitura local, oferecendo ensino fundamental e cursos semiprofissionalizantes voltados para atividades ligadas ao turismo e à navegação. São ensinados eco-turismo, mecânica náutica, jovem marinheiro, jardinagem, artesanato, estética *afro*, dentre outras matérias ou habilidades. Oferece uma formação coerente com as aptidões locais e com o mercado de trabalho da região. Na Ilha de Itaparica, só o Centro oferece estes cursos. São atendidas duzentas e cinqüenta crianças e jovens do ensino fundamental. Os cursos profissionalizantes são voltados para adolescentes de 14 a 18 anos, oferecendo cerca de duas mil vagas anuais.

A **Universidade da Criança e do Adolescente – UNICA** propõe um espaço educativo combinado com lazer interativo, no qual a união dos princípios de educação e trabalho é exercida, proporcionando a oportunidade do manuseio prático de experiências científicas e tecnológicas, elementos indispensáveis ao fomento de uma cultura técnica e científica. A UNICA é uma experiência inspirada no Museu de Ciência e Tecnologia de Milão, na Itália.

O **Centro de Formação de Jovens Instrutores** proporciona formação profissionalizante aos assistidos de 14 a 17 anos, com escolaridade a partir da 5º série. Atende até setecentos adolescentes, por meio de trinta cursos com duração variada, entre

os quais: automação industrial, pneumática, eletrônica, hidráulica, movelaria, vídeo, corte e costura, informática, eletricidade, mecânica de autos, manutenção hospitalar. Além das disciplinas específicas, os cursos oferecem núcleos comuns de disciplinas de: português, matemática, inglês, desenho, informática e eletricidade. É possível também optar por aprender música, teatro, cultura regional, capoeira, maculelê, samba de roda, etc. – incentivando a valorização de bens culturais e históricos tradicionais.

O **Centro de Apoio Técnico** tem a finalidade de prestar serviços no âmbito da própria OAF. É composto por profissionais de serviço social, filosofia e pedagogia. Busca, ainda, integrar a escola e o residencial por meio do acompanhamento do aprendizado dos jovens, na medida em que estes conseguem desenvolver, conjuntamente, a formação educacional e profissionalizante. Oferece um acompanhamento especial aos jovens que a OAF abriga encaminhados pelo Juizado de Menores, portanto, jovens que são infratores. O Centro cuida das necessidades da organização e coordena o entrosamento entre os diferentes setores da OAF, e procura estabelecer parcerias com órgãos que podem prestar apoio financeiro aos seus projetos. Lida também com os Juizados, Conselhos Tutelares e o Ministério Público, sempre que necessário.

O **Centro de Manutenção Predial** tem duas funções: presta serviços de manutenção dentro das instalações da OAF e presta serviços contratados por escolas públicas para a manutenção e reparos de suas edificações. Para tanto, treina como mão de obra os assistidos da própria OAF. Portanto, cuida das necessidades da organização, contribui para a obtenção de recursos e treina jovens em habilidades profissionalizantes. Realiza convênio com a Secretaria Municipal de Educação por meio do Projeto Pronto Atendimento Escolar.

As **Oficinas Produtivas** da OAF constituem a principal fonte de renda para o auto-sustento da organização. Esses recursos garantem a autonomia necessária para uma ação filantrópica moderna, participativa e baseada num sentido amplo de reciprocidade, aquela que valoriza quem recebe como um sujeito-cidadão. O auto-sustento permite maior independência em relação a doações privadas ou a subvenções governamentais. Nas oficinas, os jovens aprendizes treinam uma formação profissional. As principais

especialidades são: metalurgia, marcenaria, movelaria, edição gráfica de impressos, solda, confecção e confeitaria. Os produtos gerados são desde carteiras escolares, adesivos, folhetos, fardas e clipes de papel, até aparelhos de fototerapia. O Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador são os principais clientes dos produtos feitos na OAF.

Tendo descrito como a OAF integra em suas atividades educação (escola formal), treinamento profissionalizante, lazer e criatividade (arte), além do provimento de recursos financeiros para a própria subsistência (oficinas), segue-se agora uma breve caracterização da relação entre estas atividades práticas e as diretrizes da filantropia moderna que orientam a organização.

A primeira das características marcantes da filantropia moderna são as **parcerias** com órgãos governamentais, não-governamentais e com a sociedade de uma forma geral. A reciprocidade moderna fomenta a criação de redes que fazem circular cooperação e confiança entre indivíduos e grupos, configurando melhor interesses individuais, coletivos e públicos. Com isso, uma instituição filantrópica consegue viabilizar seus projetos sociais por meio de trocas que conjugam este aspecto tripartite das atividades econômicas e sociais com diversos setores da sociedade, ao nível nacional e internacional. Desta forma é possível se atingir objetivos tão complexos como aqueles que as questões sociais envolvem, principalmente em relação a vencer desigualdades e distribuir mais justiça social.

Os **recursos financeiros** destinados ao funcionamento da OAF provêm de organizações como: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Nova Cáritas, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, além de colaboradores individuais, como empresários italianos. Dentre os colaboradores baianos estão: COELBA, Aliança da Bahia Companhia de Seguros e UNA-BA (empresa imobiliária). Conta, ainda, com alguns recursos governamentais nacionais e estaduais. Mas, o dinheiro não é suficiente para implementar todas as atividades necessárias à ampla atuação da OAF. Boa parte dos recursos de sua receita, 80%, provêm da comercialização dos bens gerados nas Oficinas Produtivas. Esta característica da filantropia moderna reforça a idéia de autonomia não

somente em termos de gestão, mas, também, de auto-sustento. Vale lembrar que no seu setor de produção, ela conjuga a atividade econômica com os estágios que oferece aos seus assistidos. Ademais, oferece alguns empregos até mesmo para jovens provenientes dos cursos profissionalizantes oferecidos pela própria instituição. Todos os postos e cargos da OAF são remunerados. A OAF conta com cerca de 320 funcionários, com salários que variam de R\$170,00 à R\$3.500,00, sendo boa parte deles, aproximadamente 50%, jovens originários da própria instituição. Organizações não-governamentais, como as filantrópicas, estão sempre se deparando com dificuldades financeiras, de pessoal e de espaço físico. A falta de uma base sólida de financiamento constitui um problema constante para a sua estabilidade e persistência no tempo, sobretudo porque essas organizações civis sofrem de imediato as variações conjunturais, o que traz instabilidade à população que demanda os seus serviços, que, no caso da OAF é predominantemente de baixa renda.

Outra característica da filantropia moderna é que a comunidade local pode ter **acesso aos serviços prestados** pela OAF de várias maneiras, dependendo do núcleo a que se destina. Para ter acesso ao sistema de casas-lares, ensino fundamental e profissionalizante algumas crianças e adolescentes são encaminhados através do Juizado da Infância e Juventude e dos Conselhos Tutelares, como explicado anteriormente. Fora estes casos, o acesso prioriza aqueles que se tornam residentes na organização e aqueles das imediações locais - bairros da Lapinha e da Liberdade ou, no caso do Centro Nossa Senhora de Guadalupe, a comunidade de Gamboa e regiões circunvizinhas de Itaparica. Toda a população alvo é originada de estratos sociais de renda familiar baixa. Por último, as atividades oferecidas pela Universidade da Criança e do Adolescente estão abertas a todos os alunos da rede pública de ensino. Há um projeto para abrir, futuramente, estas atividades para a rede de ensino privado, integrando os alunos dos dois sistemas de ensino.

A OAF, ao longo da sua trajetória, vem incentivando a **política de adoção**, apesar do pouco interesse dos brasileiros nesta prática. Além da adoção permanente, a organização proporciona às crianças e jovens que atende a adoção à distância, por meio de uma parceria com a Associação Ágata Esmeralda que mantém um intercâmbio neste sentido entre o Brasil e a Itália. Desde 1992, ano de sua fundação, que um grupo de 20 pais

e mães adotivos estrangeiros mantêm contato com as crianças ligadas a este programa. A Associação Ágata Esmeralda foi criada a partir da vontade de cidadãos florentinos de colaborar com o arcebispo primaz do Brasil Dom Lucas Moreira Neves, ajudando a setores carentes da Bahia. Hoje, beneficia cerca de 5,5 mil menores em todo Estado da Bahia. A adoção à distância procura estabelecer um compromisso afetivo entre padrinhos e afilhados, além da ajuda financeira. Contribui-se com um valor mensal de aproximadamente US\$30 por mês para cada criança apoiada. Há cerca de 5000 padrinhos italianos já cadastrados na Ágata Esmeralda.

A última e relevante característica da filantropia moderna praticada pela OAF é aquela que vincula ideais, ação e **resultados**. A organização entende a filantropia como um campo ético-moral de ação social solidária conjugada, continuamente, com a realidade que consegue modificar por meio de sua intervenção. Isto é, a OAF percebe a ação filantrópica como um sistema de trocas que, reciprocamente, integra os ideais dos seus mentores, o sistema organizativo que conta com a cooperação de todos que contribuem para que os objetivos sejam alcançados e, por fim, aqueles que recebem os frutos da ação filantrópica. Porém, mais importante que tudo, as crianças e jovens assistidos nela se reconhecem como indivíduos que, estão socialmente integrados através dos vínculos de sociabilidade que eles têm a oportunidade de participar e desenvolver. Pode-se dizer que a ação da OAF vem alcançando importantes resultados ao longo de sua trajetória, reconhecidos nacional e internacionalmente. Os resultados podem ser avaliados pelos investimentos que realizam - em 1999 chegou a gastar R\$350,00 por mês por adolescente em situação de risco. No mesmo período o Governo de São Paulo investiu R\$1,8 mil por mês por cada interno da FEBEM paulista, sem que qualquer tipo de resultado fosse retribuído à sociedade (A Tarde, 08/10/1999). No geral, a OAF já atendeu a mais de vinte e cinco mil crianças e adolescentes em quarenta anos de atuação, demonstrando persistência, continuidade, credibilidade e, mais que tudo, uma integração entre confiança na organização, confiança nos que nela trabalham e confiança recíproca dos que são por ela atendidos. Um exemplo disto é o prêmio recebido do Supremo Tribunal Federal como o segundo melhor projeto no trabalho de recuperação de adolescentes em conflito com a lei. Ainda quanto a resultados, a OAF é reconhecida como uma entre as mais bem sucedidas experiências de reeducação de adolescentes, recebendo o Prêmio Sócio-Educando de 1998

promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude – UNICEF, pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI e pelo Instituto Latino-Americano para a Prevenção de Delito e Tratamento da Delinqüência – ILANDI. Seu trabalho social é reconhecido, também, por instituições internacionalmente atuantes como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e o Banco Mundial, sendo considerada uma referência para a América Latina.

Apesar das várias conquistas, a OAF define-se como uma instituição que almeja alcançar metas cada vez mais avançadas, seja consolidando os projetos dos núcleos de atendimento já existentes, seja por meio de novos projetos. Aprimorar a qualidade do atendimento em relação à educação é uma das suas prioridades futuras. O ensino fundamental deve ser ampliado até a 8ª série, visa-se estender o ensino em tempo integral, e investir em um trabalho educativo voltado para a ecologia. A UNICA será ampliada e ocupará um terreno de 13.818 metros quadrados. Abrigará um Centro de Educação Técnica e Tecnológica, contando com equipamentos de energia eólica e solar, queda d'água e aparelho de formação de ondas, além de um observatório.

Orientações para a pesquisa e iniciação para o trabalho de campo

Este estudo se propõe analisar as transformações que a filantropia experimentou ao longo de sua persistência no tempo - uma ação civil que foi influenciada por princípios caritativos e laicos, para ser renovada a partir dos princípios da democracia, dos direitos humanos e da cidadania plena. As novas bases da filantropia podem ser entendidas a partir de interpretações sociológicas que enfocam a solidariedade, reciprocidade, justiça e confiança, procurando captar inclusive os instrumentos inovadores que permitem a sua viabilização através de praticas sociais. Para estudar o tema a partir de uma experiência de filantropia moderna, tomou-se como pressuposto de análise – aquele que dá uma orientação ao próprio entendimento do objeto da pesquisa – que a ação filantrópica moderna é uma forma de ação coletiva a qual, no contexto da democracia atual, reestrutura a reciprocidade e os laços que esta produz a partir de um novo sentido para a confiança e a justiça social, reposicionando estes elementos fundamentais das relações sociais no campo

da solidariedade e das trocas, no sentido contemporâneo que elas adquirem. Os questionamentos mais imediatos que foram formulados, ainda antes de mergulhar no trabalho de pesquisa, foram baseados na observação direta dos motivos que me fizeram escolher a OAF como objeto empírico da investigação, a saber:

- o apoio prestado aos jovens assistidos em situação de risco;
- a ação preventiva que afasta a perspectiva de vivenciar situações de exclusão social, de forma permanente;
- a promoção da ressocialização de crianças e jovens e os resultados da intervenção filantrópica.

Para orientar mais precisamente a investigação apoiada na reflexão desenvolvida sobre as contribuições das Ciências Sociais, foram definidos alguns objetivos. Como objetivos gerais, definiu-se: (a) investigar se a renovação dos princípios e orientações da filantropia moderna é realmente possível do ponto de vista das práticas sociais; (b) analisar qual o real impacto da ação filantrópica moderna junto às condições de pobreza e exclusão de crianças e jovens na democracia hoje.

Como objetivos específicos, foram definidos os seguintes elementos para a orientação do trabalho de campo:

- (a) pesquisar as práticas e os meios que a ação filantrópica da OAF utiliza para atuar junto à comunidade em Salvador, de forma contínua e persistente.
- (b) investigar a capacidade da ação filantrópica da OAF de implementar suas propostas e a receptividade (legitimidade) que alcança junto à comunidade local e à sociedade de uma forma geral.
- (c) examinar os efeitos e a durabilidade da ação filantrópica da OAF a partir dos atores envolvidos: quem faz a ação filantrópica, quem a recebe, e a reciprocidade que esta relação define para o conjunto da sociedade do ponto de vista dos direitos do homem e da justiça social.

Os primeiros contatos com a OAF tiveram a finalidade de avaliar as possibilidades de realização da pesquisa. Foram visitas que visavam um reconhecimento da organização e dos serviços que presta, procurando-se informações que respondam aos objetivos propostos e condições que facilitem a presença do investigador na organização. Inúmeras destas visitas foram feitas com o apoio e o acompanhamento da orientadora desta dissertação. Foi explicado a natureza e o objeto do trabalho ao presidente da OAF, o Padre Piazza, encontrando-se interesse, colaboração e autorização para a realização da pesquisa. A única condição é que ela não deveria interromper ou intervir nas atividades do dia a dia da OAF quando da consulta dos arquivos e documentos, da realização das entrevistas ou da observação participante e visitas.

As primeiras visitas permitiram estabelecer uma familiaridade com as pessoas e conhecer melhor o espaço físico e as atividades. Os assistidos apresentam-se sempre bem dispostos e cuidados. Pode-se observar entre eles brincadeiras infantis, como a brincadeira de roda, pique-pega, brinquedos improvisados a partir de objetos mais simples, como tampas de refrigerantes, garrafas plásticas, etc. – brinquedos e brincadeiras sem objetos caros e mais típicos de populações pobres ou rurais, mas que operam satisfatoriamente para o lúdico do mundo infantil.

A população juvenil observada demonstra comportamentos comuns a essa fase do desenvolvimento humano. As meninas sempre usando algum tipo de maquiagem e com cabelos enfeitados com adereços - muitos brincos, anéis e pulseiras. Os meninos, por sua vez, vestem roupas menos incrementadas que as das meninas: calças jeans e camisetas com estampas. É comum, também, observar os instrutores tomando medidas enérgicas com as crianças ou jovens, a fim de que regras simples sejam cumpridas, em especial em relação às atividades ligadas à escola e ao trabalho. Padre Piazza está sempre presente no cotidiano da organização, escutando e instruindo sobre regras, normas e relações de convivência coletiva na OAF. Estas impressões iniciais foram muito importantes para a minha inserção no campo, facilitando a condução das demais etapas da pesquisa. As visitas preliminares possibilitaram uma visão generalizada do funcionamento da OAF, um conhecimento prévio do comportamento dos seus mentores, dos que lá trabalham e do comportamento dos assistidos.

Os registros e arquivos da organização, em especial com relação a sua história e atual estrutura de atividades, são poucos e disperso. Mas, foram coletadas informações a partir de: registros sobre a trajetória de vida da fundadora da OAF, Dalva Matos; registros sobre a trajetória de vida do atual presidente, Padre Piazza; *folders* explicativos – muitas vezes desatualizados; algumas atas das primeiras reuniões; recortes de jornais e revistas - fonte importante de coleta de informações sobre a história da OAF e sobre os resultados que ela vem alcançando.

As informações importantes produzidas durante o trabalho de campo, a partir da observação participante e conversas informais, foram registradas no diário de campo. Ele é um instrumento de extrema importância no apoio à pesquisa, pois nele estão registradas as condições de desenvolvimento da coleta de dados, assim como a postura assumida pelos atores sociais pesquisados (Pierret, 1999). Foram registrados os acontecimentos presenciados pertinentes à pesquisa: os eventos sociais, o desempenho de funções, as visitas de grupos, em especial, internacionais, as questões financeiras e de pessoal, enfim, uma série de informações complementares relevantes para o entendimento dos diferentes níveis de relações sociais que ocorrem na OAF.

Foram registradas, também, informações sobre os assistidos, descrevendo as relações destes com a equipe técnica e com visitantes. Muitas informações que no momento do relato etnográfico pareciam desnecessárias ofereceram, posteriormente, importantes detalhes e nuances para o entendimento das informações. Contribuíram, também, para a construção das entrevistas. Outro aspecto registrado no diário de campo foi relativo às observações feitas sobre os jovens, a partir das entrevistas realizadas. Foi registrado que as falas dos jovens não apresentavam conceitos de análise de forma clara; eles usavam expressões próprias do seu grupo etário, gírias e outros trejeitos que foram apreendidos durante as observações e nos contatos informais. As entrevistas realizadas com alguns dos mentores e colaboradores da OAF desenvolveram-se de forma muito objetiva e as informações foram bem coerentes entre os vários depoimentos. Neste caso, as informações anotadas no diário de campo simplesmente complementavam algo citado por um e não por outro, e momentos fora da entrevista propriamente dita.

Assim, o diário de campo e a observação participante tornaram-se fundamentais para o próprio trabalho de campo, possibilitando a compreensão do entrosamento entre contexto social e científico no decorrer do processo de pesquisa. As informações contidas no diário de campo contribuíram para a formulação de uma visão geral da realidade investigada e do objeto de estudo, servindo como importante recurso para a interpretação dos dados coletados em fontes (Minayo, 1996)

As entrevistas

Utilizou-se a entrevista do tipo aberta, não estruturada, como principal fonte de coleta de dados. Foi pelas entrevistas que se obteve as informações de maior abrangência do tema pesquisado. O roteiro priorizou questões, problemas e informações, mas permitiu a liberdade para que indagações complementares fossem feitas no decorrer da entrevista. Este tipo de entrevista é um importante instrumento de pesquisa porque, neste caso, possibilita a combinação de informações qualitativas com a possibilidade de quantificação para análises diversas. Foi possível integrar dados descritivos, analíticos e de representação simbólica de forma a reconstruir os elementos comuns que os integram. Tal como, por exemplo, valores de vida e os dados práticos do cotidiano que informam esta categoria de análise. Ademais, foi possível trabalhar continuamente com os recursos de análise comparativa por semelhança (dos dados e informações) e por diferença. Assim, ficou mais fácil organizar as variáveis e os indicadores que as informam.

A elaboração dos três roteiros de entrevista procurou integrar teoria, pressupostos da pesquisa e os objetivos da investigação. Permitiu uma dinâmica de interação entre entrevistador e entrevistado, que variou conforme a seqüência de temas explorados no roteiro, com influência direta nos resultados alcançados com a coleta de dados (Minayo, 1996). Foram elaborados três roteiros de entrevista porque levou-se em consideração as diferentes inserções dos entrevistados na OAF. Um roteiro foi destinado aos principais mentores da ação - o presidente e os coordenadores de área que o assessoram; com eles foram feitas quatro entrevistas. O segundo roteiro se voltava para os responsáveis pelas

principais atividades próprias da OAF; foram feitas também quatro entrevistas. O terceiro roteiro foi destinado às entrevistas com os jovens assistidos e ex-assistidos; foram doze entrevistas no total: seis com o primeiro grupo e seis com o segundo (Roteiros de entrevista em Anexo nº4).

Como referido anteriormente, as entrevistas geraram reações variadas, desde depoimentos apaixonados e vaidosos até falas desmotivadas, em decorrência da complexidade do trabalho com a questão da infância e da juventude nos dias de hoje. Para alguns, o trabalho filantrópico, por demandar um prazo longo para observar os seus resultados, torna-se um trabalho árduo que exige sacrifícios. Mas houve entrevistados que se sentiram valorizados com a entrevista, porque ela representou um momento de reflexão acerca da realidade social vivida.

A partir dos três roteiros de entrevista foram explorados os seguintes tópicos: primeiro bloco: (a) trajetória da OAF, (b) trajetória individual no trabalho social e motivação para o trabalho filantrópico. Segundo bloco: (c) dificuldades e conflitos enfrentados, (d) princípios norteadores da filantropia e da filantropia moderna na visão do ator, (e) avaliação dos resultados alcançados. As entrevistas com os que trabalham nos núcleos de atividades seguiram, basicamente, o primeiro tipo de roteiro, acrescentando-se, apenas, um bloco sobre políticas de educação formal/educação profissionalizante, visando à compreensão dos valores pedagógicos que orientam a organização.

Com relação às entrevistas realizadas com os assistidos e ex-assistidos, o roteiro foi dividido nos seguintes tópicos: primeiro bloco: (a) o que é a organização, (b) trajetória individual – volta-se para o entendimento das expectativas dos assistidos em relação a filantropia moderna. No segundo bloco foram abordados: (c) relacionamentos com o corpo funcional e com os demais assistidos, (d) relação com os valores de liberdade e de participação, (e) prioridades futuras que a OAF deveria estabelecer, (f) relação experimentada com o Estatuto da Criança e do Adolescente – volta-se para compreender a percepção deles sobre oportunidades de vida proporcionadas pelo apoio recebido, buscando-se mensurar o impacto da ação filantrópica junto à infância e juventude desassistida em situação de risco social.

As entrevistas tiveram em média duração de sessenta minutos; apenas a que foi realizada com o Padre Piazza teve uma duração de aproximadamente três horas. Com relação a esta entrevista, o roteiro foi acrescido de itens de grande importância a partir de informações prévias já coletadas e referidas a este personagem especificamente, porque ele é visto como o agente transformador do processo de modernização da organização. Foram abordados aspectos sobre a relação entre valores sociais, filantropia e ações práticas; e também sobre a relação entre filantropia e religião, filantropia e política democrática. Do ponto de vista da estrutura da organização, foram abordadas questões sobre filantropia, autonomia e auto-sustentabilidade, sistema de oportunidades oferecidos pela ação da OAF e experiências internacionais, relações de parcerias para o Terceiro Setor, filantropia como bem público e o trabalho de cooperação em rede, filantropia e cultura política brasileira, e o processo de institucionalização da entidade. A riqueza dos detalhes das entrevistas é importante para o aprofundamento do conhecimento em relação aos valores que estruturam a ação filantrópica moderna e o seu impacto na cultura cívica de um grupo.

Os entrevistados

Entre os principais mentores da ação da OAF foi feita uma seleção: o presidente e seus assessores diretos. Dentre aqueles que coordenavam as atividades, foram escolhidos quatro coordenadores apontados pela assessoria da presidência como representativos do pensamento da entidade em relação às atividades; levou-se também em conta o tempo de atuação na OAF. No total, oito foram entrevistados, três homens e cinco mulheres. Todos os entrevistados têm acima de trinta anos de idade, têm curso superior e cursos de especialização, ao nível de pós-graduação, em suas áreas específicas de atuação. Isto traça, inicialmente, o perfil de quem se envolve com a filantropia moderna.

Dentre os jovens entrevistados, foram selecionados seis adolescentes que residem na organização e seis que já estão desligados da OAF. A seleção foi feita com o apoio da assessoria da presidência. Devido à natureza da entrevista, os jovens deviam ter acima de

14 anos. Os ex-assistidos são, normalmente, mais velhos. Esta definição da faixa etária foi para garantir que as respostas tivessem um mínimo de discernimento, o que não seria possível com crianças. Foram entrevistados quatro moças e oito rapazes de 17 a 32 anos. Os ex-assistidos foram escolhidos entre aqueles que foi possível localizar e que tinham conseguido uma autonomia de vida. Foram escolhidos ex-assistidos que são funcionários hoje da OAF, com moradias próprias, obtidas através do sistema de poupança estabelecido na instituição – aquele em que o assistido que trabalhar na organização, deve depositar 80% do seu salário numa poupança nominal. Ao terminar a sua estadia, em função da maioria, o jovem retira o dinheiro poupado e, com a ajuda da OAF, consegue uma casa própria. Outro critério de escolha foi o de que os entrevistados deveriam ter sido alunos de comportamento equilibrado e com bom desempenho nas atividades da organização. Não houve opção por um determinado sexo, pois a escolha por um sexo não teria interferência no objetivo a que a pesquisa se destina. Não houve recusa para o pedido da concessão da entrevista.

Assim, a pesquisa organizou os seus principais contribuintes. No total, foram realizadas 20 entrevistas que permitiram construir a análise do impacto da ação filantrópica moderna na conduta social dos indivíduos, numa relação social entendida no marco da solidariedade e reciprocidade do mundo hoje.

A análise dos dados

O momento da análise dos dados é uma das mais importantes fases da pesquisa, uma vez que é o momento das descobertas, da confirmação ou negação dos pressupostos e objetivos que motivaram os interesses na pesquisa, como os que desencadearam esse estudo. O tratamento dos dados permite um melhor retrato do contexto social investigado, ultrapassando a espontaneidade das análises provenientes do senso comum. Estabelece-se uma análise científica pela interpretação dos elementos que compõem as relações sociais, que conformam este tema de nível interpessoal e grupal. Como afirma Mauss (1990), é o

momento em que o pesquisador alcança o alargamento da razão. Para além do mero conjunto de procedimentos técnicos, a análise de dados permite conciliar perspectivas objetivas e subjetivas de compreensão da realidade social. A análise qualitativa de dados se transforma no decorrer do trabalho, a fim de superar o senso comum e o subjetivismo simplista de interpretação, atingindo um nível de análise mais aprofundado, que supera o dos significados aparentes (Minayo, 1996; Silva, 2000).

Para conhecer a dinâmica dos ciclos de relações promovidos a partir da ação filantrópica moderna, os dados foram qualificados no âmbito dos valores que orientam os princípios e as motivações dos atores e condicionam a sua ação. A noção de valores abre um campo de análise que permite entender a solidariedade e a reciprocidade como lastro dos intercâmbios sociais, além de compreender como se produz e funciona a confiança, ou, em última instância, o processo de produção e reprodução dos vínculos sociais. São os elementos que tornam a filantropia uma ação participativa e de intervenção.

Os enunciados presentes nas falas dos entrevistados foram recortados e organizados em torno de três eixos de entendimento: *valores de vida*, *valores de cultura política e valores pedagógicos*. Esta estrutura de organização dos dados para a análise apresentou ainda subdivisões e agrupamentos das informações selecionadas a partir de indicadores que representavam a classificação básica das falas (palavras, conceitos, normas, idéias), como apresentado nos diagramas a seguir. Para dimensionar a participação dos seus significados no conjunto das falas de cada grupo de entrevistados, foi quantificada a incidência de cada informação ao longo de cada entrevista. Portanto, a sua representação nos gráficos e diagramas se refere à intensidade e frequência em que cada dado aparece nos discursos, caracterizando, a partir do ponto de vista adotado neste trabalho, a força de cada elemento para os mentores, os colaboradores e os que são alvo da ação filantrópica moderna. Ademais, trechos de depoimentos frequentemente ilustram a análise dos dados. O estudo combinou informação qualitativa e quantitativa a fim de entender uma experiência localizada de apoio à criança e jovens carentes. Com isso pretende-se propor interpretações mais gerais sobre a filantropia.

O primeiro eixo, *valores de vida*, representa o conjunto de valores ético-morais que dão substrato às normas e regras de vida regulando a convivência de um determinado grupo e de sua ação em sociedade. É o substrato, consciente ou inconsciente, do que as pessoas são, o que fazem, porque fazem e como fazem. Este é um aspecto muito importante para o estudo do tema, visto que representa o sistema de valores no seio da ação filantrópica, permitindo a estruturação de sentimentos subjetivos que orientam ações objetivas, estruturadas por regras sociais. Representam, ainda, a capacidade de reflexão dos indivíduos em torno de seu mundo, o que implica nas relações e nas trocas que possibilitam a inserção social. Nos depoimentos foi possível selecionar e organizar cinco variáveis importantes relacionadas aos *valores de vida*: *disciplina moral, inserção social, ideologia e valores de fé na ação pastoral, trabalho e inserção social e conflitos na condição de exclusão*. Estas variáveis foram organizadas a partir dos dados recortados dos depoimentos, como informa o Diagrama I (**Página 81A**).

Quanto ao segundo eixo no campo de estudo dos valores, *valores de cultura política*, ele representa as orientações que se manifestam pela ação filantrópica em relação às condutas políticas dos indivíduos em torno de poder, decisão, percepção de si próprio e do coletivo nas trocas que envolvem a relação entre indivíduo–grupo–sociedade; enfim, a relação de oposição e conciliação que existe entre dominação e autonomia. Ademais, este campo remete ao entendimento do acesso aos direitos e deveres e à constituição da cidadania. Os *valores de cultura política* são organizados em torno de três variáveis: *poder, participação e coesão social relativos à democracia, dimensão moral da política, anomia social: base para conflitos*. Estas variáveis foram organizadas a partir dos dados das entrevistas, como informa o Diagrama II (**Página 81B**).

O terceiro eixo no campo dos valores foi construído a partir da noção de *valores pedagógicos*, entendidos como representações presentes nas entrevistas que indicam formas de socialização vinculadas à ação filantrópica e que se referem à *práxis* do apoio, da confiança e da solidariedade. Na perspectiva dos depoimentos dos entrevistados os *valores pedagógicos* configuram as práticas sociais cotidianas, impregnadas nas atividades escolares, profissionalizantes, lúdicas e de convivência, preparando crianças e jovens para o acesso às oportunidades de vida e escolhas disponíveis hoje. As falas relacionadas a esta

questão foram classificadas em três variáveis: *educação como processo de socialização pela habilitação para a vida; conflitos; e institucionalização*. Estas variáveis foram organizadas a partir da sistematização das informações das entrevistas, como mostra o Diagrama III (**Página 81C**).

A partir destes três níveis de ordenamento de material empírico, que permitiram transformar representações sobre a vida e a experiência na OAF em dados, foi possível entender a perspectiva dos mentores e colaboradores da ação filantrópica. No que diz respeito aos assistidos, houve alguma variação em relação à caracterização das variáveis. Para o estudo de *valores de vida* foram definidas as seguintes variáveis: *disciplina moral e conflitos*, que na visão dos assistidos expressam valores de vida. Com relação a *valores de cultura política*, foram definidas duas variáveis: *coesão social – democracia e relação com o ECA* (Estatuto da Criança e do Adolescente). Por fim, para o estudo de *valores pedagógicos* foram definidas as seguintes variáveis: *educação passada e educação hoje*. Os Diagramas IV, V e VI correspondentes a estes dados encontram-se no Anexo 3.

Finalmente, para completar o entendimento sobre a OAF a partir de uma visão de fora da organização, foram ainda analisadas notícias de jornais sobre a mesma. Os dados foram processados pelos mesmos procedimentos que os das entrevistas, conforme será apresentado na conclusão do trabalho. E se referem à visibilidade e legitimidade que a OAF vem alcançando em sua trajetória. São dados sobre *valores pedagógicos*, partindo da análise de recursos que servem à integração social e *valores de cultura política*, partindo da análise de resultados sobre a recuperação de crianças e a perspectiva de consolidação da cidadania.

Diagrama I

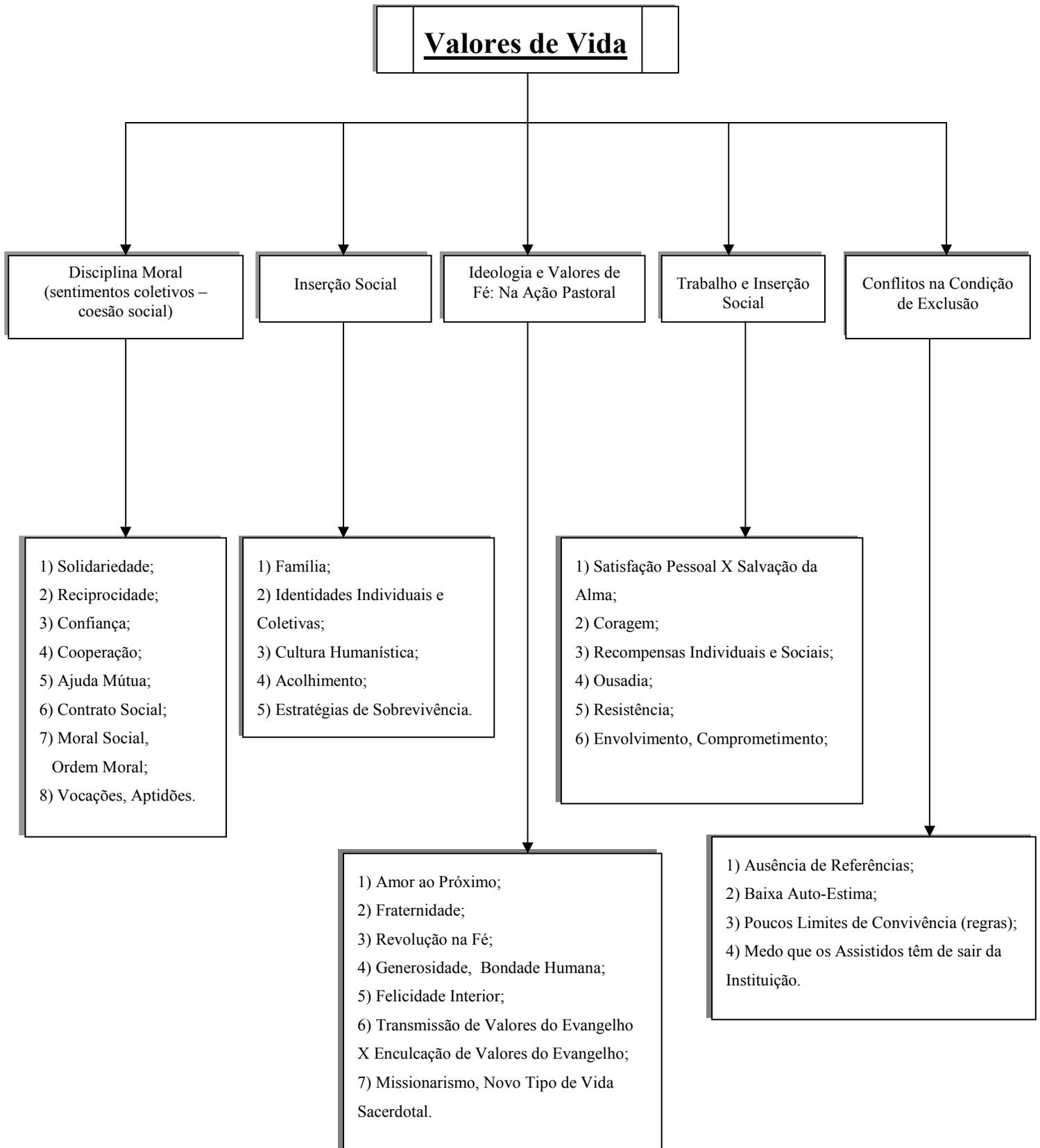
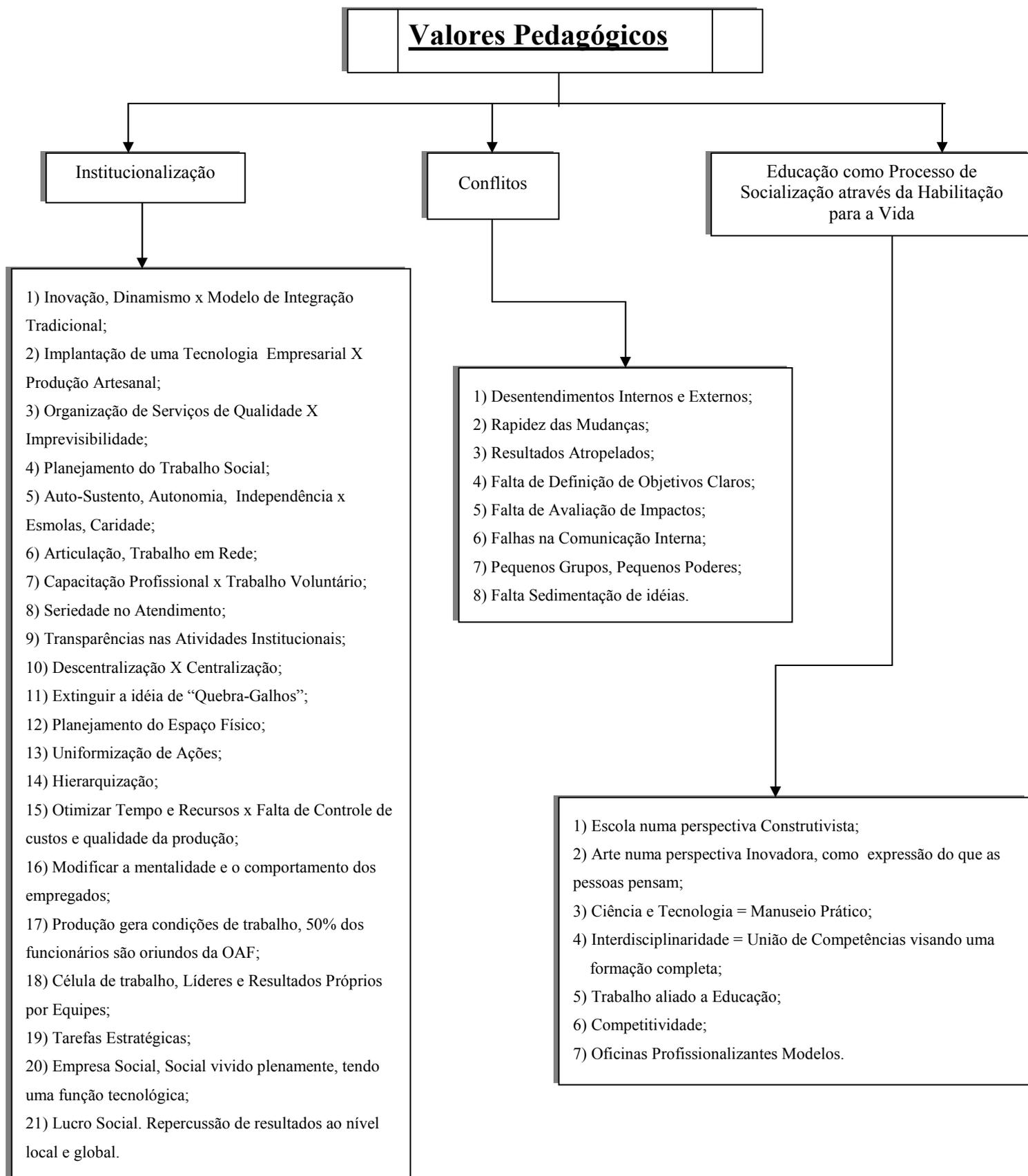


Diagrama II



Diagrama III



CAPÍTULO V

OS RECURSOS DESTINADOS À INFÂNCIA E JUVENTUDE

A convivência com os valores de igualdade, justiça, direitos individuais e liberdade são imprescindíveis desde a primeira infância para que seja garantido um desenvolvimento humano e uma formação de consciência social dignos, que permitam a integração social, o acesso às oportunidades de vida e escolhas individuais. As redes sociais que se formaram a partir de ações civis em prol da infância e juventude têm representado um papel relevante na formação equilibrada dos atores infanto-juvenis. Elas objetivam combater a ameaça contínua da reprodução dos ciclos geracionais de pobreza e exclusão. É sobre isto que a ação filantrópica, no sentido discutido anteriormente, objetiva, ao colocar-se como um dos possíveis meios de participação em redes que mobilizam a sociedade civil em relação a esta questão social.

Os valores que se desenvolvem pelas interações entre indivíduos garantem o reconhecimento de suas identidades e de suas necessidades, reconhecendo-se uns nos outros como semelhantes ou mesmo iguais. É isto que fundamenta o senso de justiça e liberdade. Portanto, ter condições dignas de atender às necessidades vitais e a realização dos desejos é tanto da condição humana como da condição histórica que possibilita a sua vivência enquanto justiça social (Heller, 1998).

Quando a conduta é pautada em valores de liberdade, igualdade e justiça social, a disponibilização de oportunidades de vida se torna uma obrigação da sociedade e uma demanda dos indivíduos: ser incluído, fazer parte e usufruir. Para a realização da justiça social é relevante o combate às anomias; entre elas, a da infância e juventude alijadas das boas condições de vida. Esta é a principal razão pela qual a infância é objeto de um problema social maior, que é a pobreza e a exclusão social no seu sentido mais abrangente. No geral, pode-se dizer que a sociedade brasileira, em anos mais recentes, tem reunido esforços para tratar a complexa questão da infância e juventude. Investimentos, programas sociais e novas abordagens de entendimento do problema têm sido destinados ao

tratamento desta questão. A sua complexidade, porém, exige esforços e recursos variados, originados desde órgãos governamentais a entidades não-governamentais nacionais e internacionais.

Inicialmente, é possível observar dados básicos sobre a infância. A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, tem se reduzido representando um retorno dos investimentos sociais de longo prazo relativos à saúde e apoio maternal e à primeira infância. Em 1990 o índice era de quarenta e oito mortes para cada mil crianças nascidas vivas. Já em 1998, as taxas indicavam um índice de trinta e seis, o que representa uma redução do número de óbitos de milhares de crianças. Mas o problema deve ser observado por mais de uma ótica. Isto porque ele se agrava quando observado regionalmente. A questão da infância é grave se levado em consideração a condição de desigualdades sócio-econômicas. As disparidades regionais mostram taxas de mortalidade infantil muito distintas num mesmo país: no Rio Grande do Sul, por exemplo, ela atinge 19,4 por mil nascidos vivos, já em Pernambuco e na Paraíba, além de Alagoas, o índice é de 61,8 por mil e 71,9 por mil, respectivamente (Relatório Unicef - A Situação da Infância Brasileira, 2000).

Outro dado básico sobre a infância e a juventude diz respeito à evolução dos direitos voltados especificamente para a sua proteção. Ela tem sido significativa apesar da pouca implementação por práticas mais eficazes ou permanentes, como se tem observado no Brasil. A Convenção Sobre os Direitos da Criança, aprovada em 1989 pela Assembléia das Nações Unidas, garante o direito primário a um nome e a uma nacionalidade a qualquer criança. Segundo o Ministério da Saúde brasileiro, até 1996 esta norma não estava sendo cumprida, pois havia cerca de um milhão de crianças em solo nacional sem o registro de nascimento. Somente o Distrito Federal contradisse esse dado; lá, o número de registros foi maior que o número de nascimentos, mostrando um esforço para registrar crianças já nascidas e as que nascem. Já no Maranhão, de cada cem crianças nascidas oitenta e quatro não são registradas, a despeito da gratuidade do registro de nascimento, diretriz regulamentada pela Lei 9534. Este fator inicial é um problema que interfere não só na identificação da criança, mas, também, dificulta o acesso às oportunidades de educação e saúde, influenciando negativamente o planejamento e as políticas públicas.

O nível de renda é também um importante fator para se avaliar a situação da infância. Segundo dados da Unicef, o próprio IBGE identificou que 30,5% das famílias brasileiras com crianças de 0 a 6 anos de idade sobrevivem com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Na região Nordeste são 53,6% as famílias que sobrevivem com este nível de renda comprometendo, assim, o nível de desenvolvimento físico, mental e emocional de gerações, colocando até mesmo a longevidade desta população em risco (Relatório Unicef - A Situação da Infância Brasileira, 2000).

A inquietação desta dissertação está voltada para o entendimento do problema da infância e juventude em situação de risco. E para entendê-la situa a reflexão, o escrutínio e a análise do problema no campo da filantropia, porque esta torna possível a conjugação da compreensão, da avaliação e da crítica combinadas com a ação prática e participativa. O objetivo deste capítulo é analisar a capacidade da ação filantrópica em lidar com o problema da infância, tornando-se instrumento próprio do desenvolvimento integral dos indivíduos que assiste. Condicionando a conduta moral-social e abrindo oportunidades de vida pelos mecanismos de socialização alternativos, a ação filantrópica permite a expectativa de uma inserção social. Ademais, influencia a formação de uma cultura política voltada para a ampliação democrática e a justiça social por meio da relação de múltiplos atores: os agentes promotores da filantropia e os sujeitos-alvo. Situando a discussão no campo dos valores, este capítulo procura mostrar a sua relevância para explicar a ação filantrópica como implementadora de um modelo de educação, de princípios pedagógicos e de uma vida cotidiana orientados para condutas reeducativas por meio das práticas sociais mais elementares. Portanto, a discussão que se desenvolve revela a importância dos valores não-materiais nos processos de sociabilidade para vencer os desníveis vividos por crianças e jovens pobres. Esta sociabilidade proporcionada pela ação filantrópica, em última instância, favorece a manutenção da coesão social por meio da interação entre indivíduos, reforçando as instituições sociais consagradas.

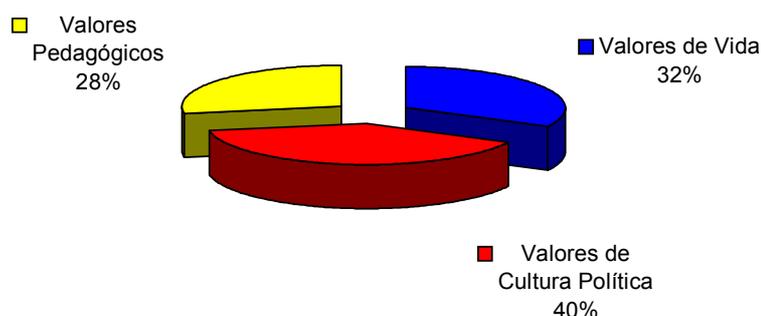
O estudo de uma experiência localizada de filantropia, com um longo período de atuação em Salvador, o caso da OAF, tem como pano de fundo os lastros indispensáveis para a constituição das relações sociais modernas, como a solidariedade e a reciprocidade, analisadas anteriormente, porque possibilitam entender os meios para se alcançar a justiça

social pela participação cívica, contribuindo para o acúmulo de capital social da comunidade. Esta experiência é agora analisada a partir dos depoimentos dos mentores e colaboradores que atuam para torná-la uma ação do dia a dia, uma ação baseada em cooperação e confiança. A representação que estes atores fazem de sua atuação na OAF é explicada pelos três níveis de valores percebidos como fundamentos desta experiência filantrópica na OAF: *valores de vida*, *valores de cultura política* e *valores pedagógicos*.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos valores presentes nos depoimentos registrados para os que atuam na OAF. Os números mostram uma relação relativamente equilibrada de sua distribuição. Com uma participação de 40%, os *valores de cultura política* se sobressaem, mostrando que a ação filantrópica pode modificar as concepções dos indivíduos e grupos sobre o seu mundo e sobre como lidar com as desigualdades e a infância pobre. Próximo a eles há os *valores de vida*, com 32% de participação e se referem à importância dos processos de sociabilidade para melhorar a inserção dos indivíduos na sociedade. Por último, os *valores pedagógicos* são aqueles que instrumentam o dia a dia dos processos de sociabilidade, e contribuem com 28% do total. Esses dados foram obtidos a partir de um total de 730 incidências de enunciados presentes nas falas dos entrevistados, que se reportam ao total de valores. Esta análise permite um entendimento da ação filantrópica moderna na estruturação de valores externalizados pela ação e internalizados pela experiência.

Gráfico 1

Campo de estruturação dos valores da ação filantrópica



É um tipo de ação filantrópica baseada em práticas comunitárias de inspiração religiosa, conforme relatado na trajetória da OAF. Ela se desenvolve independente do Estado, mas paralela a ele, estabelecendo com este relações de parceria. Fortalecem-se, assim, iniciativas civis e ações não-governamentais que buscam despertar o interesse público para formas alternativas de proteção social. Pressupondo que há em cada um, um potencial de virtudes cívicas, a experiência da OAF indica como conduzir condutas exemplares na comunidade, integrando melhor o indivíduo, porque elas permitem conquistar espaços que viabilizam oportunidades de vida e de participação (Reis, 1995; Heller, 1998).

Vale lembrar que os modelos de apoio social tradicionais oferecidos pela filantropia de cunho mais caritativo tinham a preocupação de oferecer um atendimento voltado para as necessidades básicas materiais mais imediatas e de sobrevivência, que consistiam em alimentação, moradia e vestuário, complementadas por um ensino formal básico e, em alguns casos, também, pelo ensino religioso. Não visavam realmente oferecer oportunidades de efetiva reinserção dos jovens que acolhiam e que viviam na insegurança, longe de qualquer expectativa de uma educação e profissionalização. Não havia a preocupação de preparar o assistido para viver com autonomia, e fazer-se presente nas relações sociais de forma inclusiva. Os valores de generosidade e bondade eram os que animavam a ação filantrópica, derivados de uma ética religiosa mais voltada para quem dá do que para quem recebe. A preocupação era dar ao próximo para receber a salvação; isto é, um sentido restrito da dimensão moral da reciprocidade, pois não completava o circuito básico de dar-receber-retribuir. Em contraposição, a filantropia moderna da OAF busca compartilhar valores que integram quem acredita no apoio social e quem o recebe, porque situa a ação no âmbito do interesse público e do bem comum. Estabelece-se um novo perfil das trocas sociais, na qual os envolvidos tornam-se partícipes de uma cidadania bilateral e integral.

Os valores de vida na visão dos mentores e colaboradores da OAF

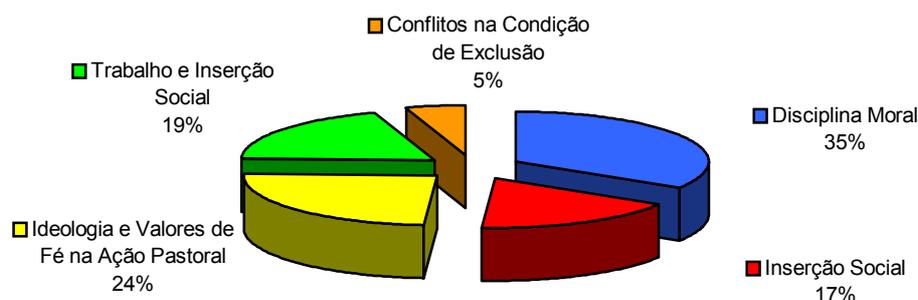
Solidariedade e reciprocidade no mundo moderno se referem a um campo da ação composto de valores em que se integram a consciência coletiva e a consciência individual, orientando os indivíduos em direção a convivências compartilhadas. A ação filantrópica também se refere a esta integração entre o individual e o coletivo em relação à sociabilidade. A categoria *valores de vida* indica os valores ético-morais que dão o substrato às normas e regras de vida, regulando a convivência de um determinado grupo, a partir da perspectiva do entrevistado sobre a capacidade da ação filantrópica de transmiti-los aos que dela participam (doador e receptor). É responsável pela constituição de parâmetros de conduta e julgamentos. Além disto, os *valores de vida* representam a reflexão daqueles que formulam e implementam uma ação social de apoio à criança e ao jovem, o que implica em uma visão de longo alcance para a inserção daqueles que, de outro modo, seguiriam na pobreza e exclusão.

As razões e significados que expressam os *valores de vida* apreendidos nas entrevistas se referem a cinco variáveis, já citadas anteriormente: *disciplina moral, inserção social, ideologia e valores de fé na ação pastoral, trabalho e inserção social* e, por último, *conflitos na condição de exclusão*.

Este eixo no campo dos valores relaciona os elementos que subsidiam a estruturação da consciência individual dos membros de um grupo e sua relação com os dados do mundo coletivo, da consciência coletiva, em termos da sociabilidade no cotidiano, nas funções sociais específicas e naquilo que regula o indivíduo no seu ambiente, como, por exemplo, relacionar-se com regras, com a lei, com as atividades cotidianas. São constitutivos dos laços sociais básicos no mundo privado e pessoal e no mundo social.

Gráfico 2

Valores de vida



Fonte: Pesquisa de Campo

As variações de conteúdo que compõem os *valores de vida* revelam duas variáveis mais significativas pela representação que têm na constituição da moral e das regras de vida sobre as quais a sociabilidade se dá; são elas: *disciplina moral*, com 35% de participação e *ideologia e valores de fé na ação pastoral*, com 24%. *Disciplina moral* diz respeito aos valores que compõem a moral coletiva que interfere na formação da personalidade do indivíduo, entendendo-o como sujeito de sua ação cotidiana. Representa a possibilidade de relacionar-se com as normas e regras que disciplinam o agir cotidiano e as relações sociais exemplares, além de possibilitar uma participação do indivíduo em sociedade com autonomia. Ademais, é por meio da moral coletiva que a interação indivíduo e sociedade estimula a motivação para participar das oportunidades de vida e, por meio delas, realizar as necessidades indispensáveis para o desenvolvimento integral de cada um.

O conjunto de respostas que caracteriza a variável *ideologia e valores de fé na ação pastoral*, com 24%, indica que a religião cristã também tem um papel na formação moral,

na educação e na sociabilidade. Continuamente dirigida por pessoas oriundas de uma formação católica, os valores da teologia religiosa têm influenciado significativamente a OAF e sua atuação, em especial, em defesa de uma relação familiar, da preocupação com o próximo e do amor como fonte de integração social. Inicialmente, o tradicional discurso teológico buscava orientar a ação pastoral a partir de uma visão de cunho missionário e salvífico, juntamente com práticas autoritárias e paternalistas. Desenvolvia pouco ou nada o senso de autonomia e de crítica do indivíduo, tendo na reprodução da instituição cristã o seu foco principal (Romano, 1979). Com o desenvolvimento das ciências modernas, o discurso e a ação pastoral se aproximaram de influências que flexibilizavam as políticas teológicas, visando obter respostas mais eficazes para as conseqüências das contradições sociais, como a pobreza, por exemplo. A Igreja, gradualmente, assumiu a promoção do bem-estar social, apoiada em mecanismos pedagógicos e de socialização que se opõem à marginalização de numerosos contingentes populacionais, instaurando novas práticas para a ação pastoral, com ênfase no espírito de servir (Romano, 1979). Na fase inicial da OAF, a influência do catolicismo tradicional era repassada através de práticas impositivas, reproduzindo o perfil da filantropia caritativa da época, como demonstra a fala a seguir:

“D. Dalva recebia mães solteiras e crianças abandonadas: a mãe ajudava no berçário e a organização, em troca, oferecia assistência a essa mãe que trabalhava no berçário. Não era um emprego, era uma troca de trabalho. Era um socorro para aquela mulher abandonada. A mãe assistida deveria dar e receber”. (Entrevista n.º.1)

A OAF, originalmente, tinha a sua ação social motivada por diretrizes de socorrer alguém (dar) e receber a recompensa divina; na prática, isto se manifestava na forma de retribuição imediata pelos serviços recebidos, interna e externamente. Hoje, a motivação da ação social está voltada para uma expectativa de retribuição baseada na integração e em uma percepção de justiça mais abrangente. Mesmo assim, a ação pastoral continua a ser sujeita ora à aceitação e a ora à crítica. A fala seguinte demonstra os ideais que têm proporcionado a evolução desse espírito cristão da ação na OAF:

“Estamos num momento interessante da filantropia. A Igreja tratou-a como caridade. Era a idéia da salvação, de partilhar bens, de amor ao próximo. Essa idéia deveria ser superada, deve, sim, haver uma idéia de justiça, que não substitui a caridade. É uma idéia de ordem moral, ética e filosófica”. (Entrevista n.º. 3)

Dois outros conjuntos de respostas originaram as variáveis *trabalho e inserção social*, com 19%, e *inserção social*, com 17% de participação nos *valores de vida*. Elas reforçam a análise sobre o fato de que a ação da OAF tem como meta principal a integração social favorecida por meio de uma capacitação para ser e fazer, uma habilitação do indivíduo para o trabalho. O trabalho aparece como uma categoria valorativa, capaz de compor a personalidade do indivíduo no sentido de que este possa ocupar uma posição na sociedade e sentir-se parte dela. Pois, por meio do trabalho ele/a acessa inúmeros elementos da vida social: moradia, sobrevivência básica, consumo, lazer.

É o mesmo sentido do trabalho que aparece para os que atuam na própria OAF, aquele que: envolve pessoas a fim de cumprirem metas coletivas, desperta um forte senso de pertencimento, orienta a ação para um senso de bem comum. Os agentes envolvidos no trabalho social da OAF externalizam motivações a partir de valores como: satisfação pessoal, coragem, envolvimento, comprometimento, entre outros. O que demonstra que a ação filantrópica moderna promove a participação na gestão do trabalho social de forma recíproca entre doador e recebedor.

Os *valores de vida* demonstram, ainda, uma preocupação significativa com a estruturação da família, um referencial social que se busca reconstruir para os assistidos. Foi com o advento da sociedade urbano-industrial que as mudanças sociais alteraram as relações familiares, que se tornaram mais restritas a um universo privado. O ambiente da família possibilita a formação de indivíduos para conviver em sociedade, ensina diferenciações de tarefas a partir do sexo e idade, podendo indicar, também, práticas cooperativas nas relações entre os indivíduos e o grupo familiar. Contribuindo para a formação da personalidade dos indivíduos, transmite regras, hábitos, costumes e valores. Mas, mesmo a família moderna se transforma. É preciso lembrar que hoje até mesmo a família de classe média ou alta é afetada por divórcios e por novos casamentos, oferecendo às crianças e jovens um ambiente familiar ampliado, uma rede que envolve pai, mãe, padrasto, madrasta, namorados, meio-irmãos, vários avôs e avós, primos e muito mais. Na OAF há agora a referência ao mundo da família naquele aspecto de rede que ela é capaz de constituir e realiza por meio de uma rede comunitária. As casas-lares buscam, em princípio, produzir e reproduzir um ambiente familiar com vínculos transitórios.

Favorecem a convivência em grupo e comunitária, possibilitando aos assistidos a compreensão do meio em que estão inseridos, habilitando-os para lidarem com situações diversas: amor, ciúme, conflitos, cooperação, compartilhar, competição, etc.

Nas atividades que promovem o ensino profissionalizante visa-se, também, consolidar os valores de vida. Atividades voltadas para a capacitação e profissionalização dos jovens assistidos mantem-os atualizados com os avanços dos conhecimentos tecnológicos, mesmo que seja em pequena escala. Os depoimentos a seguir reforçam os dados:

“Educação e trabalho devem ser articulados para estruturar a personalidade do homem, o ser e estar no mundo. O trabalho como algo prazeroso, fazendo parte da liberdade do homem e valorizando o eu. Na OAF, a escola fundamental foi pensada de um jeito novo, a partir da junção das noções de educação e trabalho, a partir de uma metodologia que traduzisse a idéia de trabalho como fundante da personalidade do homem. Piazza veio, também, com a idéia da junção dos princípios da ciência e tecnologia, como é a experiência do Museu de Milão, que parte da ciência e de seus princípios teóricos aliados ao seu manuseio prático. E tudo vai surgindo, partindo do que já existia, como a antiga escola, por exemplo, não negando-a, mas partindo dela”. (Entrevista nº. 3)

Ou ainda,

“O homem que age em microespaços pode rever valores éticos, do ponto de vista da justiça. É preciso reformular valores com conteúdos diferentes. Liberdade e sociedade moderna e a tecnologia evoluem, mas a vida social não; perdemos então a nossa liberdade, falar de justiça parcial não é justiça. Com isso, temos que reconstituir estes conceitos. Valores éticos, valores da família, passam a ter novos conteúdos. Mas há a lei dos pequenos passos, saber gozar do pouco que temos e saber como podemos mudar - isso é felicidade”. (Entrevista nº. 2)

A ação da OAF tem, ainda, a função de afastar as contradições da condição de exclusão. É o que demonstra outro grupo de respostas que forma a variável *conflitos na condição de exclusão*. Com apenas 5% das menções observadas, refere-se à visão dos mentores e colaboradores sobre esta questão. Para eles, a caracterização da condição de exclusão é um fator de confronto contínuo, é uma estigmatização que precisa ser antagonizada. Lidar com as crianças assistidas é transmitir a percepção de identidade e

pertencimento de forma afirmativa, isto é, não permitindo a idéia de excluído tomar conta de sua auto-imagem. Lidar com o conflito que se forma na condição de exclusão é opor-se àquela realidade analisada por Castel (1998), de que a exclusão produz complexas e progressivas desfiliações sociais. A ação filantrópica para os assistidos confronta esta situação e retoma as rédeas para inserir as crianças e jovens carentes em um mundo de pertencimento. Por fim, pode-se perceber que os *valores de vida* que pautam a formação oferecida pela OAF possibilitam a vivência da solidariedade e do seu sentido social, remetendo-a para além dos núcleos familiares tradicionais e situando ao nível da participação social mais ampla (Reis, 1995).

Relações recíprocas na ação filantrópica desenvolvem a solidariedade social, favorecendo as relações dos indivíduos entre si e com as instituições a partir da manifestação de sentimentos de cooperação e confiança, respeitando-se especificidades e escolhas. Com isso, reforça-se a participação na esfera pública e no âmbito da cidadania. Desmonta-se, se possível, a imagem do sujeito pobre apresentado como vítima na sua origem ou permanentemente na condição de pobreza.

Valores de cultura política e formação dos indivíduos

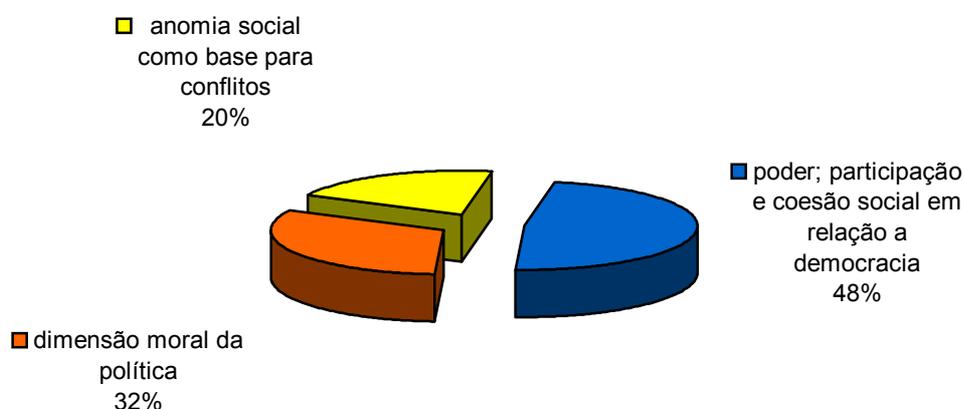
Os *valores de cultura política* representam as orientações estruturadas pela ação filantrópica sobre o sentido sócio-político do apoio à criança e adolescente. Representam, também, os parâmetros de formação dos assistidos em relação à identidade e à participação do indivíduo para uma formação cidadã em uma sociedade democrática. Esta questão foi investigada, a partir das falas dos entrevistados, reconhecendo-se nesta área do estudo os aspectos das relações sociais que incrementam os direitos e deveres disponíveis para cada um. Os *valores de cultura política* foram agrupados em três variáveis: *poder, participação e coesão social em relação à democracia; dimensão moral da política; anomia social como base para conflitos.*

Este eixo dos valores, como indicado no Gráfico 1, representa 40% das incidências de enunciados encontrados nos depoimentos dos mentores e colaboradores da ação

filantrópica da OAF. São os valores que tanto orientam a sua própria ação como, também, são transmitidos às crianças e jovens para a sua formação individual. São a base para a convivência e observância dos valores políticos da modernidade, como os de: justiça, participação, igualdade nas oportunidades de vida e democracia. Marcam os espaços das disputas por poder, decisões e interesses, articulando, por este ângulo, o indivíduo e o grupo.

O conjunto de respostas que constitui a variável mais significativa desta categoria de análise é *poder, participação e coesão social em relação à democracia*, com 48% das frequências, como demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3
Valores de Cultura Política



Fonte: Pesquisa de Campo

Estes dados revelam a prevalência dos valores de cidadania e cultura cívica. Ou seja, a ação filantrópica moderna busca atuar em oposição às formas tradicionais de apoio social, nas quais eram desenvolvidas relações pautadas em uma noção de dádiva truncada, na qual aquele que recebe está em uma posição subalterna nas relações de troca. A dádiva

moderna é dinâmica porque percebe o doador e o receptor de forma mais integrada e recíproca, valorizando a retribuição mútua desta ação. Isto porque a ação da OAF procura propiciar o engajamento de indivíduos em prol de interesses coletivos e públicos que favoreçam o desenvolvimento social partindo da idéia de bem comum. Os valores de justiça social, de respeito às necessidades humanas, de participação, de cidadania integram-se na orientação de condutas políticas que somam no acúmulo do capital social. Estão presentes de forma significativa na ação filantrópica moderna, que procura assistir indivíduos que estão fora do acesso às oportunidades de vida, permitindo-lhes formas de integração sem que seja necessária a renúncia aos interesses individuais e à própria subjetividade.

Em um contexto como o que caracteriza a sociedade brasileira, no qual o Estado é muito fraco em relação às responsabilidades sociais, cria-se um espaço mais participativo para a sociedade civil, em que a sua capacidade de pressionar o Estado para políticas públicas por meio de parcerias e autonomia de gestão apresenta-se de forma mais direta. Ao nível dos valores de cultura política, a OAF tem como objetivos desempenhar uma ação que tenha interferência nas políticas públicas, indo contra as causas que geram exclusão. Os jovens assistidos são educados para desenvolverem o respeito pelos sistemas de vida coletiva e para se envolverem solidariamente com a pessoa humana. Os elementos desta variável proporcionam uma consciência crítica em relação à sociedade e em relação a sua própria condição social. E, ao mesmo tempo, orientam a crítica para uma visão construtiva, em que poder, participação e democracia se tornam uma dimensão positiva, voltada para expectativas de conquistas.

Os mentores da organização compartilham valores de cultura política que engajam funcionários e assistidos na dinâmica da institucionalização da OAF, como mostram as citações a seguir com relação a algumas das atividades desenvolvidas:

“É também um exercício de cidadania e de solidariedade que visa aproximar a instituição da comunidade onde está inserida, além de mostrarmos aos jovens formas de organização”. (Correio da Bahia, 23/09/99)

“A caridade antiga partia de quem dava. Hoje, atender um menino quer dizer atendê-lo em suas necessidades, dentro do que ele próprio julga como importante. Deixamos Deus ser Deus, para o homem ser homem, ler o mundo pelas referências do menino como criança que ele é. O menino deve ter sua infância respeitada, respeitando os limites do outro e entrando no seu mundo, então, ajudá-lo a ir até onde ele precisa. O que se desenvolve na OAF é o respeito às vontades do menino, respeitando o ritmo próprio de cada um, coisa difícil para nós homens. A justiça surge como um novo princípio orientador, aplicando uma pedagogia do respeito apropriada ao que eles podem dar e necessitam”.(Entrevista nº.2)

A variável *dimensão moral da política* apresentou destaque na estrutura que organiza a formação oferecida pela OAF, com 32% de participação. Ela significa a dimensão moral da política para os que pensam a filantropia e significa, também, a dimensão moral da política daquilo que se quer ensinar aos assistidos. O que representa a preocupação com a formação de virtudes cívicas e éticas no caráter dos futuros cidadãos. Elementos de valor como justiça, justiça social, igualdade e liberdade de escolha formam, entre outros, a base para uma moral para a cidadania ativa. Ao distinguir uma preocupação com a *dimensão moral da política*, os mentores da ação da OAF revelam o respeito em relação às múltiplas necessidades dos indivíduos, visto que se deve oferecer condições para o desenvolvimento da capacidade de cada um e para o modo como cada um internalizará a observância e a reflexão das normas e regras estabelecidas pelas instituições (Heller, 1998).

Com menos incidência que as variáveis anteriores, a variável *anomia social como base para conflitos* aparece com 20% de participação. A pobreza é o quadro de fundo desta variável e a partir da mesma é que surge um novo nível de entendimento do conflito, tanto para lidar com este problema, como para enfrentá-lo em termos de superar os limites que a pobreza impõe para as crianças e jovens.

A pobreza, em especial na sociedade brasileira atual, é uma realidade inescapável. Burlando as regras do desenvolvimento, que deveria buscar a compatibilização do desenvolvimento econômico com o social, as más condições de distribuição de renda, de emprego e de benefícios sociais estatais têm aumentado juntamente com a pobreza. Situações de desemprego e subemprego alternam-se, dando início à conformação de um

cotidiano de privações de longo prazo, para a maioria da população brasileira. Isto caracteriza uma anomia crônica, base de conflitos e tensão social (Telles, 1999).

A pobreza, na contemporaneidade, é complexa; combina formas extremas de pobreza estrutural, formada ao longo da história, e pobres mais recentes, representados por famílias que sobrevivem com rendimentos abaixo da linha da pobreza. Ademais, há aqueles pobres com pouca representatividade nos censos, formados por uma população de indigentes (LESSA, et alli, 1997). Situações de pobreza e exclusão mostram sua face mais cruel em relação à infância e juventude, contradizendo a própria modernidade e suas conquistas. Ou seja, para um número crescente de brasileiros, em especial crianças e adolescentes, agravam-se as condições de vida em função da pobreza e exclusão, sem que lhes seja oferecido qualquer sistema público de proteção social (Telles, 1999).

Por fim, pode-se afirmar que é em cenários de pobreza e exclusão que a ação filantrópica se coloca como uma possibilidade, entre outras, de proteção social alternativa, atuando em microespaços, mas com uma importante influência para a transformação dos *valores de cultura política*. Ademais, uma ação como a da OAF interfere, significativamente, na relação entre o público e o privado, modificando o papel do Estado - menos centralizador e menos prepotente em relação às decisões sobre como lidar com um problema estratégico como o da criança e do jovem em situação de risco.

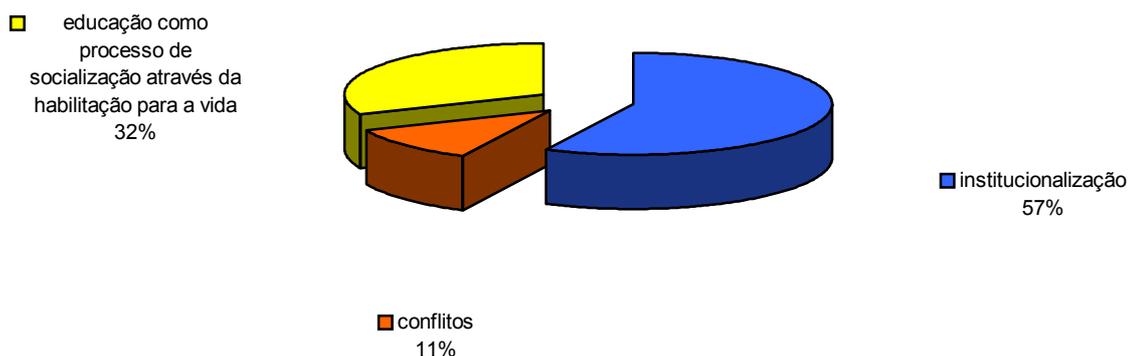
Valores pedagógicos: a práxis da OAF

O terceiro nível de análise se refere ao estudo dos *valores pedagógicos* por meio dos quais a OAF materializa a integração social da criança e do jovem que atende. Nos depoimentos dos entrevistados, os *valores pedagógicos* se apresentam sob a forma de práticas sociais desenvolvidas nas atividades do dia a dia, preparando crianças e adolescentes para o acesso às oportunidades de vida e a escolhas. Os dados das falas relacionadas a esta questão foram classificados em três variáveis: *educação como processo de socialização através da habilitação para a vida, conflitos, e institucionalização*.

No computo geral dos valores, a categoria *valores pedagógicos* aparece com 28%, como apresenta o Gráfico 1. Apesar de ser o menor percentual entre os três níveis estudados, sua importância encontra-se na função de socializar que eles têm e porque é em torno deles que as atividades acontecem. Eles representam a preocupação dos mentores e dos colaboradores em relação aos referenciais que definem idéias, princípios e abordagens sobre educação, treinamento, vocação da criança, lazer, disciplina, etc. Pelo que foi observado e pela análise do pouco material disponível nos arquivos da OAF é um sistema de ensino–aprendizagem que se distingue daqueles que são meras reproduções mecânicas de uma pedagogia cristalizada na padronização e no convencional. O conjunto de respostas mais significativo referente aos *valores pedagógicos* é muito explicativo e refere-se ao indicador *institucionalização*, com 57% de participação, como demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4

Valores Pedagógicos



Fonte: Pesquisa de Campo

A *institucionalização* representa os meios através dos quais a organização filantrópica implementa o conjunto de suas atividades e os meios, formais ou informais,

aos quais recorre para que cada etapa de cada atividade se realize. Isto é, a *institucionalização* significa inserir condutas, normas e procedimentos de forma mais permanente, integrando o conjuntural e o sistêmico para produzir e reproduzir situações sociais mutuamente estáveis. Isto inclui conceber, planejar e realizar a ação filantrópica, coordenando os recursos simbólicos e os recursos materiais de forma a atingir os resultados almejados. Inclui, também, e em considerável escala, a capacidade renovadora, criativa e de lidar com contingências, que não são poucas no Brasil em relação a tudo que diz respeito a políticas sociais de bem-estar. Portanto, isto envolve as estratégias de sobrevivência da própria organização OAF.

Como os recursos para financiamentos estão cada vez mais escassos, a partir da agudização das questões sociais em várias localidades de todo o mundo, como no caso dos países da África ou dos países do Leste Europeu, o auto-sustento e as parcerias são alternativas vitais para garantir a autonomia de gestão das organizações não-governamentais e a sua própria manutenção no tempo, como já detalhado.

Os mentores e os colaboradores da OAF apostam no dinamismo e na inovação por meio do aperfeiçoamento da política de auto-sustento desenvolvida, porque permite melhores estratégias para lidar com a imprevisibilidade dos recursos nacionais e internacionais. Há, também, maior liberdade em torno da prestação de contas exigida pelos órgãos financiadores, em especial os internacionais. A autonomia de gestão é apoiada em princípios que aparecem com facilidade nas falas daqueles que convivem com os desafios do gerenciamento comum às organizações não-governamentais, que são: iniciativa, articulação, envolvimento, seriedade e transparência nas atividades. Por outro lado, a autonomia de gestão não significa um afastamento das políticas públicas, mas, pelo contrário, representa uma articulação integrada com estas políticas, seja com o Estado seja com entidades privadas.

O programa educativo da OAF é orientado por uma perspectiva socio-interacionista fundamentada na teoria psicogenética de Jean Piaget, na psicologia integradora de Wallen

e na teoria de Vigostky ⁴. Concebe o aluno como um sujeito responsável por sua própria ação, integrado a um contínuo processo de construção de personalidade, levando-se em consideração as dimensões do ser, saber e fazer. Permite integrar a educação a uma formação alicerçada em valores éticos e políticos, voltados para a cidadania moderna, visando a competência técnica a partir do desenvolvimento de habilidades e vocações. A base do projeto pedagógico une: conhecimento, artes, tecnologia e filosofia. Nesta linha pedagógica, o conhecimento de uma abordagem interacionista respeita as diversas linguagens que o aluno se apropria durante a aprendizagem. São estabelecidos modos de organização e regulação do impulso criador presente nas artes e na tecnologia. Quanto ao uso de novas tecnologias, busca-se orientação na abordagem de Pierre Lévy e na abordagem filosófica de Lippman.

Ao educar, a OAF, também, produz visando ser independente de doações. Autonomiza-se e forma oficinas geradoras de recursos, tornando-se um centro produtivo que integra educação e trabalho, além de integrar o social, o espiritual e o econômico. A *institucionalização* do ponto de vista da OAF, representa um trabalho social de qualidade, que lhe dá reconhecimento pela sociedade e que permite a sua persistência no tempo, fato pouco comum às organizações não-governamentais, que se caracterizam mais pela efemeridade.

Finalmente, pode-se dizer que a *institucionalização* da ação filantrópica moderna difere, significativamente, do trabalho assistencial mais tradicional. A integração no modelo tradicional caracterizava-se pela sujeição da organização às contingências e imprevisibilidades de recursos, de ajudas, de atividades, de tarefas e de pessoal de apoio. As doações, como ato unilateral do doador, tinham mais um caráter de esmola e o sentimento de caridade determinava o ritmo dos compromissos e dos serviços prestados. O trabalho voluntário dos agentes não era um compromisso, mas, sim, um voluntarismo, dando à atividade filantrópica um caráter paliativo, com muitos improvisos, sem que a relação entre dar-receber-retribuir caracterizasse laços de mais longa duração. Na filantropia moderna é diferente. As falas a seguir ilustram os *valores pedagógicos* que orientam hoje as ações da OAF:

⁴ O objetivo deste trabalho não prevê uma análise aprofundada das referências teóricas que fundamentam as atividades da OAF. Nesse sentido são apenas citadas as referências em questão.

“O importante na OAF é reunir e fazer a organização funcionar, através de pessoas que tem um objetivo comum que é o crescimento dos indivíduos até então com poucas oportunidades, aliado ao respeito às habilidades de cada pessoa. Além da liberdade de criar, de desenvolver a sua função na instituição. O programa de estágio acontece por roteiros e depois é observada a habilidade que o estagiário desenvolve melhor”. (Entrevista n.º.4)

“As mudanças na OAF foram muitas, a começar pela ampliação do espaço físico, foi assim com a ampliação e estruturação dos serviços, como o Residencial, o centro de formação, as oficinas e o prédio Carlo Novarese. Aumentou, também, o número de crianças e jovens beneficiados pelos programas. Houve maior projeção social em termos de reconhecimento e especialização dos profissionais em relação aos programas. Existe uma caminhada lenta, saindo do assistencialismo, uma saída consciente. A ampliação de serviços gerou: crescimento das oficinas produtivas, criação do Centro de Jovens Instrutores, criação de um coral, criação de uma filarmônica, havendo um reconhecimento social do trabalho da instituição”. (Entrevista n.º.8)

Outro grupo de respostas que formam uma variável significativa é o de *educação como processo de socialização através da habilitação para a vida*, com 32%. Ela demonstra a preocupação da ação da OAF em entender e viabilizar uma educação que prepare o indivíduo para a vida social de forma integral: física, intelectual e moralmente, tornando-o parte de um mundo regido por normas e regras cívicas, ou seja, fora da transgressão que caracteriza desajuste, criminalidade ou marginalização, que são uma das formas da exclusão. Esta abordagem de educação está, é claro, bem distante das abordagens disciplinadoras que afastava crianças e jovens em situação de risco do convívio da sociedade, tratando-os com discriminação.

A educação para a criança assistida, hoje, procura capacitá-la, aproximando-a o mais possível das condições das demais crianças, por exemplo, as que freqüentam as escolas públicas brasileiras, a fim de reduzir discriminações e injustiças. O indivíduo preparado como pessoa, individualmente e em grupo, beneficia-se da emergência das aptidões e atributos específicos a cada um, reforçando o desenvolvimento de sua identidade e de um sentimento de pertencimento ao mundo social que o cerca, à sociedade baiana. Capacidade de raciocínio, memória, conhecimento e criatividade, além de desenvolver a potencialidade de crianças e jovens permitem que participem de uma infância e juventude ligadas aos valores do seu tempo e que, no lúdico destes indivíduos,

são revelados nos gestos, brincadeiras, gírias e estéticas comuns às crianças e jovens de sua época e que a cultura de massa se encarrega de disseminar.

O último conjunto de respostas compõe a variável *conflitos*, que apresentou uma participação de 11%. O fato de ter o menor percentual do eixo relativo aos *valores pedagógicos* remete à idéia de que na OAF visa-se superar situações de tensão causadas pelas dificuldades e pela situação original de exclusão dos assistidos. *Conflitos* está relacionado às dificuldades internas que surgem, como em qualquer grupo e nível de relação social - conflitos relativos a questões disciplinares e relacionamentos entre crianças e jovens. Nas questões disciplinares há os atritos entre jovens e responsáveis (professor, profissional dos estágios e oficinas, etc.) e também das crianças e jovens com os funcionários de apoio. No geral, pela baixa incidência que a questão de *conflitos* apresenta, espontaneamente ou por indução nas entrevistas, pode-se dizer que o nível de conflitos e atritos internos condiz com outras organizações que lidam com educação e sociabilidade (escolas, centros de treinamento, etc.). Outro nível de manifestação dos *conflitos* é entre os mentores, colaboradores e funcionários. Nos escalões mais altos dos que trabalham na OAF, a liderança do seu presidente é muito grande, marcando claramente orientações de trabalho e diretrizes. Juntamente com a autonomia acordada por todos nos outros níveis de gestão (coordenadores e responsáveis), isto permite uma combinação de liderança, poder, iniciativa, responsabilidade, compromisso e profissionalismo, o que atenua conflitos mais radicais. Com os funcionários, em geral, há a predominância de uma relação trabalhista (um emprego formal) com o compromisso de natureza daquele trabalho na OAF. Logo, profissionalismo e compromisso também, atenuam conflitos mais radicais neste nível dos trabalhos.

Valores pedagógicos como práxis permitem a viabilização de idéias consideradas prioritárias para enfatizar a solidariedade e a confiança na ação filantrópica moderna. Valoriza-se a condição humana da infância, as motivações e os desejos dos assistidos como em qualquer situação para um ser humano. A gestão autônoma garante a implementação desta pedagogia oferecendo melhores oportunidades a crianças e jovens em situação de risco, longe de uma assistência social como favor ou como subserviência, seja ela oriunda do Estado ou da sociedade civil. Com uma estrutura organizacional dinâmica e quase

empresarial em alguns aspectos (na produção), a ação filantrópica moderna é capaz de concentrar esforços voltados para o indivíduo e para o desenvolvimento do acúmulo de capital social da comunidade, colocando-se em uma posição de confronto à pobreza e exclusão social.

CAPÍTULO VI

CONFERINDO A AÇÃO FILANTRÓPICA: CRIANÇAS E JOVENS ASSISTIDOS PELA OAF

A infância passou um longo período histórico praticamente esquecida na sociedade. Até o século XII a representação social da infância era inexistente. As referências a esta idade não tinham nenhuma especificidade nas relações sociais, nem mesmo em relação à família. A infância não merecia um tratamento especial, apesar do que significa para o desenvolvimento do futuro adulto. No século XVI, apenas, a infância burguesa teve algum destaque; mesmo assim, somente no âmbito das relações familiares (Ariés, 1982).

Foi quando o trabalho deixou o âmbito domiciliar e que as unidades familiares se dispersaram que a infância se destacou como uma fase da vida distinta das demais. Com as transformações sociais e econômicas da sociedade urbano-industrial, as crianças receberam um *status* legal específico. Mas, em sociedades de classe com desigualdades sociais, o novo *status* jurídico, como no caso brasileiro, caracteriza os menores de idade de forma discriminatória; o que deveria ser uma conquista, para alguns agrega um sentido estigmatizante. E em vez de ser um instrumento de proteção social à infância, assume um significado inferiorizante, referindo-se quase sempre às crianças abandonadas ou infratoras. É apenas em dias mais atuais, a partir da transformação dos valores de política e de individualidade, que se consolidam alterações na estrutura moral e social da questão da infância, trazendo novos elementos, dando início a um processo de reconhecimento de uma especificidade ligada a direitos e dignidade, imprescindíveis do ponto de vista do sujeito social contemporâneo e do sentido da democracia como, entre outros aspectos, justiça social (Freitas, et alli, 1997; Heller, 1998).

Ao longo da trajetória histórica do reconhecimento e da institucionalização da infância e da juventude, a assistência prestada àqueles em situação de risco assume formas de práticas educativas, no sentido da disciplinarização e da higienização, caracterizando um amparo baseado na reclusão. Os menores eram afastados da sociedade, menos para

protegê-los do que para protegê-la deles. Em décadas mais recentes, a infância se torna um problema de políticas públicas centralizadas no Estado. Em um país periférico como o Brasil, inicialmente, as políticas de assistência à infância e juventude seguiram os modelos europeus, tratando a questão como de saúde pública, seguida, depois, por programas que se pautaram na idéia de marginalidade social. Retomando algumas considerações do Capítulo intitulado “Infância e Juventude: a Vida Pré-Adulta e a Ordem Social”, lembra-se a Política de Bem-Estar do Menor, na qual a infância e a juventude despossuídas não eram preparadas para enfrentar os desafios da vida, como o é qualquer criança ou adolescente com acesso à educação, saúde e família. Eram representadas como indivíduos incapazes de agir e decidir sobre o seu futuro, quanto mais refletir sobre os seus atos e sobre a realidade da qual eram parte integrante (Santos, 1996).

Com o modelo da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) houve a demarcação de novos formatos de políticas para crianças e adolescentes, com um caráter compensatório em relação às carências diversas, mas com muito controle sobre aqueles que perturbavam a ordem social. Por meio de práticas assistencialistas, buscava-se impedir o abandono de menores, mas, também, reprimir o infrator para conter a delinquência infanto-juvenil. Ou seja, havia mais ênfase nas políticas de controle e punição do que nas causas do problema. O Estatuto da Criança e do Adolescente veio para mudar a situação. Foi implementado visando reverter formas tradicionais e ineficientes de tratamento dispensadas à infância e juventude, em especial àquelas em situação de alto risco. Inspirado nos princípios dos direitos humanos, o ECA, busca garantir o desenvolvimento saudável (equilibrado) a qualquer criança ou adolescente, enfatizando o respeito à vida, à saúde, à convivência familiar, à educação, à cultura, ao lazer, à profissionalização e, também, à liberdade, à dignidade. O ECA incorpora princípios democráticos modernos que visam a consolidação da condição de cidadania para todas as crianças e jovens, até mesmo aqueles que se encontram em situação irregular. Não caracterizando o problema da infância nem como favor nem como repressão, como predominou anteriormente, mas como um apoio consagrado em direitos humanos e sociais. Portanto, o ECA enfrenta o problema pelas possibilidades de inclusão social (Santos, 1996). O cuidado com a infância e juventude, nos dias de hoje, é um desafio que requer a união de muitos esforços, envolvendo organizações civis, o Estado, parcerias com governos e agências internacionais

– soluções que descentralizam o poder, as decisões e os recursos e, por outro lado, mobilizam e incrementam a participação.

Este capítulo procura analisar a infância e a juventude assistidas pela OAF a partir da visão dos próprios assistidos. Procurará mostrar como os jovens e os ex-assistidos se percebem socialmente em relação ao tipo de assistência que recebem, assim como percebem as transformações das estratégias da organização ao longo dos anos. Assumindo o desafio de cuidar da infância e juventude em situação de risco a partir de valores universais contemporâneos, com práticas adequadas às orientações definidas pelo ECA, o atendimento que a organização desenvolve é moderno e criativo. Ela presta assistência integral por meio de uma gama de atividades que visam o desenvolvimento físico, psicossocial e espiritual das crianças e dos jovens. Como já detalhado, as atividades integram iniciação artística, nutrição, escolarização, formação profissional e religião, articulando os princípios de educação e trabalho, visando uma formação que capacite o indivíduo a uma vida plena.

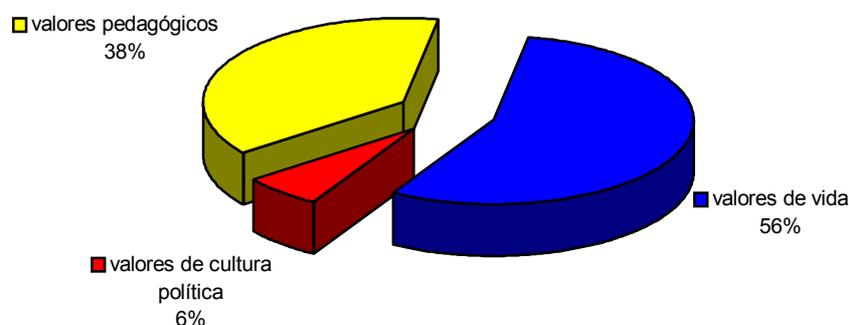
Para investigar o impacto desta formação integral sobre a capacidade reflexiva dos jovens, foram analisados os depoimentos dos próprios assistidos. Procurou-se sistematizar a visão que eles têm sobre a experiência da ação filantrópica, da qual são o objeto. Analisou-se a sua visão no mesmo campo analítico dos valores, isto é, a partir de valores que interpretam a sua percepção e avaliação da OAF. Os mesmos valores expressos pelos mentores e colaboradores são observados, agora, pelo recebedor da ação que envolve solidariedade e compromisso social. Seguindo os mesmos três eixos de valores analisados no capítulo anterior, ressaltou-se a importância dos *valores de vida e da cultura política* na constituição da mentalidade dos assistidos, transmitidos pelos *valores pedagógicos*. Enfim, os valores que fundamentam a própria ação filantrópica da OAF.

A visão dos assistidos é um aspecto muito significativo para o estudo do presente tema uma vez que representa os resultados que a OAF vem alcançando. Adaptando-se aos novos tempos, desde a sua fundação há 43 anos, os resultados que emergem agora refletem o esforço de uma política de inclusão social a partir de oportunidades de vida tornadas viáveis para as crianças e adolescentes que convivem de forma mais próxima a uma vida

com apoio integral. Como já informado, foram analisados os depoimentos das entrevistas de doze adolescentes, alguns já adultos, como detalhado no Capítulo IV - “A Pesquisa e seu Caráter Sociológico”. Inicialmente, o Gráfico 5 mostra os valores totais levantados a partir da visão dos assistidos em relação aos três níveis de valores específicos. Os resultados se referem a um total de 331 incidências de enunciados presentes nos depoimentos, que foram classificados em relação a *valores de vida*, *valores de cultura política* e *valores pedagógicos*.

Gráfico 5

Percepção dos valores para jovens assistidos e ex-assistidos



Fonte: Pesquisa de Campo

Os *valores de vida*, com 56% de participação formam a categoria de análise mais significativa na visão dos assistidos em relação à educação recebida. Representam a forte influência dos valores que moldam a personalidade, a consciência social e a integração à orientação moral com as normas e regras de vida inseridas em um cotidiano pertinente a

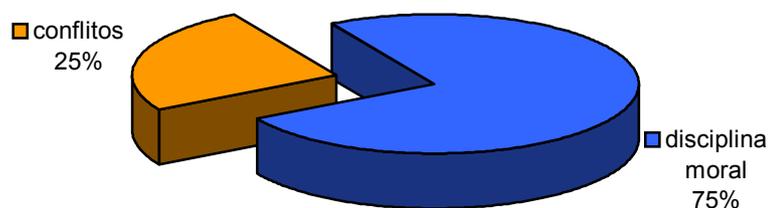
toda infância. Os *valores pedagógicos*, com 38%, mostram que os assistidos internalizam, pela educação que recebem, os meios de sociabilidade necessários. Por último, a categoria que se refere aos *valores de cultura política*, aparece com apenas 6%. Em razão de se tratar de jovens ou mesmo de ex-assistidos, parece que este nível de elaboração sobre o mundo social surge com menos destaque, por se referir a valores que ainda estão em formação.

Valores de vida na visão dos assistidos e ex-assistidos

Assim como *valores de vida* para os mentores da organização indicam as dimensões ético-morais que pautam as relações sociais pelas normas de vida e suas representações para o indivíduo, também a educação e a socialização recebidas na infância caracterizam as normas e os valores transmitidos, oferecendo um sentido de inserção social. A partir dos depoimentos registrados sobre esta questão foram organizadas duas variáveis: *disciplina moral* e *conflitos*. Na visão dos assistidos e ex-assistidos eles expressam os *valores de vida* com os quais lidam cotidianamente e, para os já adultos, a própria sobrevivência. O grupo de informações que compõe a variável *disciplina moral* tem 75% de participação do total de *valores de vida*, porque congrega todos os elementos das condições de sociabilidade dos jovens, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6

Percepção dos valores de vida



Fonte: Pesquisa de Campo

A *disciplina moral* na visão dos assistidos refere-se à adequação e convivência com as normas e regras que pautam as relações sociais e que permitem a convivência em grupo, possibilitando a formação de laços de pertencimento, de identidades e de aproximação entre os indivíduos. Um dos objetivos da OAF é recuperar vínculos que se aproximem de um sentido familiar de reciprocidade para crianças e jovens em situação de risco, desvinculados de qualquer contato com suas famílias de origem. Tanto através das casais como pelo ambiente de tipo familiar e do atendimento integral no espaço físico da OAF, este esforço é um objetivo em si. Favorecido pelo desenvolvimento de um estilo de vida simples, mas repleto, garante a convivência em grupo por laços de afinidade construídos na OAF, recompondo, parcialmente, a figura do pai e/ou da mãe (social), oferecendo os primeiros meios de educação e socialização voltados para um crescimento saudável (equilibrado) e digno, como demonstra a fala a seguir:

“Os novos apartamentos marcaram muito, porque juntou mais as pessoas. Antes as famílias ficavam divididas, moravam em lugares diferentes. Agora, ficou, também, muito espaçoso e organizado”. (Entrevista nº3)

A convivência proporcionada pelas atividades programadas produz e reproduz sentimentos de pertencimento que orientam o ser e o estar dos jovens assistidos, desenvolvendo um mínimo de estabilidade afetiva e de auto-estima. Este senso de pertencimento e de dimensão moral do convívio é organizado a partir de parâmetros de autoridade, regras de respeito mútuo que favorecem a formação da personalidade própria de cada um, levando em conta a sua diversidade, como mostra o trecho a seguir:

“A convivência entre nós era muito fraternal, muito inocente... E eu sempre fui muito valorizado pela organização, apesar de ser rebelde e não me adequar às regras, mas mesmo assim era respeitado e não excluído das atividades. O referencial da minha vida é a OAF, tia Dalva e Padre Piazza”. (Entrevista nº10)

A OAF procura reforçar cotidianamente os laços sociais que unem jovens ao seu meio promovendo a participação em eventos sociais importantes, que modificam a rotina diária das atividades da organização e a projetam para fora, conectando-a com a sociedade. A organização promove festas natalinas, por exemplo, com dedicação e rituais típicos regionais. Também o Dia dos Pais é comemorado, sendo a imagem paterna simbolizada

por Padre Piazza (A Tarde, 12/12/88 e 12/08/91), proporcionando o reequilíbrio emocional das crianças e jovens em termos do respaldo afetivo que a representação de pai e mãe tem para cada um. A disciplina moral passada pela educação forma jovens que vão transitar em múltiplos espaços, estabelecendo padrões de comportamentos que os integram aos sistemas sociais complexos e diversificados. Para os assistidos, a disciplina moral envolve os valores que representam proteção, ajuda, segurança e confiança, participando de um bem-estar coletivo. São atendidas as necessidades materiais (alimentação, educação e abrigo) e as necessidades não-materiais, porém essenciais à existência humana como atenção, apoio, união, individualidade e liberdade, o que a assistência social do Estado para crianças e jovens não provê.

Além disto, a aprendizagem alia a escolarização ao desenvolvimento criativo e crítico dos indivíduos, dentro de uma proposta pedagógica sócio-interacionista, que enfatiza o processo contínuo de construção pessoal do ser e do saber, promovendo condutas que levam em conta o outro, buscando minimizar posturas egoístas típicas do individualismo moderno.

A dimensão moral é reforçada por linguagens diferentes que integram o aprendizado múltiplo de arte, ciência e tecnologia que propiciam uma compreensão do real e múltiplas percepções de mundo. Exemplos pertinentes a estes aspectos manifestam-se pela promoção de exposições de trabalhos dos alunos da OAF, com peças das oficinas de artes plásticas, marcenaria e artesanato. A criatividade dos jovens assistidos foi promovida, por exemplo, por um desfile que mostrou a transformação do lixo em requinte, fazendo moda, um trabalho de reciclagem desenvolvido nas oficinas criativas, que faz parte do currículo escolar. O lúdico é estimulado por atividades teatrais, unindo arte e educação, com a finalidade de ensinar crianças e jovens a discutirem temas atuais. O teatro encenado pelos alunos, com a peça “Se essa escola fosse minha”, foi desenvolvido para despertar a atenção para a necessidade de preservação e cuidado com os equipamentos públicos, como as escolas (A Tarde, 06/12/97; Correio da Bahia, 17/09/00 e 07/12/00).

A reflexão dos jovens em relação ao ambiente e à sua integração ao mundo de sua época é facilitada, também, pela promoção de passeios, visitas a museus, presença em

eventos culturais como espetáculos de ballet, sinfônicas e cinemas. Há as viagens-prêmios proporcionadas para a Itália àqueles que têm bom comportamento e boas notas, a fim de conhecer realidades diferentes. Para a Bélgica foram proporcionadas viagens para os integrantes das apresentações de capoeira. Há, também, o constante contato com visitantes, em especial estrangeiros, alguns deles famosos e ilustres. A Rainha Dinamarquesa Margrethe II, em visita à cidade de Salvador, esteve na OAF e em outras organizações não-governamentais bem sucedidas (A Tarde, 10/05/99). São experiências diversas que favorecem a aproximação com culturas e hábitos diferentes, permitindo uma ampliação, mesmo que limitada, de saberes e opiniões. Depoimentos ilustram estes fatos:

“Viajei para Itália em janeiro de 2000, passei um mês lá de férias. Visitei muitas indústrias de montagem de carros, como a da FIAT que fica em Turim. Fui escolhido para viajar por ter boas notas e bom comportamento, é uma premiação. O grupo de italianos que nos recebeu são profissionais liberais, amigos de Piazza. Na casa que eu fiquei fui muito bem tratado, parecia fazer parte da família. E ainda mantenho contato com esta família que me recebeu”. (Entrevista nº5)

Esta abertura para o mundo, que reduz o sentimento de exclusão e os malefícios que ela causa por falta de acesso a inúmeras coisas do mundo moderno, é incentivado também pela UNICA - Universidade da Criança e do Adolescente. Ela possibilita aos jovens atendidos pela OAF desenvolver uma relação de aprendizagem interativa com a ciência e a tecnologia, proporcionando reflexão em torno dos fenômenos científicos, raciocínio lógico assim como a interação constante da ciência com os fatos vividos no cotidiano. As falas dos assistidos exemplificam como os *valores de vida* vêm impactando na sua formação:

“Na época de D. Dalva a instituição tinha um caráter assistencialista, dava-se assistência básica, como alimentação, dava-se assistência no sentido de uma formação religiosa, era uma educação que oferecia muitos limites, moralmente falando... A OAF hoje é dividida em várias atividades e o menino tem várias opções, há o caráter de assistir, mas é impossível sair daqui sem uma formação... Na minha vida a OAF deu regra e compasso”. (Entrevista nº 8)

Ou ainda,

“Os passeios, as viagens, a convivência em grupo, conhecer realidades diferentes, foram oportunidades que marcaram muito. Eram momentos muito felizes. Hoje, o assistido que chega a OAF vai encontrar um espaço de várias oportunidades, onde se investe na formação de um indivíduo. Um lugar onde se trabalha, também, o espírito e onde se encontra um espaço de assistência e apoio. Existem cobranças, mas não no sentido negativo. Poucos têm a oportunidade de estar aqui”. (Entrevista nº 12)

Estes depoimentos mostram indivíduos habilitados a tomar decisões sobre suas vidas e sobre relações recíprocas de reconhecimento, inter-relacionando obrigações, oportunidades e direitos. Percebe-se o estabelecimento de um sentimento de reciprocidade a partir dos efeitos da ação filantrópica. Na rede social estabelecida vão sendo oferecidos meios que possibilitem a correção dos vícios e imperfeições inerentes à natureza humana (Heller, 1998).

O outro conjunto de respostas forma o indicador *conflitos*, com 25% de participação e se refere aos conflitos que emergem entre jovens e destes com o grupo, inclusive em relação à autoridade dos responsáveis e professores. Em todos os níveis de relações sociais há a emergência de conflitos, até mesmo no âmbito familiar e a OAF não ilude com situações ideais. Os depoimentos dos jovens sempre fazem referências aos problemas enfrentados por eles em relação aos funcionários e aos demais jovens, as dificuldades que sentem em resolvê-los, e as soluções pelas quais são responsáveis. Mas, de qualquer forma, por eles não serem tratados como vítimas ou ‘coitadinhos’, que necessitam de favores ou de uma condescendência especial, eles são pressionados a encontrar soluções para os conflitos e assumir responsabilidades em relação a eles. O depoimento a seguir mostra um conflito vivenciado no cotidiano da OAF:

“Há algumas críticas aos que trabalham aqui. No abrigo, por exemplo, trabalham pessoas que poderiam ser mais bem preparadas para esta função. Talvez porque vieram de um outro país com outra cultura, além de não saberem falar direito português e interpretam mal as coisas, acabam acontecendo mal entendidos”. (Entrevista nº2)

Há, ainda, um outro nível de reflexão sobre os *conflitos*, que é a oposição entre a formação recebida, que visa ampliar as oportunidades de vida, e a realidade social adversa de se pertencer a uma classe social inferior. A fala a seguir ilustra o fato:

“A vida fora da instituição dá medo, porque são tantas coisas ruins: desemprego, pobreza, violência, drogas, etc.” (Entrevista nº5).

Por fim, pode-se dizer que, mesmo de forma bem simples e crítica, os jovens assistidos expressam como a ação filantrópica contribui para a sua inserção social, proporcionando uma formação moral-social que os capacita a uma convivência mais integrada a um mundo complexo.

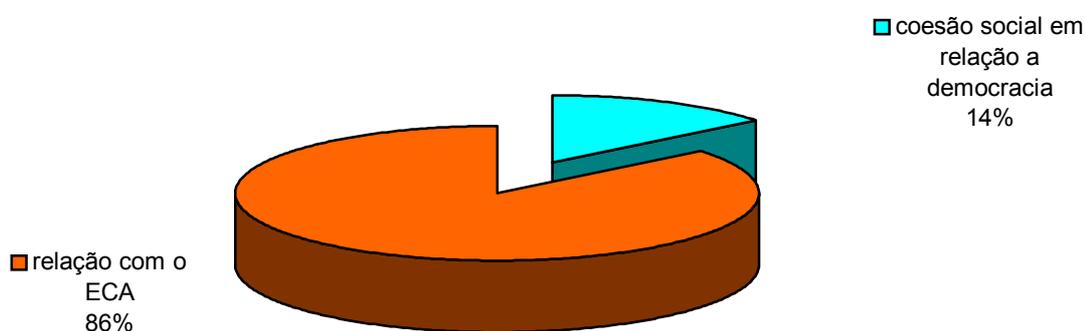
Valores de Cultura Política: aprendendo a cidadania

O segundo nível da análise se refere aos valores de *cultura política* que são percebidos pelos jovens assistidos e ex-assistidos. Eles representam referências para orientar condutas político-sociais na formação do adulto e do cidadão pleno. Investigou-se a questão seguindo a mesma estrutura analítica do capítulo anterior, que observa estas referências em relação aos mentores e colaboradores da OAF. Enfocando principalmente valores, diretrizes e princípios voltados para o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos, em direção à consolidação da condição de cidadania. Referem-se àqueles valores destinados a qualquer indivíduo, independente da classe social ou do grupo de origem; remetem à dimensão mais universal de liberdade, igualdade e direitos humanos. Foram agrupados sob duas variáveis: *coesão social em relação à democracia* e *relação com o ECA* (Estatuto da Criança e do Adolescente). A primeira tem uma participação de 14% nas evocações dos jovens. Esta baixa participação deve-se ao fato, ao meu ver, de que eles são valores ainda pouco percebidos pelos jovens, proporcionalmente à sua importância, já que remetem à identidade cidadã e formam a visão cívica sobre como lidar com a desigualdade e a justiça social. Em contraposição, a variável *relação com o ECA* tem uma incidência de 86% nas falas dos depoentes, revelando o impacto de um importante instrumento de

valorização das crianças e jovens por meio dos direitos que são acionados pela própria ação filantrópica. O detalhamento dos dados pode ser observado no Gráfico 7.

Gráfico 7

Percepção dos valores de cultura política



Fonte: Pesquisa de Campo

A ação da OAF incentiva condutas pautadas em relações solidárias, de respeito mútuo. Oferece uma formação que capacita para uma consciência crítica e posições políticas que possam lidar com as causas das privações e injustiças sociais. Ao mesmo tempo, a consciência crítica é incentivada para ser canalizada em direção à capacidade de escolha, autonomia e pluralização de perspectivas de vida, portanto, ela não é formulada como um elemento de revolta ou de mera indignação. No geral, a análise dos depoimentos dos jovens assistidos demonstra que a preocupação com os *valores de cultura política* depende da vivência e da maturidade do indivíduo, mesmo para aqueles que viveram o período de transição da OAF.

Todo o processo educativo que a OAF propicia está alicerçado em valores de cultura cívica, que permeia todas as atividades amparando as ações coletivas, comunitárias e sociais. Na assistência prestada em regime semi-aberto, reforça-se a integração com a comunidade local – o bairro - facilitando a relação entre o mundo de dentro e o mundo de fora.

A coesão social em relação à democracia é também promovida por parcerias com organismos governamentais e privados, nacionais e internacionais, mostrando que política para o bem público é um valor que extrapola a comunidade local e influencia a mentalidade das pessoas, tanto os assistidos como os funcionários. Os jovens percebem que é importante integrar-se continuamente com outras organizações, o que produz um sentimento de confiança sobre a capacidade de consolidação da OAF, como agência participativa e participante de uma rede ampla e dinâmica de trocas voltadas para o gerenciamento de recursos para as políticas sociais e que beneficiam diretamente a eles, os jovens.

A variável sobre a *relação com o ECA*, é muito mencionada nas entrevistas, com 84% de participação. O Estatuto da Criança e do Adolescente, como já foi dito, representa um marco na evolução do aparato legal brasileiro destinado à infância e juventude, porque busca garantir a proteção de crianças e jovens de forma total, regulando sobre necessidades materiais e não-materiais. É um produto dos esforços da sociedade civil para a infância e contra a pobreza e a exclusão. Ele impõe uma atitude e valores contra a discriminação das crianças em situação de risco e a OAF é a experiência, a ação prática do ECA ao nível da atuação de uma filantropia moderna. A alta incidência de referência ao ECA nos depoimentos dos entrevistados representa a força que o conjunto dos direitos e da valorização da infância têm para os jovens, estimulando neles um nível de confiança bilateral: de que o sistema tem como funcionar ao seu favor por um lado, e de que eles podem desenvolver uma expectativa de integração social conforme reza o Estatuto, pelo outro. Ademais, a confiança para os jovens se estrutura também nos diferentes níveis de envolvimento com os outros (na OAF) e com as relações que eles mesmos devem/deverão tecer ao longo de sua vida fora da organização filantrópica. Assim, a extensa referência ao ECA nas entrevistas mapeia a consciência valorativa e a consciência prática sobre como os jovens se percebem enquanto sujeitos sociais e de como eles percebem o modo como a

própria sociedade os vê. O ECA possibilita a definição de uma personalidade social para a criança e o jovem que ajuda a estruturá-lo como indivíduo de forma permanente.

Pode-se dizer, que a ação da OAF, conjuntamente com o ECA, tem contribuído de maneira significativa na busca de alternativas em relação a como lidar com a pobreza, propiciando reflexões em torno da conciliação de interesses individuais (liberdade e desejos) e interesses socialmente integrados, referentes ao bem público (indivíduo cidadão – desenvolvimento social), promovendo transformações voltadas para a cidadania e a democracia. Os assistidos, na medida que vão alcançando maturidade, conseguem identificar a imagem que interiorizaram sobre a cidadania e a consciência de deveres nas relações sócio-políticas.

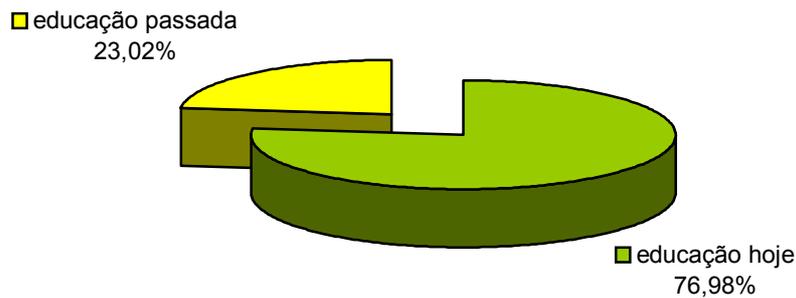
Valores pedagógicos: o acesso às oportunidades de vida

O terceiro eixo da análise se refere aos *valores pedagógicos* presentes nos enunciados dos depoimentos dos jovens assistidos e ex-assistidos da OAF e informam sobre as percepções deles em relação ao fruto das atividades educacionais, profissionais e lúdicas das quais participam. São, portanto, um enfoque diferente daqueles *valores pedagógicos* presentes nos depoimentos dos mentores da OAF, os quais se reportavam aos princípios e às práticas educativas implementadas na organização. Para os jovens, eles são elementos simbólicos e materiais que facilitam a sua formação para o mundo e o acesso às oportunidades da vida moderna. Estes dados analisam como os jovens observam as práticas educacionais e o seu impacto na sua própria formação.

Nos depoimentos, o conjunto de informações sobre *valores pedagógicos* foi classificado em duas variáveis: *educação passada* e *educação hoje*. O conjunto de respostas mais significativo refere-se a *educação hoje*, com 76,98%, como mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8

Percepção de valores pedagógicos



Fonte: Pesquisa de Campo

Foi apresentado em inúmeras ocasiões, ao longo deste trabalho, princípios, idéias, atividades e elementos da gestão sobre educação como sociabilização e educação pelo trabalho. É sobre isto que as avaliações dos jovens se debruçam. Como as experiências vividas, a partir da OAF, sensibilizaram o indivíduo para a integração social e a participação em um universo de trocas e reciprocidade. Os dados dizem respeito, também, às diferenças entre princípios e linguagens de dois tempos diferenciados da filantropia, como já observado longamente. A variável *educação passada*, com 23,02% de participação, se refere a uma experiência mostrada no princípio disciplinar e controlador dos recursos pedagógicos. O seu referencial moral e filantrópico era a caridade e a relação entre o menor na marginalidade e a sua adequação, sem uma integração ao mundo social. As atividades mais antigas da OAF cuidavam mais do orfanato e da subsistência (alimento e abrigo) que da sociabilização e recuperação do indivíduo.

É na modernização dos recursos pedagógicos por meio das atividades já arroladas que a transformação dos valores se deu – *educação hoje* congrega a percepção dos jovens entrevistados sobre uma experiência comparativamente e substantivamente diferente. O jovem se depara com uma ação filantrópica centrada na valorização do sujeito, na autonomia e no desenvolvimento de expectativas em relação a sua inserção em oportunidades de vida. Por isso que os entrevistados percebem a *educação hoje* como sendo aquela que, conjugada com os princípios do ECA, significa, para aqueles em situação de pobreza e exclusão, senão uma solução total, pelo menos uma ruptura com o ciclo de reprodução da pobreza. É este o sentido dos 76,98% de referências apontadas para os *valores pedagógicos* da educação moderna da OAF.

A OAF desenvolve uma estrutura de atendimento que oferece educação formal e ensino profissionalizante, priorizando a diversidade de cursos e favorecendo as vocações de cada um. A OAF transforma a educação em verdadeiros laboratórios de incentivo ao desenvolvimento vocacional. A educação profissional, por exemplo, é ligada a atividades de produção que proporcionam o desenvolvimento de aptidões, inter-relacionando interesses pessoais e interesses do mercado local. A proposta pedagógica que orienta as atividades de desenvolvimento profissionalizante tem como referencial a Escola Produtiva da Politécnica⁵, que concebe a educação *para e pelo* trabalho, indo além das competências técnicas, oferecendo possibilidades de posturas críticas. No ensino profissionalizante há um conjunto de atividades pedagógicas e empresariais orientadas para transformar cursos profissionalizantes em unidades produtivas de negócios, buscando o auto-sustento dos alunos, identificando oportunidades de estabelecimentos autônomos para a geração de pequena renda.

O Centro de Manutenção Predial busca, também, contribuir com a educação profissional através da prestação de serviços de reforma e manutenção predial, ensinando habilidades que servem tanto para o mercado de trabalho privado como público: canteiro de obra, carpintaria, revestimento, pintura, instalações gerais. Por sua vez, a ÚNICA

⁵ Assim como no item que discute o campo de *valores pedagógicos* em relação aos mentores da ação da OAF, não é objetivo deste estudo explorar as referências teóricas que orientam o planejamento e execução das atividades desenvolvidas nesta escola.

contribui promovendo as aptidões científicas, a partir de uma relação interativa com a ciência – experiência e tecnologia.

Educação hoje representa um dado interessante porque incorpora como os assistidos da OAF percebem a importância da modernização que a organização promoveu, procurando evoluir em idéias e nas formas de implementá-las. A fala a seguir ilustra a questão:

“As mudanças positivas da OAF começaram com a contratação de profissionais qualificados, o que reverteu em resultados concretos na profissionalização... Teve, também, a ampliação da estrutura física, construção de novos prédios, o que será muito bom para a educação dos adolescentes que virão”. (Entrevista nº. 5)

O conjunto de respostas que informa a variável *educação passada*, com 23,02%, faz referências comparativas em relação ao passado. Os entrevistados mencionaram as dificuldades enfrentadas nas práticas anteriores, mais pautadas em motivações caritativas e assistencialistas, abrindo poucas oportunidades aos assistidos, apesar das boas intenções. Na época, o amor ao próximo e a generosidade, por exemplo, criaram situações de apoio aos assistidos que se pode chamar de transitórias. No entanto, os bons frutos de antes foram estruturando, pedagogicamente, atividades de escolarização e profissionalização variadas a partir da união da educação e do trabalho. Ademais, os bons frutos do passado se tornaram à base de uma iniciativa, individual e depois coletiva, de organizar a solidariedade em torno da criança e do adolescente, percebendo-os, agora, como os indivíduos do futuro.

EPÍLOGO

É difícil concluir em poucas folhas a análise de um estudo que foi investigado por aproximadamente dois anos. O objeto foi pesquisado e analisado procurando um diálogo através da trajetória da OAF, equilibrando a relação entre passado, presente e futuro. O passado da institucionalização da assistência social em relação às conseqüências da pobreza e da desigualdade, assim como a aplicação de sua ação em um âmbito local, ou mesmo no longo escopo de uma ação integrada por redes e parcerias, foi aliado ao entendimento das experiências vivenciadas, fazendo emergir dos projetos de ampliação e modernização da OAF, iluminados pelo passado e focados no presente, um novo entendimento.

Na construção deste estudo sobre a ação filantrópica moderna voltada para a infância e a juventude, os enfoques analíticos foram selecionados e reelaborados permitindo reconstruir realidades estruturadas em torno de novas inquietações. A finalização desta dissertação retoma a perspectiva da solidariedade, reciprocidade, cooperação e confiança a partir da influência que estes desempenham nas novas bases que organizam a filantropia moderna. A comparação entre a velha e a nova filantropia aproximou-as em todo o processo de investigação e análise, sendo o seu entendimento concluído *vis-à-vis* a abordagem teórica que foi priorizada para este estudo.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho procurou-se estabelecer uma discussão acerca de elementos conceituais que norteiam ações civis em prol do bem público, constituindo formas de proteção social alternativas, para crianças e adolescentes. Entre eles foi escolhida a filantropia devido à sua considerável persistência no tempo e às constantes alterações que vem sofrendo, enfrentando o prevaecimento de valores materiais pautados na lógica de mercado das sociedades modernas. Uma temática como esta é complexa do ponto de vista de uma elaboração intelectual, porque é ainda insuficientemente investigada nas Ciências

Sociais, gerando dificuldades de entendimento na relação que demanda entre diversos objetos teóricos e empíricos. Por isso, o estudo de formas civis de proteção e apoio social é um desafio para o entendimento do tecido social contemporâneo, contribuindo para reflexões em torno da ação individual e da participação à construção de parâmetros de julgamentos de normas e regras, pautados em valores renovados de justiça social, cidadania, igualdade em oportunidades de vida e liberdade, aliados a uma efetiva inserção social dos indivíduos.

Se, por um lado, algumas questões permanecem em aberto, pelo outro, pode-se ousar algumas conclusões em relação aos objetivos originalmente traçados. Estas conclusões não buscam somente delimitar a temática em questão a uma ação civil inserida no âmbito do Terceiro Setor, que atua em parceria com organismos públicos e privados em prol de interesses coletivos; eles apontam para algumas direções sobre a abordagem de questões sociais, ampliando o entendimento da esfera pública sobre ações que oferecem uma qualidade de vida simples, mas que realmente pode influenciar as perspectivas futuras de sobrevivência e afirmação social daqueles que são atingidos diretamente pelas crises sociais. Observando a pobreza, a exclusão e as inúmeras assimetrias nas oportunidades de vida que atingem crianças e jovens, estas conclusões sugerem ser possível combinar reflexão e análise, em profundidade, com intervenção nas questões sociais voltadas para políticas públicas.

Na modernidade, formam-se redes sociais que envolvem diferentes indivíduos, com distintas funções, visando promover formas de interação social, nas quais sejam desenvolvidos valores capazes de vincular pessoas por meio de relações recíprocas e solidárias. Estas redes são organizadas a partir de concepções e influências diferenciadas, mas são, freqüentemente, representadas por organizações não-governamentais que atuam em prol do bem comum, na valorização da individualidade e na busca pela integração social e convivência harmoniosa em sociedade (Scherer-Warren, 1993). A ação filantrópica moderna insere-se na teia das redes sociais, procurando atender, minimamente, demandas materiais e simbólicas de indivíduos que sofrem privações de todo tipo, lidando, portanto, concretamente, com as formas que a solidariedade e a confiança permitem modificar, para melhor, trocas e obrigações entre indivíduos, grupos e organizações, reforçando instituições e o capital social da comunidade.

A OAF é uma forma da ação filantrópica moderna que evoluiu através do tempo. Manteve os elementos positivos da tradição, a saber, o senso de familiaridade, apoio e afetividade que permitem um mínimo de segurança para as crianças e os jovens. A tradição é combinada com elementos modernos originários do novo sentido de pertencimento, da individualidade, da autonomia e dos direitos, que têm sido promovidos por meio do desenvolvimento do Terceiro Setor. As novas bases da ação filantrópica presentes na OAF vêm se desenvolvendo independente do Estado, mas, também, ao lado dele, paralelas a ele e, freqüentemente, contrapostas a ele. Estes três momentos são representados por: ação autônoma, novas modalidades orgânicas e decisórias, além de capacidade de pressão e negociação. Além de parcerias com as agências estatais e privadas, com organismos nacionais e internacionais, intercâmbios com a comunidade local. Tornam a relação filantrópica mais eficiente, transparente e com um maior grau de confiança, apresentando resultados significativos para crianças e jovens em situação de risco, em Salvador. Os resultados positivos foram caracterizados nos capítulos anteriores pelas inúmeras atividades voltadas para uma formação integral a futuros cidadãos. Socialização, educação e melhores expectativas de oportunidades de vida contribuem para a composição de ciclos virtuosos, nos quais os pequenos e grandes cidadãos do futuro desenvolvem identidades, sentimentos de pertencimento, que os ajudam a afastar as conseqüências sofridas pela pobreza e exclusão social.

A formação integral recebida na OAF está orientada por princípios voltados para a prática da justiça e da inserção efetiva do indivíduo no sistema democrático. Percebe-se a preocupação da OAF em planejar uma formação claramente apoiada em condutas morais e sociais que favorecem a integração e o desenvolvimento de relações sociais estáveis. Ela é constituída por valores de vida responsáveis pela estruturação da personalidade da criança e do jovem de modo a sociabilizá-los para condutas cotidianas exemplares que os habilitam para conviver com normas e regras integrativas, viabilizando o acesso às oportunidades de vida. Estes valores de vida favorecem a convivência em modelos familiares, e em sistemas de disciplina mínima para a educação, o trabalho, a vocação e o lazer. A transmissão desses valores por meio dos recursos que a filantropia propicia permite a evolução de relações sociais que fazem expandir a solidariedade no seu aspecto estrutural e interativo, atuando por meio de redes solidárias e organizações.

Do ponto de vista da cultura política estes valores facilitam a formação de uma consciência ativa sobre os direitos e os deveres individuais e de cidadania, abrindo possibilidades de escolhas, e decisões com mais autonomia, consolidando acessos igualitários às oportunidades de vida. Vale lembrar que as oportunidades de vida modernas não são formadas pelas camadas mais aparentes e custosas que tudo na vida tem, por exemplo, ter acesso à informática, aos conhecimentos científicos e técnicos básicos, à arte, entre outros, não requer que isto seja feito em escolas caras, com equipamentos caros ou recursos de última geração. Estes podem ser oferecidos dentro do contexto da educação e cultura de massa; conforme a vocação de cada jovem, pode abrir-se em caminhos diferenciados para uma formação mais avançada. Os jovens desenvolvem um senso de respeito e ajuda mútuas reproduzindo, futuramente, condutas no sentido político em relação às instituições. Então, num âmbito mais amplo de análise, a ação filantrópica moderna indica possibilidades de renovação da relação entre sociedade civil, comunidade política e Estado, na qual cada indivíduo tem uma importante função a ser desempenhada para garantir a coesão e o desenvolvimento social.

Sobre o aspecto organizacional, foi dito que a ação filantrópica moderna procura ampliar sua capacidade de intervenção, modernizando-se a partir de novas formas de gestão, que buscam desenvolver políticas de autonomia e auto-sustentabilidade, livre de relações de troca de favores e da imprevisibilidade gerada a partir de pressões conjunturais. Maior autonomia, profissionalização, planejamento, e atividades bem consolidadas garantem este aspecto da organização.

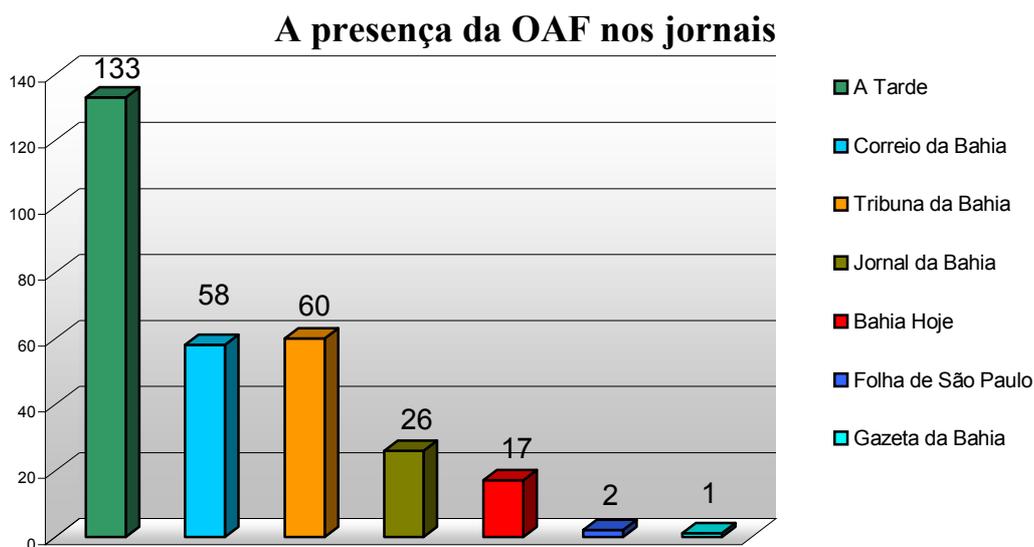
Com relação aos assistidos da ação filantrópica moderna, é possível pensar-se na reversão do tratamento dispensado à infância e juventude que predominou ao longo da história social, marcada por uma filosofia de disciplinarização e higienização. Hoje, a ação filantrópica oferece condições de reflexão e de um diálogo crítico, que transparecem na formação dos jovens. Os assistidos que participaram deste estudo demonstraram uma formação de personalidade que, de forma mais clara ou mais tímida, revela as mudanças ocorridas na OAF ao longo dos anos. No geral, pode-se dizer que eles foram capazes de externalizar um nível de conciliação entre interesses coletivos e individuais, em uma dinâmica de integração social mais equilibrada. Reconhecem o relevante papel da OAF, a vivência de uma formação que desenvolve uma educação formal aliada a uma educação

profissionalizante. Na visão dos assistidos, as estratégias da OAF são importantes para a continuação e a evolução da oferta de um atendimento digno prestado às crianças e aos adolescentes, afastando-os dos complexos processos de desfiliação social que a pobreza e a exclusão geram e aproximando-os de uma vivência cívica mais integral.

Consolidando a imagem

Pensou-se que, para concluir este trabalho, seria enriquecedor verificar como a OAF consolidou-se enquanto imagem pública e a legitimidade que alcançou junto à opinião pública. Durante a pesquisa levantaram-se dados em arquivos de jornais sobre a organização, que ajudaram em boa parte da reconstrução da sua trajetória. Estes dados da imprensa permitiram, também, produzir uma análise que avalia justamente a imagem e a legitimidade transmitidas por estes meio de comunicação de massa. O Gráfico 9 mostra como a organização alcançou reconhecimento na sociedade, pela frequência e extensão com que a imprensa lhe dá cobertura em seis jornais do Estado da Bahia e um do Estado de São Paulo no período de tempo de 1960 a 2000.

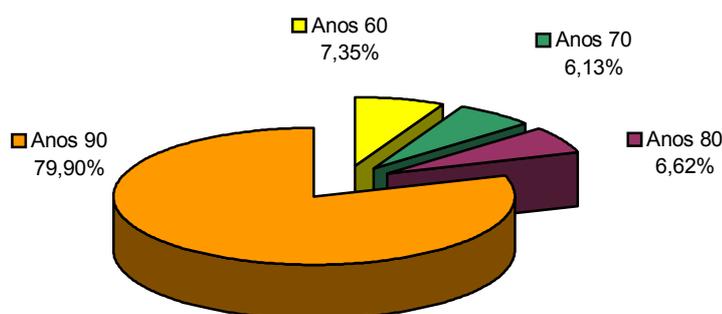
Gráfico 9



Já no Gráfico 10, pode-se perceber que a organização alcança significativo aumento na incidência de referências em jornais durante a década de noventa. Isto se deve à sua nova estratégia de ação, às alterações nos aparatos legais, às políticas planejadas e à redefinição do sujeito social carente, a infância e a juventude de hoje. Os anos noventa marcam, também, a consolidação da gestão de Padre Piazza na OAF com a implementação de mudanças que inovam o processo de institucionalização da organização.

Gráfico 10

Incrementando a imagem



Fonte Pesquisa de Campo

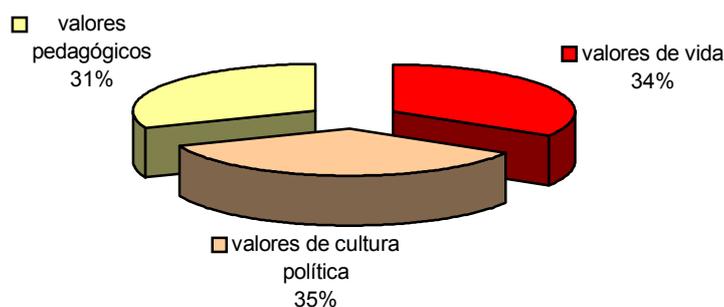
Foi, também, durante a década de noventa que o Padre Piazza consolida idéias importantes sobre a gestão da OAF, como: parcerias com organizações internacionais, ampliação da estrutura física de atendimento, ampliação e diversificação dos cursos profissionalizantes e das atividades produtivas. A OAF alcança um reconhecimento nacional e internacional diante dos resultados que realiza, partindo de uma mudança de mentalidade e legitimando a nova ação filantrópica, centrada em valores de justiça social e direitos humanos mais integrados a consolidação do sistema político democrático.

As notícias de jornais permitiram, ainda, avaliar em relação a quais assuntos a OAF é citada, construindo uma imagem para demonstrar o seu papel social e a sua função em oferecer uma assistência social substancial e renovada. As informações da imprensa também permitiram uma consideração analítica sobre valores e ação filantrópica.

Serviram como mais uma fonte de investigação sobre o impacto da ação da OAF, na qual ela aparece atuando por meio de: *valores de vida*, *valores de cultura política* e *valores pedagógicos* que constroem, por sua vez, a sua imagem pública. Partindo da imagem construída através da mídia, pode-se perceber que os *valores de cultura política*, com 132 incidências de enunciados e 35% de participação são dominantes, seguidos por *valores de vida*, com 124 incidências e 34% de participação, tendo por fim os *valores pedagógicos*, com 114 incidências e 31% de participação. A representação gráfica destes dados é apresentada no Gráfico 11, para uma melhor visualização:

Gráfico 11

Organização filantrópica e valores na imagem da imprensa



Fonte: Pesquisa de Campo

Os *valores de cultura política*, que na mídia aparecem com maior índice de incidência, com 35% de participação, mostram que a OAF vem alcançando resultados que legitimam uma nova imagem da infância e juventude pobres. São apresentados como sujeitos com dignidade e vida própria, como com qualquer cidadão. Esta imagem confirma

a própria visão dos mentores e colaboradores da organização, sobre as crianças e os jovens ocupando 40% da participação dos valores manifestados por eles. Já entre os jovens este percentual é baixo, com 6% de participação, uma vez que para eles as reflexões em torno de *valores de cultura política* dependem de uma maior vivência e maturidade. Em relação aos *valores de vida*, a incidência na mídia mostrou 34% de participação, reforçando uma formação que prepara jovens para a vida social. Ao nível de análise referente aos mentores e colaboradores, este índice é de 32%, e entre os jovens é de 56%; estes altos percentuais em relação aos valores totais, representam a importância de elementos de pertencimento e reconhecimento para qualquer indivíduo. Quanto aos *valores pedagógicos* a partir da imagem da mídia, eles aparecem com 35%, o que mostra a visibilidade que a organização consegue alcançar. Para a visão dos mentores e colaboradores, os *valores pedagógicos* representam 28% do total e para os jovens assistidos e ex-assistidos representam 38% de participação, demonstrando o reconhecimento dos esforços da organização em viabilizar uma formação de qualidade, voltada para qualquer criança ou adolescente em situação de risco.

A partir deste estudo é possível afirmar que a ação civil voltada para questões públicas, em especial a filantrópica, permite uma política de atendimento de melhor qualidade em microespaços. Ela possibilita importantes posicionamentos, diante da gravidade e complexidade que as questões sociais alcançam nos dias de hoje, desempenhando uma função que indica uma das possíveis alternativas na relação entre sociedade civil e Estado sobre questões de justiça social e distribuição. Solidariedade, reciprocidade, cooperação e confiança são alguns dos fundamentos para o desenvolvimento das virtudes que formam as novas bases da ação filantrópica moderna, favorecendo o acúmulo de capital social e o desenvolvimento das instituições.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, S. H. Política social, pobreza e desigualdade: a prática da teoria. In: *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ALAYÕN, N. *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* São Paulo: Cortez, 1992.
- ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- BOURDIEU, P. Marginalia, algumas notas adicionais sobre o Dom. *Mana*. Rio de Janeiro, v.2, n.2, out.1996.
- _____, CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, J. C. *El oficio de sociólogo: presupuestos epistemológicos*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1975.
- BRECHT, B. *Santa Joana dos Matadouros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1988.
- CAMURÇA, M. *Estado e ONG's: uma parceria possível?* Rio de Janeiro: Fundação Fé e Alegria, 1994.
- CARVALHO, I. M. M.. Crianças, adolescentes e Ong's. *Caderno CRH*, Salvador, n.30/31, 1999.
- CARVALHO, P. R. M. de. A fome e a miséria na definição dos mínimos sociais: Brasil, anos 90. *Cadernos IPPUR-UFRJ*, n.1/2, 1997.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a "desfiliação". *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, 1997.
- CENTURIÃO, L. R. M. Alguns aspectos do menor de rua e seu contexto. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 1, 1999.
- CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., MERLLIÉ, D. e PINTO, L. *Iniciação à prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAMATTA, R. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DUMONT, L. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. In: *Marcel Mauss: uma ciência em devenir*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURKHEIM, E. *A divisão social do trabalho*. São Paulo: Presença, v. 1, 1984.

- ESCOREL, S. Exclusão social no Brasil contemporâneo – um fenômeno sócio-cultural totalitário? *ANPOCS*, mimeo, Caxambu, 1998.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.24, 1991.
- ESPINHEIRA, G. Salvador: a cidade das desigualdades. *Cadernos CEAS*, Salvador, n.184, 1999.
- FERNANDES, R. C. Elos de uma cidadania planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 28, jun. 95.
- _____. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. São Paulo: Relume-Dumará, 1995.
- FERRAND, M. Para uma leitura simultânea do qualitativo e do quantitativo: o exemplo de “contar sua vida”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 30/31, 1999.
- FREITAS, M. C. (org.) *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997 .
- GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GREGORI, M. F. As experiências de Salvador: Projeto Axé, Projeto Cidade-Mãe e Organização do Auxílio Fraternal. In: *Crianças e adolescentes no Brasil: diagnósticos, políticas e participação da sociedade*. Campinas: Fundação Cargill, 1996.
- GOHN, M. G. *História dos movimentos e lutas sociais, a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- HELLER, A. O conceito ético-político de justiça e o nascimento da modernidade. In: *Além da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. e FEHÉR, F. Ética da cidadania e virtudes cívicas. In: *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HOBBSBAWN, E. J. Deveriam os pobres se organizar? In: *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- IVO, A.B. L. O novo social: processo de globalização e crise do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n.24/25, 1996.
- JÚNIOR, A. P. Um país que mascara seu rosto. In: *Os impasses da cidadania: infância e adolescência no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.
- LANDIM, L. *Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

- LANIADO, R. N. *A solidariedade e a filantropia: elementos de discussão para uma renovação de cultura política e ação social*. Comunicação apresentada no IX Encontro de Ciências Sociais do Norte – Nordeste. Natal, agosto de 1999. Não publicada.
- _____ *Desempenho institucional e justiça em relação à exclusão social no Brasil contemporâneo*. Comunicação apresentada na 22^a. Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia. Brasília, julho de 2000. Não publicada
- LESSA, C. (et alli). Pobreza e política social: a exclusão nos anos 90. *Praga*, n.3, 1997.
- MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MATTOS, D. *História de uma experiência*. Salvador: Organização de Auxílio Fraternal, 1968.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1990.
- MEARLEAU-PONTY, M. De Mauss a Claude Lévy-Strauss. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. *Revista Lua Nova*, n.17, São Paulo, 1989.
- MINAYO, M. C. S. Fase de trabalho de campo. In: *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MOORE JR, B. *Injustiça*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NETO, J. S. C. Direitos humanos no Brasil: uma avaliação. *Cadernos CEAS*, Salvador, n.184, 1999.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____ *Ditadura e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1994.
- NASCIMENTO, E. P. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *ANPOCS*, mimeo, 1994.
- OLIVEIRA, F. Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.25, 1994.
- PIERRET, J. Contexto social, condições da pesquisa e postura dos entrevistados. *Caderno CRH*, Salvador, n.30/31, 1999.
- PRIORE, M. D. et alli. *A história da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, E. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo moral” de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, out. 1995.

_____. *Pobreza, desigualdade e identidade política*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

_____. Governabilidade e solidariedade. In: *Governabilidade e pobreza no Brasil*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RIZEK, C. S. Os dados e o seu sentido: algumas interrogações metodológicas em sociologia do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n. 30/31, 1999.

RIZZINI, I. *Assistência à infância no Brasil*: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I. *A criança no Brasil de hoje*: desafio para o terceiro milênio, Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.

ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Prismas Publicações, 1979.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos*: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 – 1755. Brasília: UNB, 1981.

SABOIA, A. L. Crianças e adolescentes: excluídos da infância e da adolescência. In *Crianças e adolescentes no Brasil*: diagnósticos, políticas e participação da sociedade. Campinas: Fundação Cargill, 1996.

SADER, E & GENTILI, P (et alli). *Pós-Neoliberalismo*: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, B. S. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Comunicação apresentada no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro, setembro, 1995.

_____. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Ministério de Administração. Comunicação apresentada no *Seminário Sociedade e Reforma do Estado*, São Paulo, 1997. Não publicado.

_____. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, B. A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: *Impasses da Cidadania*. Rio de Janeiro: IBASE, 1998.

_____. A cidadania de crianças e adolescentes: a legislação de proteção aos seus direitos. In: *Crianças e adolescentes no Brasil*: diagnósticos, políticas e participação da sociedade. Campinas: Fundação Cargill, 1996

SANTOS, M. C. (et alli). *Política social e combate à pobreza*. São Paulo: Zahar, 1994.

SANTOS, P. L. *Associação Obras Sociais Irmã Dulce: organização privada, papel público*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. Orientadora: Prof.a. Dra. Ruthy Nadia Laniado.

SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90. In: *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, G. S. *Filhos e violência: como a família lida com rupturas em situações de perda*. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. Orientadora: Prof.a. Dra. Ruthy Nadia Laniado.

TELLES, V. S. *A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade*. *Caderno CRH*, Salvador, n.30/31, 1999.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VALLADARES, L. P. & ALVIM, M. R. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais*, 1999.

WEBER, M. Tipos de associação comunitária e de relação associativa em seus aspectos econômicos. In: *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, vol. 1, 1991.

_____ *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997.

Relatório UNICEF A Situação da Infância Brasileira, 2000.

A Tarde: 1961 a 2000

Bahia Hoje: 1993 a 1997

Correio da Bahia: 1982 a 2000

Folha de São Paulo: 1995 e 1997

Gazeta da Bahia: 2000

Jornal da Bahia: 1962 a 1999

Tribuna da Bahia: 1969 a 2000

Anexo 1 - Perfil Institucional

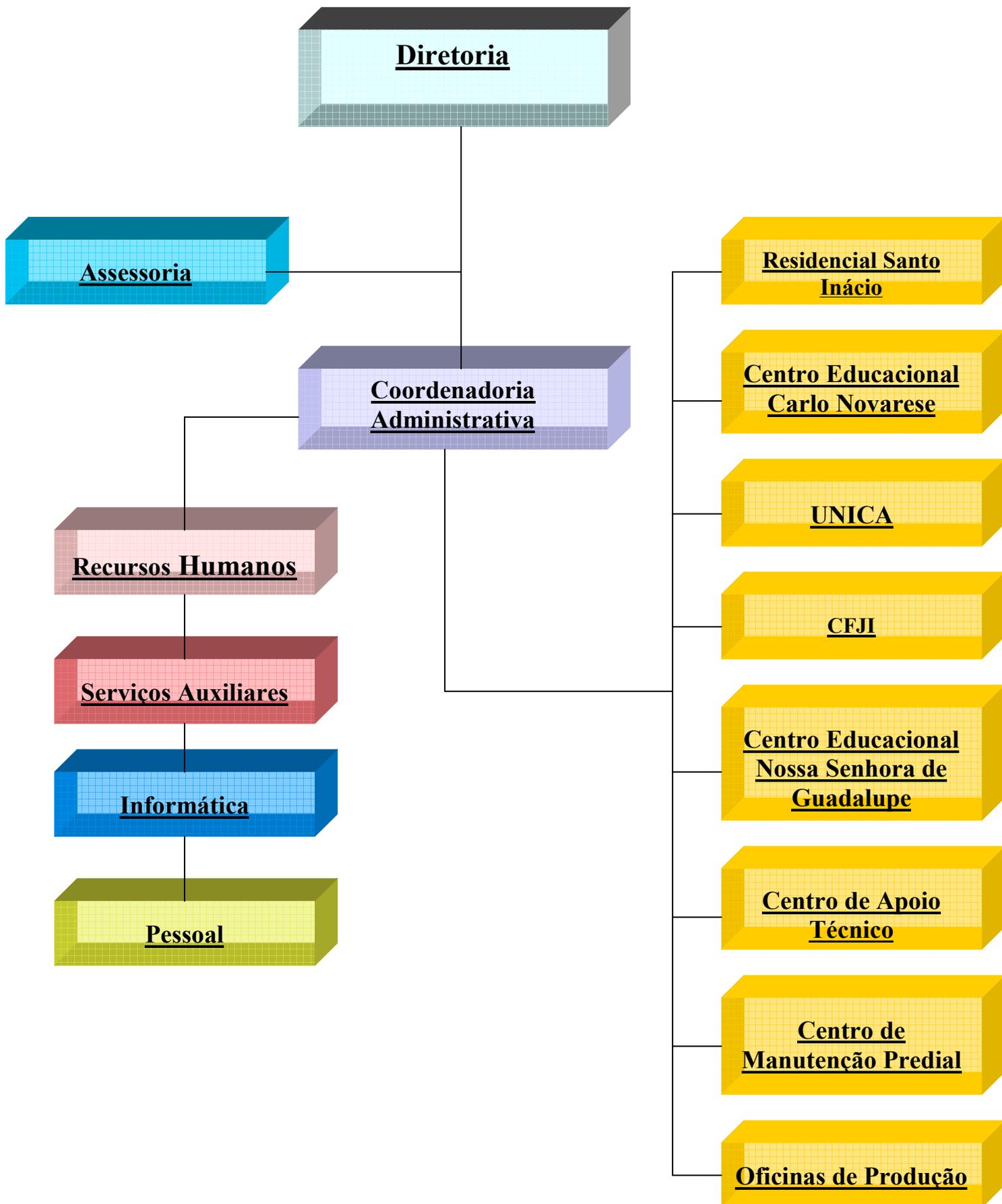
Títulos:

- Utilidade Pública Federal: Decreto de 24/03/92
- Utilidade Pública Estadual: Lei 1.986 de 27/12/63
- Utilidade Pública Municipal: Lei 1.305 de 12/06/62
- Entidade de Fins Filantrópicos – Processo 230.184/70

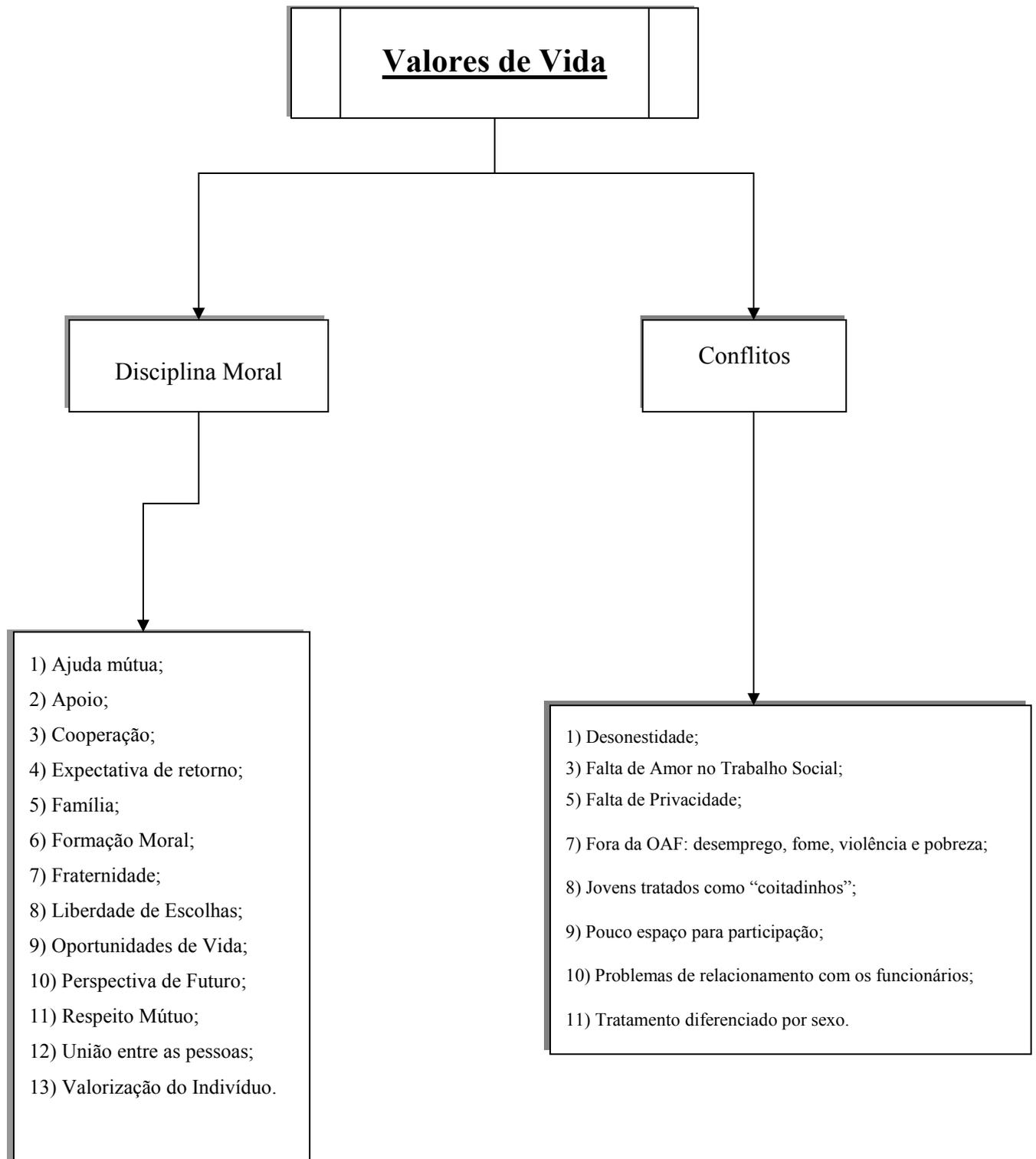
Registros:

- Civil: 1.322 - Cartório do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas
- Ministério da Fazenda - CGC: 15.232.135/0001-50
- Secretaria da Fazenda Estadual: 25.137.930 NO
- Prefeitura Municipal: 022.075/001-21
- Diretoria de Assistência Social: n.º 371
- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): 14.089/63
- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS): n.º 41
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: n.º 20/94

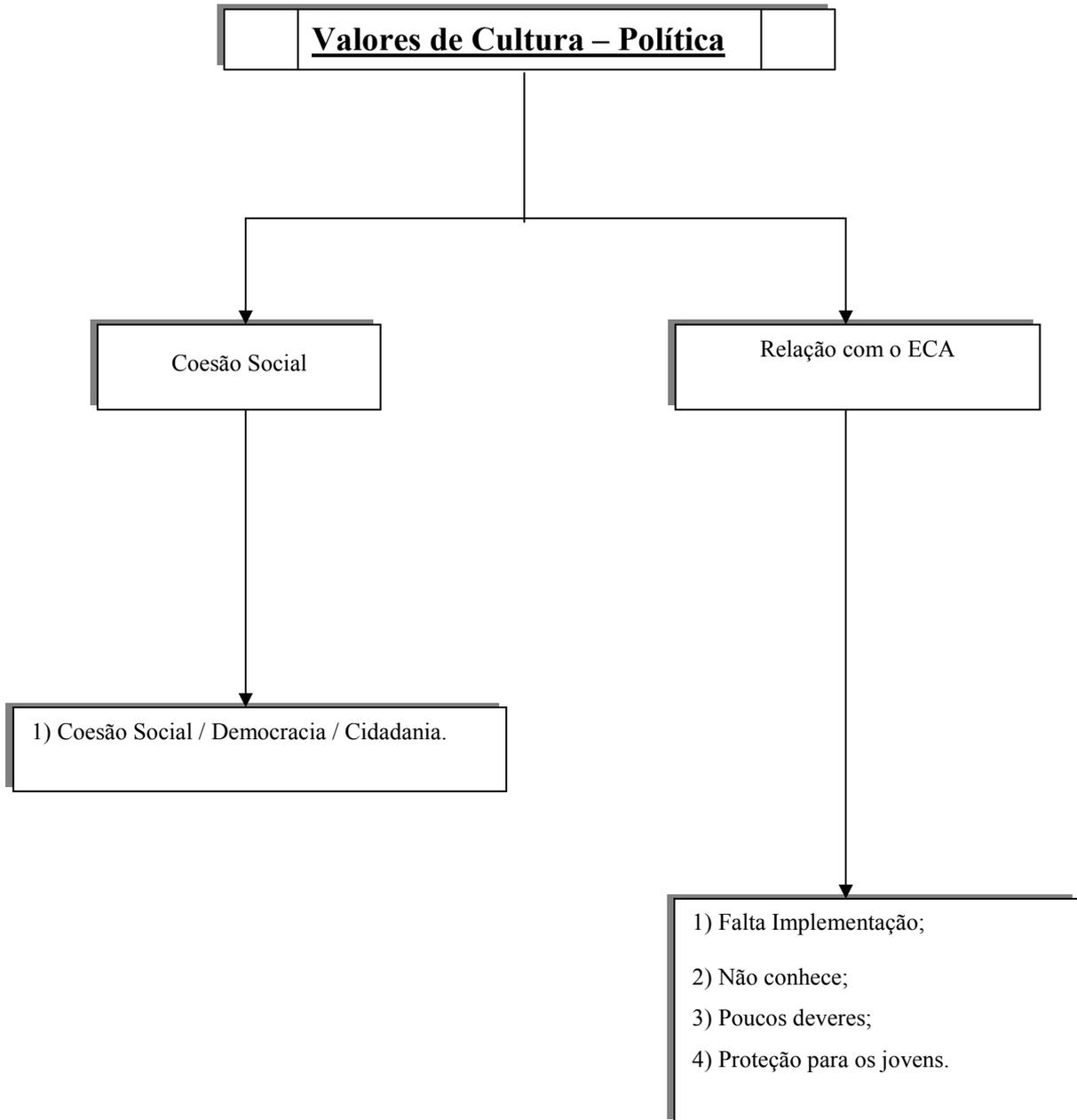
Anexo 2 - ORGANOGRAMA DA OAF



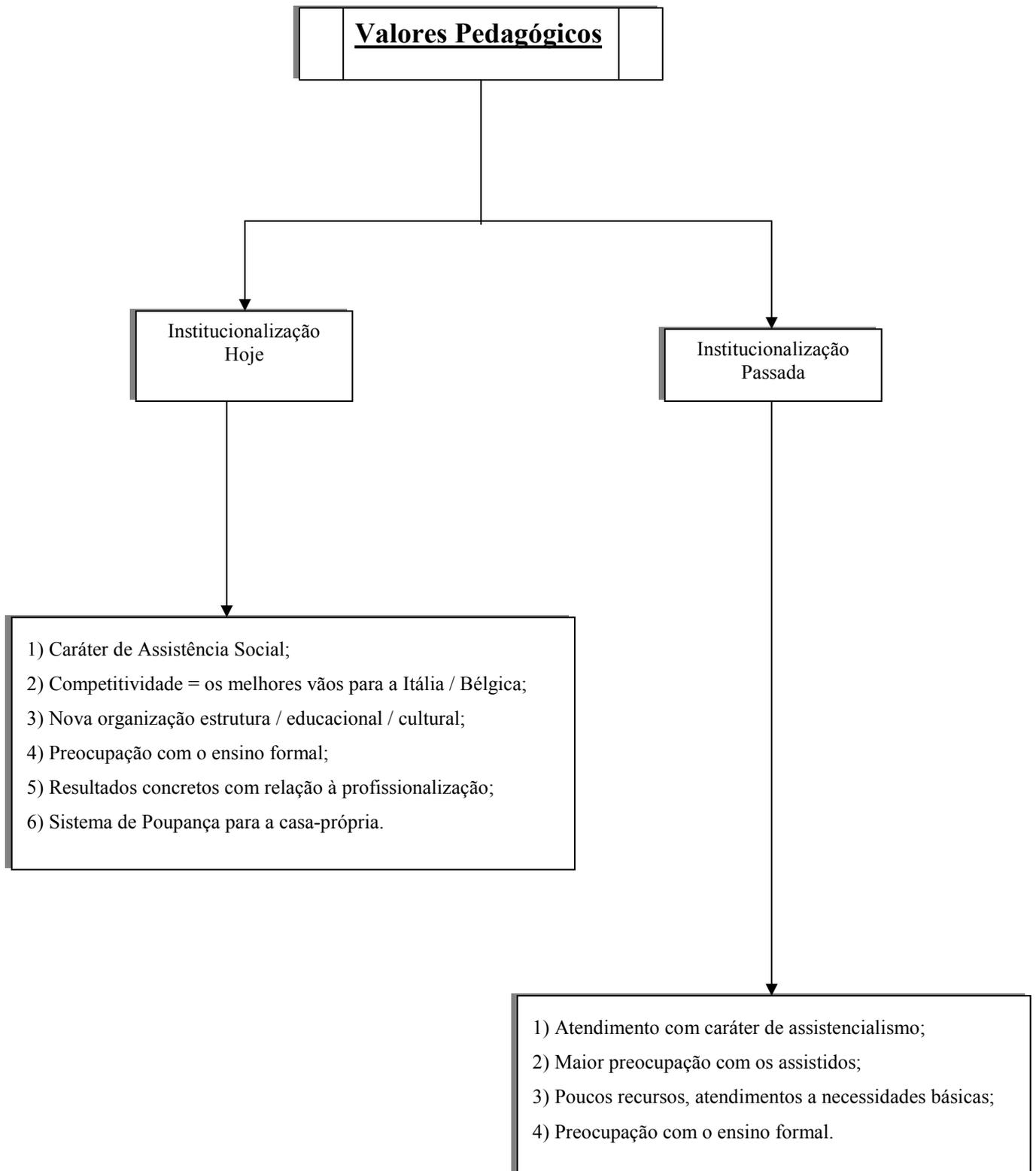
Anexo 3 - Diagrama IV



Anexo 3 - Diagrama V



Anexo 3 - Diagrama VI



Anexo 4 - Roteiro de Entrevista com Jovens Assistidos e Ex-Assistidos da OAF

- 1- Há quanto tempo está/esteve na OAF?
- 2- Quais as transformações que presenciou na organização?
- 3- Como é/foi o relacionamento com funcionários e com outros jovens?
- 4- Como é/foi a liberdade na OAF?
- 5- Que avaliação faz do atendimento que recebe/recebeu?
- 6- Que oportunidades de vida a OAF lhe oferece/ofereceu: cultural, educacional, profissional, esporte, arte, lazer, saúde, religião?
- 7- Há/Havia participação para críticas, propostas e decisões, a partir de suas necessidades?
- 8- Conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente e o que acha desta lei em relação a sua implementação na atuação da OAF?
- 9- Como você espera que seja sua vida futura, fora da OAF? / Como está a vida hoje, fora da OAF?
- 10- Que base a atuação da OAF traz/trouxe para enfrentar a vida: cultural, moral, material, profissional, social?

Anexo 4 – Roteiro de Entrevista com Colaboradores da OAF

- 1- Há quanto tempo trabalha na OAF? E qual sua função na organização?
- 2- Há quais transformações presenciou na organização? E que avaliação faz destas mudanças?
- 3- O que é Filantropia? E Filantropia Moderna?
- 4- Como avalia sua ação na organização? Julga que sua atuação é viabilizadora de um trabalho integrado com os demais setores da OAF?
- 5- Como avalia a atuação da OAF e os resultados que alcança?
- 6- Como explica a motivação dos indivíduos que cooperam com a atuação da OAF?
- 7- A intervenção que a OAF desempenha tem um caráter mais imediatista, no sentido de suprir carências, ou há a tentativa de modificar a situação de excluídos?
- 8- Avalia satisfatória a atuação da OAF em relação à educação e ao trabalho? Essa atuação substitui uma ação que deveria ser do Estado?
- 9- O ideal que movimenta a OAF está ligado a elementos caritativos da fé cristã?
- 10- Em relação à educação e ao trabalho, quais deveriam ser as prioridades futuras da OAF?
- 11- Como avalia o compromisso e a responsabilidade dos indivíduos que atuam na OAF?

Anexo 4 - Roteiro de Entrevista com Diretores da OAF

1- Há quanto tempo trabalha na OAF?

2- Há quais transformações presenciou na organização?

3-Como analisa sua participação nas transformações que a OAF vem enfrentando?

4-O que entende por filantropia moderna e em que medida esta se diferencia da tradicional?

5-Como avalia a ressocialização que a ação filantrópica pode gerar para crianças e jovens excluídos, proporcionando-lhes perspectivas de futuro?

6-O que lhe motivou a realizar trabalhos sociais com a infância e juventude em situação de risco?

7-Como avalia a ação filantrópica da OAF? Há, nesta ação, a presença de elementos característicos da filantropia tradicional ou a intervenção da organização pode ser considerada inovadora a partir da influência de novos formatos de gerenciamento e administração do trabalho social?

9-Como analisa a relação da organização com o Estado? A OAF desenvolve uma perspectiva política de compensação em relação às agências governamentais ou há a perspectiva de uma ação complementar às atividades estatais no sentido de garantir a promoção do bem público?

10-Como analisa a relação das organizações não-governamentais com grupos privados e com a sociedade como um todo?

11-A ação da OAF oferece apoio social com base num ideal caritativo de fé ou está mais voltada para a idéia de solidariedade social, num sentido mais amplo, promovendo a formação cívica de indivíduos?

12-Como surgiu a idéia de auto-sustento na OAF, característica que a distingue das demais entidades da mesma natureza?

13-O que há na ação da OAF que pode fomentar relações sociais de confiança, cooperação e compromisso gerando resultados de qualidade?